**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ANDRÉIA GONÇALVES SILVA

**Informação legislativa ao alcance do cidadão: contribuição dos Sistemas de
Organização do Conhecimento**

São Paulo

2015

ANDRÉIA GONÇALVES SILVA

**Informação legislativa ao alcance do cidadão: contribuição dos Sistemas de
Organização do Conhecimento
Versão corrigida**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade
de São Paulo.

Área de Concentração: Cultura e Informação – Linha de Pesquisa:
Organização da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara

São Paulo

2015

Autorização para reprodução

É proibida a reprodução impressa e eletrônica deste documento para fins comerciais. Autoriza-se a reprodução, total ou parcial, por processos fotocopiadores e eletrônicos, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, com a identificação completa da fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Andréia Gonçalves

Informação legislativa ao alcance do cidadão: contribuição dos sistemas de organização do conhecimento / Andréia Gonçalves Silva, 2015.
225 p.: il.

Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Orientadora: Marilda Lopes Ginez de Lara
Inclui bibliografia.

1. Organização e Representação do Conhecimento. 2. Sistemas de Organização do Conhecimento. 3. Legislação Previdenciária. 4. Informação Legislativa. 5. Lei de Acesso à Informação. 6. Direitos sociais. 7. Cidadania. I. Lara, Marilda Lopes Ginez de. II. Título.

CDD 22.ed. - 020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Informação legislativa ao alcance do cidadão: contribuição dos Sistemas de Organização do Conhecimento

Autor: Andréia Gonçalves Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: Cultura e Informação – Linha de Pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Prof^a. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara

Aprovado em: 11 / 03 / 2015

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais: Sebastião e Maria, e ao
meu irmão, Leonardo, para que ele
trilhe o caminho que o faça feliz!*

AGRADECIMENTOS

Ao Mestre dos mestres e à sua admirável Mãe Maria por terem me guiado nos momentos que faltaram ânimo e coragem para prosseguir.

À professora Marilda Lopes Ginez de Lara, minha querida orientadora, que não me deixou desistir quando pensei em abandonar a pesquisa. Obrigada, mestra, pela paciência, apoio, correções e pelas valiosas sugestões que contribuíram para o enriquecimento da pesquisa.

Aos professores José Augusto Guimarães e Lucia Maciel Barbosa de Oliveira, pelas sugestões realizadas no exame de Qualificação.

À minha querida mãe Maria, ao meu pai Sebastião, às minhas irmãs Adriana e Lilian pela força, compreensão e paciência durante as minhas ausências do convívio familiar e na realização das tarefas domésticas.

Ao surpreendente Leonardo Gonçalves Silva, meu querido irmão bibliotecário, pela atenção, apoio e pelas horas concedidas para a revisão e normalização deste trabalho.

Ao meu querido namorado, amigo e companheiro Daniel Bernardes Costa pelo carinho, incentivo, paciência nas minhas ausências e auxílio nas traduções e elaboração de figuras.

Aos amigos da Lazzareschi, Hilal, Bolina & Rocha Advogados por contribuírem para o meu crescimento intelectual e profissional, pelo conhecimento adquirido ao longo desses anos, pelo apoio, atenção e compreensão nos momentos em que me afastei do trabalho para dedicar-me à pesquisa. Sou grata a todos os advogados da Lazzareschi, principalmente ao incomparável Paulo Benedito Lazzareschi, e aos seus fieis companheiros: o querido e amável Marcelo Adala Hilal; o professor e doutrinador Caio Julius Bolina e o alegre e incentivador Marcelo Rocha. Vocês são os melhores advogados do Universo e moram no meu coração.

À excepcional bibliotecária Nicélia Vicente de Araújo, pela sua bondade, profissionalismo, apoio, pela preciosa ajuda na elaboração das figuras, diagramas, *layout* do site e por estar sempre à disposição para realizar as minhas tarefas da biblioteca nos meus períodos de ausência. Meu obrigado também ao seu esposo Sérgio Bezerra, pela colaboração nas traduções.

À querida amiga Fátima Palhari pelo incentivo, apoio e pelas explicações relacionadas aos cálculos previdenciários.

À querida Luciana Pereira Lima, minha estrela guia, por me ensinar a manter o equilíbrio, a fé e a confiança nos momentos delicados.

À Magaly Pedroso pela amizade, incentivo e por ter acreditado que um dia eu poderia ser uma bibliotecária da área jurídica.

Às amigas Rismar Santos Costa, Célia Gurgel, Silvana Fagundes, Isabel Ferraz dos Santos, Maria Lúcia Rolim, Sonia Bertonazzi e Cidinha Lima por sempre falarem que eu iria conseguir.

Aos meus queridos e eternos amigos da graduação: Carlos Eduardo da Silva, Sadrac Leite, Débora Ferreira dos Santos pelo constante incentivo, e principalmente, ao amigo professor Henrique Ferreira Coimbra pelo apoio constante.

Aos professores e amigos da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política, em especial à professora Concília Teodósio, pelo “puxão de orelha” quando pensei em desistir, e às professoras Valéria Valls, Adriana Maria de Souza e Vânia Funaro, pela confiança e encorajamento nos momentos de insegurança.

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes, por todos os ensinamentos recebidos, principalmente aqueles que me apresentaram bases teóricas para o desenvolvimento deste trabalho.

À professora Nair Kobashi, pelos constantes incentivos e por ter acreditado no meu projeto de pesquisa.

À equipe das bibliotecas da FESPSP, da Faculdade de Direito e da ECA-USP, em especial às bibliotecárias Rosa Maria e Patrícia Dante, ao bibliotecário Éderson Crispim (FESPSP) e ao Aurélio Ribeiro (Faculdade de Direito).

À equipe da Modal Networks, especialmente ao Alisson de Castro, pelo auxílio no tratamento visual da nossa proposta de elaboração de um sistema de legislação acessível.

Ao Paulo Leite Paulino por me apresentar livros que foram importantes para a elaboração deste trabalho.

À Raquel Camargo do CEDEM - Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, pela gentileza em enviar as publicações da Tribuna do Advogado.

À Elaine da Multiofício, pelo auxílio na revisão deste trabalho.

À Juliana Marcos, pela revisão do *abstract*.

Aos professores que farão parte da banca de defesa.

A todos, meu muito obrigada!

“A brevidade é agradável e lisonjeira, além de dar mais resultado. Ganha em cortesia o que perde pela concisão. As coisas boas, se breves, são duplamente boas. Todos sabem que o homem prolixo raramente é inteligente. Diga brevemente e terá bem dito” (Baltasar Gracián – A arte da prudência).

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) regulamenta o direito à informação estabelecido pela Constituição Federal de 1988, exigindo que os órgãos governamentais garantam o direito de acesso à informação pública mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Parte-se do pressuposto de que as leis produzidas pelo Legislativo podem ser consideradas “informação pública” e por isso devem ser disponibilizadas ao cidadão num formato simples e acessível. Para tanto, precisam ser organizadas, estruturadas e disseminadas, conforme as necessidades do público em geral. A Ciência da Informação, enquanto ciência responsável por investigar o fluxo da informação, desde a produção, até a disseminação e uso, busca atender às necessidades de informação de seus usuários via uso de metodologias e procedimentos específicos de organização da informação e do conhecimento. No escopo desta pesquisa sua ação não resultou em reescrever o texto das leis de forma simplificada, mas em criar métodos para sua organização e estruturação.

OBJETIVO: Apresentar meios para melhorar o acesso à informação legislativa, com base em experiência realizada na elaboração de uma proposta de sistema de legislação previdenciária acessível para públicos não especialistas.

MÉTODO: A partir do uso de metodologias da Organização Representação do Conhecimento, sobretudo dos Sistemas de Organização do Conhecimento, e das bases teóricas da Terminologia (teórica e concreta), da Análise de Conteúdos e da Arquitetura da Informação foi possível coletar, organizar e estruturar os termos da legislação previdenciária; estabelecer redes lógico-semânticas entre os conceitos; criar designações; nomear categorias e estabelecer relações entre categorias e termos (relação hierárquica, relação associativa e relação de equivalência); definir entradas preferenciais e estabelecer rótulos.

RESULTADOS: A experiência de elaborar metodologias para melhorar o acesso à informação legislativa utilizando como modelo a legislação previdenciária se mostrou eficaz e pode ser aplicada a outras leis utilitárias ao cidadão, sobretudo as que regulamentam direitos sociais.

CONCLUSÃO: Conclui-se que é possível elaborar um sistema de informação legislativa a partir de metodologias da Organização e Representação do Conhecimento e de outras áreas que dialogam com a Ciência da Informação. A Lei de Acesso à Informação impõe que os órgãos públicos disponibilizem acesso à informação, no entanto, não é possível disponibilizar

sem organizar. Do mesmo modo, não é possível disponibilizar sem adequar a linguagem à realidade do cidadão. Iniciativas que buscam combater a desinformação legislativa são necessárias e contribuem para o pleno exercício da cidadania, uma vez que possibilitam que o cidadão conheça seus direitos, não ignore seus deveres e participe das conquistas promovidas pela cidadania, tendo condição intelectual e senso crítico para debater os problemas da sociedade civil, buscando soluções que sejam benéficas para si e para a coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: Organização e Representação do Conhecimento. Sistemas de Organização do Conhecimento. Legislação Previdenciária. Informação Legislativa. Lei de Acesso à Informação. Direitos sociais. Cidadania.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The Law on Access to Public Information (LAI) regulates the right to information established by the 1988 Federal Constitution, demanding that the government agencies ensure the right of access to public information through objective and agile procedures, in a transparent and clear way with easy to understand language. It is assumed that the laws made by the Legislative branch can be considered "public information" and therefore should be made available to the public in a simple and accessible format. Thus, they need to be organized, structured and disseminated, according to the needs of the general public. The Science of Information, while science responsible for investigating the flow of information, from its production to its dissemination and use, seeks to meet the information needs of their users via the use of methodologies and specific procedures for the organization of the information and the knowledge. In the scope of this research its action did not result in rewriting the text laws in a simplified manner, but to create methods for its organization and structure.

OBJECTIVE: To introduce ways to improve the access to legislative information, based on the experience in elaborating a proposal for a system of social security legislation accessible to non-specialists public.

METHOD: From the use of methodologies of Organization Knowledge Representation, especially of Systems of Knowledge Organization, and the theoretical foundation of Terminology (theoretical and factual) of the Analysis of Content and Information Architecture, it was possible to collect, organize and structure the terms of social security legislation; to establish logical-semantic networks among the concepts; to create designations; to name categories and establish relations between categories and terms (hierarchical relationship, associative relationship and equivalence relationship); to set preferred entries and establish labels.

RESULTS: The experience of developing methodologies for improving access to legislative information using the social security legislation as a model was effective and can be applied to other useful laws to citizen, particularly the ones governing the social rights.

CONCLUSION: It is concluded that it is possible to develop a system of legislative information from methodologies of Organization and Representation of Knowledge and other areas that dialog with the Information Science. The Law on Access to Information imposes agencies to provide access to information, however, it is not possible to make them available without organizing them. Similarly, it is not possible to make them available without adapting the language to the reality of the citizen. Initiatives that seek to combat legislative

misinformation are necessary and contribute to the full exercise of citizenship, once they enable the citizens to know their rights, do not ignore their duties and join the achievements promoted by citizenship, having intellectual condition and critical sense to discuss the problems of the civil society seeking solutions that can be beneficial to themselves and to the collectivity.

Keywords: Organization and Representation of Knowledge. Systems of Knowledge Organization. Social Security Legislation. Legislative Information. Law on Access to Information. Social Law. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Conceitual dos Direitos Sociais	40
Figura 2 – Mapa Conceitual dos Direitos Sociais (continuação)	40
Figura 3 – Sistemas de Organização do Conhecimento (exemplos)	81
Figura 4 – Anéis de sinônimos	82
Figura 5 – Lista de cabeçalho de assunto (exemplo)	83
Figura 6 – Taxonomia (exemplo)	85
Figura 7 – Tesauro (exemplo)	87
Figura 8 – Rede Semântica (exemplo)	88
Figura 9 – Tipos e função dos Sistemas de Organização do Conhecimento	89
Figura 10 – Previdência Social: Pública e Complementar	106
Figura 11 – Seguridade Social	112
Figura 12 – Cobertura previdenciária para os segurados e dependentes	113
Figura 13 – Dependentes da Previdência Social	116
Figura 14 – Beneficiários da Previdência Social	119
Figura 15 – Pesquisa na base de dados da ALMG	151
Figura 16 – O funcionamento da justiça	155
Figura 17 – Os direitos do cidadão	156
Figura 18 – Recursos textuais nas cartilhas previdenciárias	160
Figura 19 – Recursos ilustrativos nas cartilhas previdenciárias – 1	161
Figura 20 – Recursos ilustrativos nas cartilhas previdenciárias – 2	162
Figura 21 – Folders da Previdência Social: segurados e benefícios	163
Figura 22 – Folders da Previdência Social: vários modelos	164
Figura 23 – Cartilha da AJUFE	165
Figura 24 – Portal da Previdência Social	191
Figura 25 – Portal da Previdência Social: Menu Serviços ao cidadão	192
Figura 26 – Portal da Previdência Social: Falha na usabilidade	193
Figura 27 – Portal da Previdência Social: Vídeos	194
Figura 28 – Portal da Previdência Social: Menu Publicações	195
Figura 29 – Portal da Previdência Social: Agência eletrônica	195
Figura 30 – Categorias sugeridas	201
Figura 31 – Mapa de um Sistema de Informações sobre Previdência Social	202

Figura 32 – Mapa de um Sistema de Informações sobre Previdência Social (continuação)	203
Figura 33 – Sugestão de <i>layout</i>	204
Figura 34 – Rótulos iconográficos – 1	205
Figura 35 – Rótulos iconográficos – 2	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Educação	34
Quadro 2 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Saúde	34
Quadro 3 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério do Trabalho e Emprego	35
Quadro 4 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Previdência Social	35
Quadro 5 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Site do Ministério das Cidades	36
Quadro 6 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	37
Quadro 7 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Justiça	37
Quadro 8 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Site da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	38
Quadro 9 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal da Presidência da República	38
Quadro 10 – Conversão da aposentaria especial em comum	115
Quadro 11 – Valores do Salário de Contribuição para o empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso	121
Quadro 12 – Impacto do fator previdenciário e da expectativa de vida	122
Quadro 13 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por idade	124
Quadro 14 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por idade de segurado com deficiência	125
Quadro 15 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por tempo de contribuição	126
Quadro 16 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por tempo de contribuição de segurado com deficiência	128
Quadro 17 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por invalidez	129
Quadro 18 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria especial	130
Quadro 19 – Síntese dos benefícios previdenciários: auxílio-doença	131

Quadro 20 – Síntese dos benefícios previdenciários: salário-família	132
Quadro 21 – Síntese dos benefícios previdenciários: salário-maternidade	133
Quadro 22 – Síntese dos benefícios previdenciários: auxílio-acidente	134
Quadro 23 – Síntese dos benefícios previdenciários: pensão por morte	135
Quadro 24 – Síntese dos benefícios previdenciários: auxílio-reclusão	136
Quadro 25 – Síntese dos benefícios previdenciários: serviço social	137
Quadro 26 – Síntese dos benefícios previdenciários: habilitação e reabilitação profissional	137
Quadro 27 – Texto legislativo original versus texto legislativo simplificado	151
Quadro 28 – Direito Previdenciário: termos e descritores	170
Quadro 29 – Órgãos diretivos: termos e descritores	171
Quadro 30 – Leis Federais Previdenciárias: termos e descritores	172
Quadro 31 – Regimes de Previdência Social: termos e descritores	173
Quadro 32 – Prestações Previdenciárias: termos e descritores	174
Quadro 33 – Filiação: termos e descritores	175
Quadro 34 – Tipos de benefícios: termos e descritores	176
Quadro 35 – Beneficiários: termos e descritores	178
Quadro 36 – Escopo do benefício: termos e descritores	180
Quadro 37 – Concessão do benefício: termos e descritores	183
Quadro 38 – Carência: termos e descritores	184
Quadro 39 – Arrecadação, recolhimento e recebimento: termos e descritores	185
Quadro 40 – Reanálise das categorias e rótulos selecionados	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Arquitetura da Informação
AJUFE	Associação dos Juízes Federais do Brasil
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMB	Associação dos Magistrados Brasileiros
ANCIB	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciência da Informação
ANS	Agência Nacional de Saúde
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BT	<i>Broader term</i>
CAT	Categorias Temáticas
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDP	Classificação de Dois Pontos
CDU	Classificação Decimal Universal
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
CICI	Cartão de Inscrição do Contribuinte Individual
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPS	Conselho Nacional de Previdência Social
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DCT/CI	Documento de Cadastramento do Contribuinte Individual
DPU	Defensoria Pública da União
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FOIA	<i>Freedom of Information Act</i>
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICJBrasil	Índice de Confiança na Justiça no Brasil
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social

IPCLBrasil	Índice de Percepção do Cumprimento da Lei
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
KO	<i>Knowledge Organization</i>
KOS	<i>Knowledge Organization Systems</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LC	<i>Library of Congress</i>
LDs	Linguagens Documentárias
LCP	Lei Complementar
LCSH	<i>Library of Congress Subject Headings</i>
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MEI	Microempreendedor individual
MF	Ministério da Fazenda
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
NIT	Número de Identificação do Trabalhador
NJMG	Normas Jurídicas de Minas Gerais
NT	<i>Narrow term</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAB/RS	Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul
OAB/SC	Ordem dos Advogados de Santa Catarina
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
RFCPS	Regime Facultativo Complementar de Previdência Social
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SISNORMAS	Sistema de Pesquisas de Normas
SKOS	<i>Simple Knowledge Organization System</i>
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento

STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TE	Termo específico
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TG	Termo genérico
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TR	Termo associado
UF	<i>Used for</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UP	Usado para
USE	Use
W3C	<i>World Wide Web Consortium</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Justificativa e problematização	26
1.2 Objetivos e hipóteses	30
2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	32
3 DEMOCRACIA, DIREITOS DO CIDADÃO E CIDADANIA	46
3.1 Direitos humanos como direitos do cidadão	47
3.1.1 Constitucionalização dos direitos humanos	49
3.1.2 O significado de cidadania e seus condicionantes	52
3.1.3 A evolução do significado de cidadania	55
3.1.4 A informação como direito social	61
4 A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA	65
4.1 Direito: conceitos, papéis e a sociedade brasileira	65
4.2 A Ciência da Informação e o acesso à informação	71
4.3 Ciência da Informação e os métodos de organização da informação e do conhecimento	78
4.3.1 Terminologia na Organização e Representação do Conhecimento	94
4.3.2 A Arquitetura da Informação na Organização e Representação do Conhecimento	101
5 LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E O CIDADÃO: NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO	105
5.1 Contexto histórico da legislação previdenciária	107
5.2 Leis que regem os direitos da Previdência Social	111
6 SIMPLIFICAÇÃO E INTERMEDIÇÃO ENTRE LINGUAGENS NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DO DIREITO	140
6.1 Propostas governamentais: iniciativas do Legislativo	143
6.1.1 Lei Complementar 95/98 e Manual de Redação da Presidência da República	143
6.1.2 Lei de Acesso à Informação (LAI)	145
6.1.3 A Lei a Serviço do Cidadão	150
6.2 Propostas não governamentais: AMB, OAB e pesquisadores	154
6.3 Cartilhas de orientação no contexto da legislação previdenciária	159

7 TERMINOLOGIA UTILIZADA NAS LEIS QUE REGEM OS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS: ANÁLISE, VALIDAÇÃO E REPRESENTAÇÃO	167
7.1 Compilação dos termos	168
7.2 Discussão dos resultados	187
8 ORGANIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO CONTEXTO DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO : SÍNTESE DE UMA PROPOSTA	197
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	212

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito fundamental reconhecido pela Constituição Federal de 1998 (CF 1988). Com a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o acesso à informação é regulamentado e exige-se que a informação seja disponibilizada de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. De acordo com dispositivos da LAI, o cidadão pode requerer informação contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelos atores governamentais. Partindo desse princípio, seria recomendável que os textos legislativos e atos administrativos estivessem aí incluídos, sendo disponibilizados à população em linguagem de fácil compreensão.

Observa-se, no entanto, que, na prática, os legisladores utilizam estrutura textual, linguagem e redação que não favorecem o entendimento público, o que também ocorre nas leis que regulamentam questões que interferem diretamente na vida do cidadão, como por exemplo, as que regem o direito à seguridade e Previdência Social: leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91. O artigo 12 da Lei 8.212 determina que as pessoas físicas são segurados obrigatórios da Previdência Social, categorizando-as como empregados e contribuintes individuais.

A análise de alguns trechos das referidas leis mostra que nem sempre elas promovem o pleno entendimento. O inciso que dispõe sobre o contribuinte individual traz na alínea “a”, a seguinte disposição:

São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (...) V - como contribuinte individual:
a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, **a qualquer título**, em caráter permanente ou temporário, **em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais**; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou **por intermédio de prepostos**; ou ainda nas hipóteses dos §§ 10 e 11 deste artigo (LEI 8.212/1991, ART. 12, INCISO V, ALÍNEA A, grifo nosso).

A redação contém conceitos compreensíveis ao cidadão, tais como *pessoa física, atividade agropecuária, caráter permanente ou temporário, atividade pesqueira* etc. Mas, ao mesmo tempo, a alínea traz expressões que podem prejudicar a compreensão, como por exemplo, *a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais* ou *por intermédio de prepostos*.

Tal fenômeno ocorre também na Lei 8.213. A redação do parágrafo segundo, do artigo 17, que trata das inscrições dos segurados e dos seus dependentes dispõe que:

§ 2º O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento,

certidão de óbito ou sentença judicial, **transitada em julgado**. (LEI 8.213/1991, ART. 17, PARÁGRAFO 2º, grifo nosso).

No trecho exposto, além da dificuldade de entender o significado da expressão *o cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos*, o vocábulo jurídico *transitada em julgado*, muito provavelmente, gerará incompreensão.

As expressões técnicas, a redação rebuscada e os conceitos incompreensíveis para o público não especialista são traços comuns à redação jurídica. No que se refere à redação legislativa, é necessário que o legislador entenda que o texto por ele produzido será comunicado a uma coletividade que fará uso da mensagem ali veiculada. As disposições da norma jurídica não ficarão restritas ao legislador e aos seus pares. Nesse sentido, Bittar (2001) atesta que:

[...] a maior ilusão do legislador é a de vislumbrar na norma jurídica um preceito estéril e imune ao movimento. O sentido (único) fundado pelo legislador, ou por ele pretendido, quando plasmado em texto normativo, ganha vida própria. O sentido jurídico-normativo do legislador nada mais é que um projeto de sentido, pois quando se promulga, se publica, passa a navegar nas ondulações das cadeias de interpretação. Na medida em que a norma plasma seu pensamento, na medida em que um texto normativo (produto expressivo semiótico) passa a exprimir seu pensamento regulamentar, não se há mais que cogitar de uma *voluntas legislatoris*. O legislador histórico é responsável apenas pela formação do texto, e pela sua oferta à comunidade jurídica e à sociedade. Com o texto, tem-se um corpo autônomo, pertencente à coletividade – e sobretudo aos operadores da juridicidade (BITTAR 2001, p. 125-126).

O autor não está defendendo a simplificação do texto legislativo, todavia, seus argumentos trouxeram à tona o problema que nos instigou a realizar esta pesquisa: o ato normativo é produzido para a comunidade jurídica, mas também para a coletividade. Ele ganha “vida própria” e um valor simbólico de autoridade a partir do momento que é publicado e chega ao conhecimento do cidadão, que precisa compreendê-lo, interpretá-lo para poder pô-lo em prática.

De acordo com Petri (2008, p. 29), é fato que a linguagem jurídica¹ não é imediatamente compreendida por um não jurista. Quem só possui a linguagem comum não a compreende de pronto. É comum o leigo experimentar um sentimento de “estrangeiridade” e concluir que a linguagem jurídica não é para ser compreendida.

¹ A linguagem jurídica contempla a linguagem dos atos normativos, das decisões judiciais, das petições e peças processuais, dos contratos etc. Neste trabalho será adotada a expressão linguagem jurídica quando se tratar da linguagem jurídica de forma geral; por outro lado, a expressão linguagem legislativa será utilizada em referência à linguagem dos atos normativos. Para as expressões informação jurídica e informação legislativa será adotado o mesmo critério.

Para Sager (1993, p. 11) há uma posição ambígua em relação ao uso das palavras utilizadas no discurso especializado; para os especialistas é o vocabulário essencial para uma comunicação eficaz; para o público em geral é um jargão utilizado para enganar, confundir ou impressionar. De fato, para o público em geral os termos provenientes das áreas técnicas são ininteligíveis e servem apenas para mostrar a superioridade de seus falantes; já para os especialistas, os termos representam o conhecimento das áreas de especialidades e são necessários à comunicação entre os pares.

Bittar (2001, p. 43), declara que “o legislador, conhecedor do papel da interpretação e das possibilidades de sentido que abre, não evita o uso de termos vagos no seio da legislação. Se proposital ou não, esse uso é frequente”. Em seu entendimento há duas realidades nesse contexto, uma técnica e uma atécnica, em outras palavras, a realidade do especialista e a do não especialista.

O texto legislativo define regras, comportamentos, obrigações que são impostas à população. Nesse sentido, defendem-se iniciativas que, seguindo as diretrizes da Lei de Acesso à Informação, organizem a informação legislativa utilizando vocabulário acessível e de fácil compreensão, sobremaneira em leis que regulam os direitos sociais do cidadão. A lei é, como enfatiza Silva (2005, p. 121), o ato oficial de maior realce na vida pública. É por meio dela que o poder estatal propicia ao viver social modos predeterminados de condutas, que a nosso ver, precisam ser divulgados e esclarecidos, principalmente quando estabelecem direitos sociais.

As leis previdenciárias se inserem neste contexto, uma vez que asseguram direitos sociais. Elas garantem benefícios a quem faz jus o cidadão incapacitado para garantir o seu próprio sustento e o de sua família. Desemprego, acidente de trabalho, idade avançada, tempo de trabalho atingido, auxílio doença, prisão ou morte do responsável pelo sustento da família, entre outros, são infortúnios protegidos pelos benefícios sociais. Sendo assim, é importante que o cidadão tenha acesso e compreenda as normas que asseguram seus direitos sociais.

Em 1963 já se contestava a redação da lei previdenciária. Para Assis (1963, p. 152-53), se a lei tivesse uma ordenada exposição de ideias, se os princípios gerais fossem traduzidos e se a terminologia técnica adotada fosse compreensível, a possibilidade de sofrerem interpretações discordantes dos seus princípios seria reduzida.

A íntegra das leis previdenciárias, assim como de outros atos normativos estão disponíveis nos portais legislativos do governo federal, tais como os da Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Lexml, porém, em nenhum deles o cidadão que não está na ordem do discurso jurídico, parafraseando Foucault (2010), consegue

recuperar o texto de um ato normativo em uma linguagem mais simples e menos técnica. As bases de dados legislativas são planejadas e organizadas para uso dos falantes da linguagem jurídica, que são os advogados, juízes, ministros, deputados e senadores. Os atos normativos disponibilizados são originários dos Diários Oficiais após a sanção e promulgação da autoridade responsável e são representados em categorias e terminologia preestabelecida pelo Direito. O produto final continua sendo do *Direito para o Direito* e o cidadão fica excluído desse espaço, uma vez que em nenhum momento a organização da informação legislativa é realizada de uma forma que seja acessível e compreensível para ele.

Todavia, os textos legais estabelecem normas de condutas e regras para os cidadãos e estes não podem alegar desconhecimento da Lei. É o que diz claramente o artigo 3º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, que estabelece que *ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece*. O artigo 21 do Código Penal tem uma disposição similar: *o desconhecimento da lei é inescusável*. Ora, o cidadão pode até conhecer a existência de determinado texto jurídico, mas será que ele o compreende?

No artigo 1º da Constituição Federal o legislador enaltece a cidadania ao classificá-la como fundamento da República Federativa do Brasil. Mas em que medida o conceito de cidadania estampado na Constituição está relacionado aos direitos políticos do cidadão ou aos direitos fundamentais do qual o cidadão é titular? Optando pela segunda opção, declara-se que o cidadão é titular de vários direitos estabelecidos pelos atos normativos, no entanto, ele não consegue tomar posse desses direitos por vários motivos, dentre os quais se pode destacar a incompreensão do texto legislativo.

São comuns casos em que o cidadão tem conhecimento do ato, porém não consegue compreendê-lo por não possuir os requisitos necessários à decodificação da linguagem jurídica. O Direito preserva a tradição e a formalidade em todas as suas ações. A legislação produzida não foge às suas raízes, a redação é refinada e rebuscada, os conceitos são técnicos e obscuros para a população de um modo geral, há uso excessivo de períodos longos e recorrência da prolixidade.

A linguagem jurídica, como a médica e outras linguagens de especialidade possuem jargões e termos técnicos que são comuns e compreensíveis aos seus profissionais. Conforme salienta Bittar (2001, p. 123) “o texto jurídico é intermediário necessário na relação de significância na medida em que os interlocutores (produtor do texto/decodificador do texto) pertencem a uma mesma comunidade semiótica”.

Mesmo que a informação jurídica seja produzida para os operadores do Direito², defende-se a necessidade de ela ser representada e organizada de forma simplificada para atender à necessidade do público não especialista, sobretudo quando se trata da informação legislativa, que não é restrita ao corpo jurídico mas se estende também à coletividade. Decerto que a simplificação deve ser realizada de forma planejada para não comprometer a precisão da linguagem técnica. Uma linguagem “intermediária” entre a linguagem do especialista do Direito e do não especialista começaria por procedimentos simples, como evitar palavras e expressões rebuscadas substituindo-as por palavras mais simples, sem prejuízo do significado.

A ideia acima observa o caráter da adequação ao auditório, isto é, ao *pathós* da retórica aristotélica, que quer ser seduzido, convencido e encantado. Como afirma Citelli (2001, p. 43), ao propor a circulação de mensagens, o emissor deve considerar o veículo que lhe servirá de suporte, o público-alvo e a natureza do que será dito, escolhendo assim entre o plano coloquial, oral ou erudito.

Embora existam defensores do Direito que se apegam à tradição para justificar uma linguagem rebuscada, ou operadores do Direito que contestam sua simplificação, argumentando que a relação com a justiça é papel do advogado e não do cliente, pode-se afirmar que uma Lei de Acesso à Informação necessariamente requer a promoção do claro entendimento das leis. A Ciência da Informação, nesse sentido, desempenha um papel importante ao buscar tornar mais consistentes os fluxos de informação, desde a geração até a disseminação e uso. Em sentido semelhante, há inúmeras pesquisas no âmbito da informação jurídica preocupadas com as questões de organização e tratamento dos textos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais. Tais iniciativas são importantes e significativas, pois buscam melhorar o desempenho do profissional da informação que se depara com as dificuldades na organização de documentos de uma área para a qual não têm formação específica e cuja estrutura, tipos documentais e terminologia apresentam particularidades a serem enfrentadas. Ao tratar, organizar e disseminar a informação jurídica de um modo satisfatório e coerente, o profissional da informação cumpre seu papel diante dos seus usuários especialistas.

Há, no entanto, outro aspecto não menos importante relativo ao tratamento da informação jurídica que se refere ao usuário não especialista. Essa faceta é a que mais nos interessa neste trabalho: ao focalizar o usuário não especialista, necessariamente temos de abordar os problemas da simplificação da linguagem.

² Operadores do direito são os profissionais graduados em Direito, tais como advogados, juízes, promotores de justiça, defensores públicos, etc.

No sentido do exposto anteriormente, o desafio que se descortina é o de verificar como assegurar o acesso do cidadão à legislação que é de seu interesse, considerando questões pragmáticas e cognitivas. Entretanto, pequeno é o grau de conhecimento das pessoas sobre informação legislativa. Pesquisa realizada em 1997³, no Rio de Janeiro, demonstrou a ignorância dos entrevistados que foram convidados a mencionar três direitos constitucionais importantes. Somente 12%, de uma população, quase toda alfabetizada, soube mencionar um direito civil; em comparação 56,7% não conseguiu citar nenhum (CARVALHO, 2000). Daí a importância de ações que se preocupem em organizar e tratar a informação legislativa de forma que ela seja assimilada pelo cidadão.

Partiu-se do pressuposto de que a Ciência da Informação, utilizando o referencial teórico e metodológico da Organização e Representação do Conhecimento, da Terminologia e da Arquitetura da Informação pode elaborar metodologias de organização da informação legislativa para facilitar o entendimento da população. Sua ação não se dará em reescrever o texto das leis de forma simplificada, embora possa se utilizar dela, mas em criar métodos para sua organização e estruturação. Ao categorizar, hierarquizar, estabelecer redes de equivalências e associações é possível criar meios para simplificar a engessada estrutura dos textos legislativos.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento, instrumentos da Organização e Representação do Conhecimento, permitem eliminar a ambiguidade, controlar sinônimos e estabelecer relações lógico-semânticas entre conceitos. São utilizados na representação temática dos conteúdos documentais e se materializam em vários tipos, que vão desde uma simples lista de termos organizada a sistemas complexos, como as ontologias. A organização das informações produzidas pelas diversas áreas do conhecimento recorre aos Sistemas de Organização do Conhecimento, desde a classificação de acervos bibliográficos para armazenar livros nas prateleiras, até a elaboração de redes semânticas para disponibilizar informações na Internet. De modo geral, os Sistemas de Organização do Conhecimento são mecanismos para a organização de informações e estão no coração de cada biblioteca, museu e arquivo (HODGE, 2000).

A Terminologia é a ciência que estuda as línguas de especialidades. Seu uso é fundamental no processo de organização do conhecimento, uma vez que propicia conhecer as palavras e frases utilizadas no discurso especializado - e se ocupa da uniformização de conceitos e da atribuição de termos para prover sua designação, quando necessário

³ Embora a pesquisa seja antiga e tenha ocorrido antes da popularização da Internet e dos dispositivos móveis, há dados relevantes para se discutir o conhecimento e a compreensão da informação legislativa pelo cidadão não especialista.

(Terminologia descritiva). Palavra polissêmica, a *Terminologia* se refere tanto à ciência, como ao conjunto de termos da linguagem especializada (Terminologia concreta). Seu campo de estudo, a linguagem especializada, pode ser classificada em vários níveis: (i) linguagem que só existe em forma escrita (matemática, fórmulas químicas); (ii) linguagem que os especialistas usam entre si; (iii) linguagem que os especialistas usam para falar com interlocutores menos especializados; (iv) linguagem que utilizam para falar com especialistas de outras áreas; (v) linguagem utilizada para comunicação com o público em geral, de sorte que existem vários meios para compreender essas linguagens. Tradutores e interpretes, documentalistas e terminólogos viabilizam essas *pontes*. Os terminólogos, via Terminologia, conseguem responder às inquietudes do especialista, que quer justificar o uso da linguagem incompreensível para o público em geral; do público em geral que quer saber por que há dificuldade de compreensão na comunicação entre especialistas; e do mediador da informação, que quer saber o que fazer frente às necessidades de seus clientes (SAGER, 1993, p. 14-15). No âmbito dos Sistemas de Organização do Conhecimento, a Terminologia, é utilizada não só para a definição dos termos, mas para a organização do sistema de conceitos.

Na concepção de sites, a Arquitetura da Informação que, segundo Reis (2007), é responsável por criar estruturas de organização da informação para que o usuário consiga encontrar e compreender as informações de que necessita, também utiliza esquemas de organização da informação, tais como classificação, categorização, hierarquização e outros recursos da organização do conhecimento. As barras de navegação dos *sites* possuem rótulos e *links* que levam a outras seções e páginas. Esses rótulos são dependentes da estrutura subjacente e da categorização do site, tanto quanto a criação das categorias ou a escolha dos rótulos. Estes empreendimentos estão no domínio da Arquitetura da Informação e da Organização do Conhecimento (ROSENFELD; MORVILLE, 2002, p. 9-10).

O campo da Ciência da Informação se dedica à pesquisa científica e às práticas de organização, representação e recuperação da informação, para tanto recorrendo às referências teórico-metodológicas próprias ou de outras disciplinas. No subcampo Organização e Representação do Conhecimento dialoga-se com as áreas da Terminologia e da Arquitetura da Informação para aperfeiçoar os sistemas de recuperação da informação. No que tange à presente pesquisa, ao propor métodos de organização da informação legislativa para não especialistas, a Ciência da Informação desempenha sua função social e contribui para a amenização da desinformação legislativa.

Para que os objetivos da pesquisa fossem contemplados, a tese foi organizada da seguinte maneira: *Introdução*; *Capítulo 2 – Percorso metodológico*, que descreve as etapas e

os métodos utilizados para a concretização da pesquisa; *Capítulo 3 – Democracia, direitos do cidadão e cidadania*, que relata a instituição e constitucionalização dos direitos sociais, - apresenta o significado de democracia e cidadania e discute as questões da informação como direito social; *Capítulo 4 – A contribuição do Direito e da Ciência da Informação para o exercício da cidadania*, que procura retratar a função do Direito no que tange à implantação de políticas públicas que garantam o acesso à informação, e o papel social da Ciência da Informação em criar métodos para organização e recuperação da informação utilizando as bases teóricas e metodológicas do subcampo Organização e Representação do Conhecimento; *Capítulo 5 – Legislação previdenciária e o cidadão: necessidade de aproximação*, que delinea o contexto histórico do Direito Previdenciário no Brasil, explica as regras da legislação previdenciária e apresenta os benefícios previdenciários a que os cidadãos têm direito; *Capítulo 6 – Simplificação e intermediação entre linguagens na perspectiva da Ciência da Informação e do Direito*, que procura apresentar ações da Ciência da Informação e do Direito enquanto responsáveis pela simplificação e intermediação da linguagem especializada; *Capítulo 7 – Terminologia utilizada nas leis que regem os direitos previdenciários: análise, validação e representação*, que mostra o resultado da seleção, análise, validação e representação dos termos provenientes da legislação previdenciária, dos descritores dos Sistemas de Organização do Conhecimento e dos rótulos do Portal do Ministério da Previdência Social; *Capítulo 8 – Organização da legislação previdenciária no contexto dos sistemas de organização do conhecimento*, que expõe critérios e recomendações para elaboração de um sistema de legislação previdenciária centrado no público não especialista; *Considerações finais*; que resgata aspectos relevantes da pesquisa e tece comentários sobre a experiência de elaborar proposta de organização da legislação previdenciária numa estrutura e linguagem que podem ser aplicadas em outros sistemas de informação legislativa.

Ressalta-se que não está no escopo da pesquisa convencer os parlamentares a alterar a redação dos textos legais, mas propor meios, no âmbito da Ciência da Informação e da Organização e Representação do Conhecimento, para que o cidadão tenha acesso aos textos normativos que regulam os seus direitos básicos. Defende-se que a incompreensão gera a inacessibilidade e, por sua vez, implica o monopólio e a manipulação daqueles que dominam e entendem o discurso jurídico.

1.1 Justificativa e problematização

A construção da cidadania passa pelas condições de acesso e uso da informação. As autoridades governamentais estabelecem regras que formalizam os direitos sociais, civis e políticos. O cidadão, por sua vez, precisa conhecer tais regras para cumprir com seus deveres.

O texto constitucional de 1988 já estabelecia no inciso XIV, do artigo 5º, o acesso à informação a todos os cidadãos resguardando o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; e no inciso XXXIII do mesmo artigo, o direito do cidadão receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou coletivo, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível para a segurança do Estado. Atualmente, o acesso à informação está regulamentado pela Lei de Acesso à Informação. Os órgãos governamentais, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), devem disponibilizar as informações produzidas para a população. Mesmo diante deste novo cenário é possível levantar as seguintes questões: O uso da informação está garantido? O cidadão consegue “tomar posse” da informação disponibilizada e transformá-la numa ação concreta a seu benefício?

Além da obscuridade e tecnicidade dos textos legais, tem-se ainda o problema da proliferação legislativa, ou seja, seu aumento diário e exponencial. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, no período de 5/10/1988 a 31/08/2013 foram editadas 4.785.194 (quatro milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e noventa e quatro) normas, das quais 158.663 (cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e três) são federais; 1.219.569 (um milhão, duzentos e dezenove, quinhentos e sessenta e nove) são estaduais e 3.406.962 (três milhões, quatrocentos e seis, novecentos e sessenta e dois) são municipais (AMARAL, 2013). Já informações apresentadas no Relatório do Índice de Percepção do Cumprimento da Lei (IPCLBrasil), apontam que no período de 10 anos (2000 a 2010) foram aprovadas 75.517 (setenta e cinco mil, quinhentos e dezessete) novas leis estaduais e federais:

O cenário de acesso à informação jurídica normativa (legislação) está apoiado no tripé: obrigação de publicação das normas jurídicas; obrigação de se conhecer todas as normas jurídicas; volume de normas jurídicas editadas diariamente (PASSOS, 2009, p. 16).

A realidade legislativa da sociedade atual não é como aquela descrita por Perelman (1990, p. 325, 336) na qual não haveria necessidade de juízes e nem de advogados, porque as leis estariam inscritas na consciência e na razão de cada um; e se fossem necessárias leis, elas seriam claras, concisas e tão pouco numerosas quanto possível, já que sua diversidade é a prova da ignorância da verdadeira justiça.

Certamente, muitas das 75.517 novas leis interferem diretamente na vida dos cidadãos ao estabelecerem normas de conduta, direitos, deveres, proibições e sanções. Contudo, é muito provável que elas não sejam claras tampouco concisas para o público não especialista.

O problema desta pesquisa é objeto de esforços de vários atores governamentais e não governamentais e pode ser assim enunciado: O público em geral não consegue compreender os textos legais porque estes são redigidos em linguagem incompreensível, razão pela qual é necessário criar meios para facilitar e simplificar o acesso ao conteúdo das normas que são produzidas. No âmbito da Ciência da Informação essa tarefa passa pelo uso de critérios de organização e apresentação das informações.

A proposta que se pretende desenvolver não é uma iniciativa isolada e se alinha a outras desenvolvidas no campo do Direito. Há vários empreendimentos na sociedade que buscam simplificar a linguagem dos textos legislativos, como por exemplo, a seleção das principais leis e sua disponibilização em uma versão mais acessível, iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

As iniciativas para simplificar a linguagem dos textos legais ultrapassam o território brasileiro. Na Espanha foi criada a *Comisión de Modernización del Lenguaje Jurídico*, subordinada ao Ministério da Justiça, que elaborou um documento com o intuito de orientar os profissionais do Direito daquele país a redigirem textos mais claros e compreensíveis para o cidadão:

A cidadania se relaciona continuamente com juízes, magistrados, promotores, secretários judiciais, demais funcionários da Administração da Justiça, advogados, procuradores, tabeliães escrivães ou bacharéis. Portanto, esses profissionais têm a responsabilidade de se fazer entender, de expressar-se com clareza. Este complexo equilíbrio entre precisão técnica e clareza é o que define a excelência nos bons juristas⁴ (ESPANHA. MINISTERIO DE JUSTICIA, 2011, p. 5, tradução nossa).

As ações espanholas em favor da modernização e simplificação da linguagem foram disseminadas às instituições desde 2001 e, em dezembro de 2011, foi assinado um convênio entre a Real Academia Espanhola, o Ministério da Justiça, a Real Academia de Jurisprudência e Legislação, o Conselho Geral da Advocacia Espanhola, o Conselho Geral dos Procuradores da Espanha e a Conferência dos decanos e decanas das Faculdades de Direito da Espanha, para promover a simplificação da linguagem jurídica. O convênio proposto tinha como finalidade impulsionar a formação linguística dos profissionais do Direito e a aproximação da linguagem jurídica da cidadania.

⁴ No original: La ciudadanía se relaciona continuamente con jueces, magistrados, fiscales, secretarios judiciales, demás funcionarios de la Administración de Justicia, abogados, procuradores, notarios, registradores o graduados sociales. Por ello, estos profesionales tienen la responsabilidad de hacerse comprender, de expresarse con claridad. Ese equilibrio complejo entre precisión técnica y claridad es el que define la excelencia en los buenos juristas.

Na realidade brasileira, o problema do entendimento dos textos legais é discutido no universo dos pesquisadores da área de Letras e Direito. Há pesquisas relacionadas à gramática e à textualidade dos textos jurídicos; à especificidade do termo jurídico; à retórica e à argumentação do texto jurídico; ao discurso das petições iniciais; à constituição, formulação e circulação do discurso jurídico, entre outros. As iniciativas oriundas da Ciência da Informação normalmente não tratam dessas questões, mas focalizam problemas que são sua especialidade, predominando na área estudos que remetem às questões de tratamento, recuperação e transmissão da informação.

Conforme apontam Wersing e Neveling (1975) transmitir informação para aqueles que precisam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade parece ser o fundamento em si da Ciência da Informação.

Para exercer seu papel quanto à responsabilidade social, a Ciência da Informação busca atender às necessidades de informação de seus usuários via uso de metodologias e procedimentos específicos de organização de informação para o acesso, estejam elas relacionadas à vida profissional (tais como exigências e qualificações para o crescimento profissional e/ou para cumprir as atividades impostas pela profissão), ou à vida social (necessidades de informações básicas e utilitárias sobre alimentação, vestuário, educação, saúde etc., bem como desejos de fruição). Tais metodologias têm, na linguagem, seu referencial principal, buscando reconhecer e equilibrar a linguagem da produção e da recepção nos serviços de informação, ou seja, contemplando ambos os polos da relação.

A circulação da informação insere-se num processo de comunicação de mão dupla entre o emissor e o receptor da mensagem: os dois participam da construção da mensagem a partir de suas experiências e linguagem. Para que exista fluxo de informação é necessário que a pergunta do receptor seja respondida e/ou interpretada pelo emissor, que emitirá uma mensagem, por meio de um documento, inscrição ou forma, que estará relacionada às questões do receptor que, por sua vez, deve compreendê-la. Dito de outro modo, há que existir compatibilidade entre linguagens.

Neste contexto, a Ciência da Informação pode contribuir com as iniciativas que visam disponibilizar textos legislativos numa linguagem mais acessível desenvolvendo estudos e pesquisas que busquem soluções para amenizar o problema da incompreensão e da apropriação da informação jurídica pelos receptores não especialistas do Direito.

Os pesquisadores da área, dentre os quais Atienza (1979), Guimarães (1993), Passos (2009) e Silva (2010) investigaram conceitos relacionados à terminologia jurídica com ênfase no tratamento e organização das fontes legais, com o propósito de estabelecer parâmetros que

auxiliem o profissional da informação a compreender as definições e estruturas da documentação legal para melhor organizá-la. Cabe agora, tendo como motivação os parâmetros da Lei de Acesso à Informação, que os pesquisadores da área reflitam sobre a construção de metodologias de organização e apresentação simplificada da informação legislativa, dando acesso, via linguagem acessível, aos atos normativos que interferem diretamente no convívio coletivo e na vida particular do cidadão não especialista. Com isto a Ciência da Informação não ficará alheia à nova tendência e cumprirá com seu papel social.

No âmbito desta pesquisa, toma-se a legislação previdenciária como objeto concreto de análise, a partir da qual se espera poder fazer generalizações para outras áreas do Direito. A escolha das leis previdenciárias justifica-se porque o direito previdenciário é um direito que foi conquistado bem antes da Constituição Federal de 1988. De certa forma, ele influenciou o surgimento dos demais direitos sociais. Ademais, o futuro da Previdência Social é um assunto de interesse para muitos brasileiros. As recorrentes mudanças na legislação deixam inseguros aqueles que estão próximos de completar o tempo de contribuição necessário para pleitear a aposentadoria. Já os que contribuem há pouco tempo tendem a desconfiar de sua continuidade, temendo pela mudança nas regras. Promover ações que divulguem as regras atuais e suas alterações possíveis, contribui para que o cidadão possa manter-se informado sobre o usufruto desse direito, sem erros de interpretação.

Durante o processo de identificação e análise da terminologia previdenciária foram identificadas peculiaridades que convém registrar:

(i) Complexidade da legislação previdenciária: O número significativo de normas superiores e inferiores, as várias nuances, as regras diferenciadas e as inúmeras exceções deixam-na bem próxima da complexa legislação tributária. Por exemplo, ao explicar qual é a idade exigida para solicitar *Aposentadoria por idade*, é necessário especificar se o segurado é trabalhador rural ou urbano; no tocante à quantidade de contribuições é preciso mencionar as diferenças para os trabalhadores filiados antes ou depois de 25 de julho de 1991. O mesmo ocorre com a *Aposentadoria por tempo de contribuição*, uma vez que ela difere para o segurado que alcançou o tempo de serviço antes de 15 de dezembro de 1998, e para aquele que alcançou o tempo de serviço após 16 de dezembro de 1998.

(ii) Atualização constante da legislação: A elaboração de um sistema de informações requer conviver com contínuas atualizações e revogações. Por exemplo, em 30 de dezembro

de 2014 foi publicada Medida Provisória⁵ que altera artigos da Lei 8.213/91, a alteração atingiu os benefícios de pensão por morte e auxílio-doença. Na pensão por morte haverá carência de 24 contribuições, embora existam exceções.

(iii) Problemas de linguagem para a delimitação das categorias e rótulos: Questionou-se o entendimento do cidadão não especialista frente a algumas categorias e termos preferenciais, como por exemplo, *Carência*, *Cônjuges*, *Incapacidade laborativa*, *Documentação comprobatória*, *Contribuinte individual*, *Escopo do benefício*. Para enfrentar essa questão procedeu-se à releitura do levantamento inicial (categorias, definições e termos/rótulo) procurando simplificar o conteúdo das definições e apresentar as denominações das entradas (categorias e rótulos) numa linguagem mais acessível e com rótulos inteligíveis aos não especialistas.

1.2 Objetivos e hipóteses

Tendo como problema de pesquisa a questão da incompreensão dos textos legais pela maioria da população brasileira, formulamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Apresentar proposta para a elaboração de um sistema de legislação previdenciária para públicos não especialistas sob o ponto de vista da Organização e Representação do Conhecimento.

Objetivos específicos

- Refletir sobre o papel social da Ciência da Informação na disseminação da informação ao cidadão;
- Examinar iniciativas que se preocupam com a intermediação entre linguagens (linguagem especializada e linguagem comum);

⁵ A Medida Provisória 664, de 30 de dezembro de 2014, alterou as regras dos seguintes benefícios: pensão por morte, auxílio-doença, abono salarial e seguro-desemprego.

- Investigar as metodologias de Organização e Representação do Conhecimento com ênfase na linguagem, especialmente via estruturação e equivalência entre conceitos;
- Identificar e mapear os conceitos originários do Direito Previdenciário e identificar possíveis termos equivalentes.

Hipóteses

Parte-se das hipóteses de que:

- Um sistema de recuperação de informação legislativa organizado e estruturado para o público não especialista contribui para a divulgação de leis que prescrevem regras para o convívio social e ameniza o problema da desinformação legislativa.
- Na relação entre informação legislativa e exercício da cidadania não basta somente informar. Não basta disponibilizar textos legislativos, mas fazê-lo em linguagem acessível, fornecendo definições e adotando formas de visualização que facilitem a navegação e a interação.
- As metodologias de Organização e Representação do Conhecimento integram referenciais para a identificação de conceitos e para o estabelecimento de equivalência entre eles, a partir das quais é possível construir pontes entre linguagens: a linguagem especializada (da produção) e a linguagem não especializada (da recepção).

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa segue o caráter exploratório, dividindo-se em duas etapas. Num primeiro momento, um levantamento bibliográfico da literatura que aborda as temáticas organização e representação do conhecimento; acesso à informação legislativa, lei de acesso à informação, simplificação da linguagem jurídica, direitos do cidadão, cidadania, direitos sociais, direitos fundamentais, entre outros temas relacionados à Ciência da Informação, Terminologia e Arquitetura da Informação. No segundo momento, os passos para a constituição de proposta para elaboração de sistema de informação legislativa centrado no usuário não especialista.

Inicialmente explorou-se os portais e sites dos ministérios e agências reguladoras a fim de localizar leis que regulam direitos sociais⁶. O *corpus* eleito para a pesquisa foi o artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Durante o processo de levantamento e análise dos atos normativos referentes aos direitos sociais percebeu-se a necessidade de delimitar o escopo do *corpus* original. Todavia, para que o novo *corpus* fosse legítimo realizou-se um longo percurso metodológico que se julga necessário registrar em seus pormenores.

Foram consultados os portais do Ministério da Educação⁷, Ministério da Saúde⁸, Ministério do Trabalho e Emprego⁹, Ministério da Previdência Social¹⁰ e os sites do Ministério da Justiça¹¹, Ministério das Cidades¹², Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹³ e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)¹⁴.

A exploração das páginas dos ministérios permitiu reafirmar a motivação da presente pesquisa: os sites que disponibilizam informação legislativa não são formatados para oferecer acesso simplificado para o público em geral, exceção feita aos portais dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Justiça, que dividem a legislação por temas. Nos demais, a informação não estava facilmente visível, o cidadão precisa ter habilidade para usar estratégias de busca avançada e caso necessite pesquisar direitos sociais diversos terá que acessar cada uma das páginas dos Ministérios. Constatou-se ainda, que nem todos os direitos

⁶ Pesquisa realizada durante os meses de janeiro e fevereiro de 2013.

⁷ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>.

⁸ Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br>>.

⁹ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/legislacao/>>.

¹¹ Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/portaldpadrao/>>.

¹² Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>.

¹⁴ Disponível em: <<http://ans.gov.br>>.

sociais são compreendidos e tratados por um Ministério específico, o que por si só já demonstra que o cidadão tem à sua disposição informações fragmentadas.

Frente aos problemas identificados, realizou-se novas buscas de atos legislativos relacionados aos direitos sociais no portal da Presidência da República¹⁵, a fim de validar as informações localizadas nos portais dos Ministérios. Há outros sites governamentais que oferecem a íntegra dos atos normativos federais, mas foi priorizado o portal da Presidência da República por disponibilizar a versão compilada e atualizada dos atos normativos. Pesquisou-se as leis sociais que foram publicadas posteriormente à Constituição Federal de 1988. Finalizada a pesquisa e seleção da legislação efetuou-se leitura das ementas e marcação das leis que tratam de assuntos que interferem no dia a dia da população, já que algumas delas tratam de questões administrativas e falam diretamente aos órgãos federados.

A análise das buscas realizadas no Portal da Presidência da República mostrou o mesmo problema identificado nos portais dos Ministérios: o sistema é desenhado para os “falantes” do Direito. Os próximos quadros sintetizam os problemas que provavelmente dificultam a recuperação dos atos legislativos pelo público não especializado:

¹⁵ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.

Quadro 1 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Educação

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Ministério da Educação	(i) <i>Links</i> para a legislação da educação básica.	(i) Sistema de pesquisa que facilite a busca dos atos normativos da área de educação. (ii) Informações de fácil acesso sobre os direitos concernentes à educação básica, infantil, superior e profissionalizante.	(i) Não há um sistema de pesquisa que abranja toda a legislação da área, mas somente a lista de leis que regem os direitos da educação básica.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Saúde

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Ministério da Saúde	(i) Lista dos atos normativos mais importantes do Sistema Único de Saúde (SUS). (ii) Saúde Legis - Sistema de busca dos atos Sistema Único de Saúde (SUS). (iii) Alerta Legis - informativo que divulga os atos legislativos federais da área de saúde.	(i) Sistema de pesquisa que reúna todos os atos normativos da área de saúde.	(i) Não há um sistema único de pesquisa. (ii) O público tem que navegar em vários <i>links</i> para localizar a informação desejada. (iii) O <i>layout</i> do portal é poluído. (iv) Há <i>links</i> de legislação em menus diversos.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 3 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério do Trabalho e Emprego

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Ministério do Trabalho e Emprego	(i) Busca da legislação por tipo de ato normativo ou por tema. (ii) Linguagem acessível na nomeação dos temas.	(i) Opção de busca variada na pesquisa de todo o conteúdo da legislação. É possível pesquisar apenas por palavra-chave.	(i) A busca por tipo de ato legislativo requer a identificação do tipo de documento: circulares, constituição, resolução, leis, leis complementares, notas técnicas etc. (ii) A busca por tema é mais acessível, no entanto, a íntegra dos atos normativos disponibilizados reproduz o conteúdo publicado no Diário Oficial. Não há nenhuma proposta de simplificação ou interpretação da lei para o trabalhador.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 4 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Previdência Social

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Ministério da Previdência Social	(i) Sistema de pesquisa da legislação por palavra-chave, tipo e número de ato. (ii) Lista da legislação básica.	(i) Orientação para o público não especialista utilizar as opções de busca da base de dados.	(i) Embora o número de atos normativos que disciplinam a legislação previdenciária seja significativo o portal apresenta um sistema que disponibiliza a legislação básica, entre outros <i>links</i> , “atalhos” para recuperar a informação. A dificuldade está relacionada à dispersão e repetição de informações no portal e

			ao entendimento de seu conteúdo em razão do uso de termos da linguagem previdenciária.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 5 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Site do Ministério das Cidades

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Ministério das Cidades	(i) Lista incompleta de atos normativos que disciplinam o direito à moradia.	(i) Legislação por tema e sistema de pesquisa dos atos normativos referentes ao direito à moradia.	(i) O cidadão terá a disposição apenas o número do ato normativo, com sua respectiva ementa. O inteiro teor disponibilizado é o publicado no Diário Oficial. (i) Atos normativos que “falam” diretamente ao cidadão, como por exemplo, os que regulamentam o programa “Minha Casa, Minha Vida”, não constam no site.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 6 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	(i) Lista de atos normativos que regulam os programas sociais do governo. (ii) Apresentação do número do ato e a descrição da ementa.	(i) <i>Link</i> da legislação na página inicial. (ii) Clareza na apresentação das informações disponibilizadas. Há mais preocupação em fazer marketing das ações do governo que apresentar a lista da legislação.	(i) O cidadão terá que explorar vários <i>links</i> do <i>site</i> até chegar ao menu <i>Brasil sem Misérias</i> , que disponibiliza a lista dos atos normativos. (ii) A lista da legislação disponibilizada apresenta o número do ato normativo com a reprodução parcial da ementa. Novamente, não há a preocupação com o entendimento da população.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 7 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal do Ministério da Justiça

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Ministério da Justiça	(i) Sistema de pesquisa de legislação por tipo, número, data do ato e palavra-chave.	(i) <i>Link</i> da legislação na página inicial. (ii) Eficiência no sistema de pesquisa da legislação.	(i) O cidadão precisa adivinhar que o sistema de pesquisa de normas está no <i>link</i> “Acesso ao sistema”. (ii) O <i>link</i> que remete ao sistema de legislação está inoperante.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 8 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Site da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
ANS	(i) Sistema de pesquisa legislativa por tema, assunto, palavra-chave e índice temático.	(i) Facilidade para a visualização do ícone que leva a busca no índice temático.	(i) Não há orientação para o público não especialista utilizar as opções de busca do sistema de pesquisa. (ii) A lista do índice temático é visualizada em outra página e não há uso de rótulos simplificados para nomear os temas/categorias.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 9 – Síntese comparativa da recuperação das leis sociais: Portal da Presidência da República

Direitos sociais nos portais pesquisados	Disponibiliza	Não disponibiliza	Dificuldades de acesso para o público em geral
Portal da Presidência da República	(i) Sistema de pesquisa de toda a legislação federal, atualizada e compilada. (ii) Pesquisa pelo assunto da lei e por tipo de ato normativo.	(i) Facilidade para recuperar a informação legislativa. Muitas vezes, é necessário saber o número do ato normativo, pois só é possível recuperar palavras que estejam na ementa ou na indexação dos atos. (ii) Possibilidade de êxito na pesquisa quando os operadores de busca não são utilizados.	(i) É o sistema mais complexo para o público não especialista localizar informações legislativas, sejam relacionadas aos direitos sociais ou a outro direito garantido pela Constituição Federal. A busca dos direitos sociais revelou-se incompleta, uma vez que algumas leis não trazem na sua ementa ou indexação palavras representativas dos direitos sociais. (ii) Não há interatividade na plataforma. (iii) O sistema de busca não é “inteligente”. Se determinada palavra da ementa ou indexação

			<p>estiver no singular e o cidadão usar a expressão de busca no plural, a lei não será recuperada.</p> <p>(iv) A legislação disponibilizada é aquela publicada no Diário Oficial, não havendo proposta de simplificação da linguagem ou interpretação para o público em geral.</p>
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Finalizada a fase da leitura, seleção e análise dos atos elaborou-se mapa conceitual para facilitar a visualização das leis selecionadas. Os mapas seguintes apresentam o rol de alguns atos normativos que concretizam os direitos sociais. Ressalta-se que as leis listadas no direito ao lazer não são relacionadas à recreação, ociosidade e divertimento, mas à cultura, pois é assim que está representada nas bases de dados pesquisadas.

Figura 1 – Mapa Conceitual dos Direitos Sociais

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 2 – Mapa Conceitual dos Direitos Sociais (continuação)

Fonte: Elaborado pela autora

Teoricamente, este seria o recorte para o mapeamento da legislação que deveria ser organizada e disponibilizada de uma forma mais acessível para a população. No entanto, o número de leis que materializam os direitos sociais é bastante significativo, sendo necessário selecionar uma especificidade para elaborar a proposta de sistema de informação legislativa simplificada. Optou-se por trabalhar com as leis que regem os direitos previdenciários iniciando a segunda fase da investigação, que consistiu em estudar mais detalhadamente a legislação previdenciária e o Portal da Previdência Social.

O novo *corpus* selecionado consistiu na Lei Orgânica da Seguridade Social, na Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social e no Decreto que aprova o Regulamento da Previdência Social, respectivamente Leis 8.212/1991, 8.213/1991 e Decreto 3.048/1999.

A metodologia a ser utilizada no levantamento e organização de um vocabulário que sirva de base à elaboração de um sistema de informação legislativa de interface facilitada para o cidadão compreende a seleção, categorização e organização dos termos.

A seleção do vocabulário de uma área específica conta com os métodos da Terminologia, que é o campo de estudo das línguas de especialidade que caracterizam os documentos técnico-científicos. Nesta pesquisa, utilizou-se a Terminologia teórica para a compreensão dos conceitos e na elaboração das relações entre eles, e produtos da Terminologia concreta, isto é, dicionários e vocabulários jurídicos¹⁶, no processo de compreensão e interpretação de alguns termos selecionados da legislação previdenciária. O entendimento do significado das relações entre os descritores dos vocabulários e tesouros surgiu também da apropriação dos conceitos da Terminologia.

Para a categorização das informações, utilizou-se a Análise de Conteúdo, concebida como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 2007, p. 111). As fases da Análise de Conteúdo organizam-se em três etapas: (i) a pré-análise, (ii) a exploração do material; (iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A Análise de Conteúdo se aproxima das metodologias de organização e representação do conhecimento, ao utilizar técnicas e procedimentos sistemáticos para descrever o conteúdo das mensagens, fazer inferências e deduções com base em indicadores quantitativos ou não. Possui relação estreita com a Linguística, Semântica, Lexicologia, Análise do Discurso e Análise Documental. Sendo assim, há vários domínios possíveis de sua aplicação no código

¹⁶ Foram consultados os dicionários de Horvath Júnior (2009), Leite (1996), Martinez (2013) e De Plácido e Silva (1999).

linguístico, escrito e oral; como por exemplo, no Jornalismo, na Publicidade, na Literatura etc., de modo a alcançar formas generalizantes que permitem englobar assuntos similares. As operações de Análise de Conteúdo são, portanto, aplicáveis a jornais, livros, anúncios publicitários, literatura, textos jurídicos, panfletos, discursos, rádio, televisão, cinema; nos códigos icônicos e semióticos há sinais de trânsito, pintura, sinalização urbana, gestos, dança, postura etc. (BARDIN, 2007; VALENTIM, 2005).

Há tipos específicos de categorização, dentre eles o semântico e o léxico. O primeiro agrupa categorias temáticas, por exemplo, todos os temas relacionados a *Período de carência*. O segundo classifica as palavras de acordo com o significado, comparando sinônimos e sentidos próximos. Por exemplo, *Aposentadoria por velhice* tem significado semelhante ao de *Aposentadoria por idade*.

Do mesmo modo, a norma para elaboração de tesouros, ISO 25964:2011 apresenta diretrizes da categorização ao definir faceta como um agrupamento de conceitos da mesma categoria. Por exemplo, animais, ratos e bactéria podem ser conceitos da faceta organismos vivos; escavar, escrever e cozinhar podem ser membros da faceta ações; Paris, Reino Unido e Alpes podem pertencer à faceta lugares. “A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2007, p. 112-113). Já o uso dos princípios das normas (terminológicas e documentárias) aperfeiçoa esse procedimento via organização dos conceitos a partir de suas características.

Com a categorização é possível agrupar conceitos de mesma natureza de acordo com critérios preestabelecidos. Na definição das categorias e seleção dos conceitos é necessário adequar os termos à situação de comunicação/uso do público-alvo, a fim de favorecer a harmonização terminológica e a aderência entre a linguagem especializada e a do público ao qual se destina. Além dos princípios de categorização, recorreu-se a princípios pragmáticos, procurando estabelecer categorias temáticas que representam, de forma simplificada, a perspectiva do cidadão que deseja se aposentar, que sofreu um acidente de trabalho, que é deficiente, que está gestante, que está doente etc. Buscou-se representar, por meio dos conceitos selecionados, informações sobre os tipos e regimes da previdência, prestações previdenciárias e os benefícios, beneficiários, requisitos necessários para se aposentar e regras de arrecadação e recebimento.

Na fase de seleção de conceitos foram analisados os títulos dos capítulos e seções das Leis 8.212, 8.213 e do Decreto 3.048. Em seguida verificou-se como estas mesmas classes e

conceitos estão representados nos tesouros e vocabulários da área procurando a compatibilização entre linguagens e a validação dos conceitos a serem utilizados no sistema de legislação previdenciária simplificada. Os vocabulários eleitos para avaliar a terminologia previdenciária foram:

- Vocabulário Jurídico Controlado (Tesauro) – Adotado pela Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Disponível em: [<http://www.stj.jus.br/SCON/thesaurus/>](http://www.stj.jus.br/SCON/thesaurus/).
- Tesauro Jurídico da Justiça Federal – Elaborado pelos órgãos de Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais, sob a coordenação da Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas. Disponível no site do Conselho da Justiça Federal: [<http://www.cjf.jus.br/biblioteca/>](http://www.cjf.jus.br/biblioteca/).
- Thesaurus do Senado Federal (THES) – Mantido pela Subsecretaria de Informações, da Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal. Disponível em: [<http://legis.senado.gov.br/webthes/>](http://legis.senado.gov.br/webthes/).

A escolha dos três vocabulários se justifica porque são os Sistemas de Organização do Conhecimento expressivos da Biblioteconomia Jurídica brasileira. Além disso, o STJ e os Tribunais Regionais Federais julgam matérias no âmbito do Direito Previdenciário, tendo como competência, respectivamente, causas que contrariam ou negam vigência à lei federal (cf. art. 105, inc. III, CF 1988) e causas relativas a direitos humanos (cf. art. 109, inc. V-A, CF 1988). Ambos os vocabulários controlados utilizam terminologia empregada pelos magistrados, além do fato de que o Tesauro da Justiça Federal possui uma categoria exclusiva para o Direito Previdenciário, conforme segue:

DPV - DIREITO PREVIDENCIÁRIO

DPV1 - SEGURIDADE SOCIAL

DPV2 - CUSTEIO

DPV3 - BENEFÍCIOS

DPV4 - PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DPV5 - PREVIDÊNCIA PRIVADA

DPV6 - ILÍCITOS PREVIDENCIÁRIOS

O Senado Federal, uma das casas legislativas do Congresso Nacional, junto com a Câmara dos Deputados, representa o Poder Legislativo e dentre as suas funções está a criação

das leis. A legislação federal disponibilizada no LexML (portal especializado em informação jurídica e legislativa) e nas bases legislativas do Senado são indexadas com o Thesaurus do Senado Federal (THES)¹⁷, cuja interface de pesquisa na Internet é a WebThes.

Com base na terminologia da área de Direito Previdenciário organizou-se Categorias Temáticas - CAT, a fim de comparar os termos das leis previdenciárias com os descritores dos tesauros.

- ❑ CAT 1 – Direito Previdenciário: Agrupa termos relacionados ao direito à previdência e seguridade social;
- ❑ CAT 2 – Órgãos diretivos: Agrupa termos que designam os órgãos responsáveis pela administração e fiscalização do Regime Geral de Previdência Social;
- ❑ CAT 3 – Leis federais previdenciárias: Agrupa termos que representam a legislação previdenciária;
- ❑ CAT 4 – Regimes de Previdência Social: Agrupa termos vinculados aos regimes da Previdência Social;
- ❑ CAT 5 – Prestações previdenciárias: Agrupa termos que representam as prestações previdenciárias oferecidas ao cidadão;
- ❑ CAT 6 – Filiação: Agrupa termos vinculados à filiação e inscrição do segurado;
- ❑ CAT 7 – Tipos de benefícios e serviços: Agrupa termos que representam os benefícios e serviços oferecidos ao segurado e seus dependentes;
- ❑ CAT 8 – Beneficiários: Agrupa termos que designam quem são os segurados da Previdência Social;
- ❑ CAT 9 – Escopo do benefício: Agrupa termos que evidenciam os motivos/causas necessários para o segurado receber a prestação previdenciária;
- ❑ CAT 10 – Concessão do benefício: Agrupa termos que indicam métodos utilizados para validação/aceitação do requerimento do beneficiário que busca auxílio-doença; auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez;
- ❑ CAT 11 – Carência: Agrupa termos vinculados ao prazo necessário para recebimento de benefícios previdenciários;
- ❑ CAT 12 – Arrecadação, recolhimento e recebimento: Agrupa termos relacionados à contribuição do segurado.

¹⁷ Informações fornecidas pela bibliotecária Alessandra Marinho da Silva, da Biblioteca do Senado Federal - SGIDOC - Coordenação de Biblioteca - Serviço de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas.

Os termos foram agrupados por afinidade temática nas categorias, seguindo os procedimentos metodológicos do processo de conceitualização que agrupa objetos com características similares (comuns) na formação de um conceito. Com isso, estabeleceu-se uma relação hierárquica (gênero-espécie) entre as categorias e os termos a elas subordinadas. Por exemplo, na categoria *Escopo do Benefício* os termos a ela subordinados são *Acidente de qualquer natureza*, *Acidente do trabalho*, *Adoção*, *Doença*, *Idade avançada* etc. Ainda na mesma categoria é possível estabelecer relações associativas entre termos, por exemplo, *Incapacidade Física*, *Incapacidade Laborativa*, *Incapacidade Permanente* e *Incapacidade Temporária*.

Após análise da terminologia utilizada na legislação e nas linguagens documentárias, escolheram-se os termos preferenciais que serão utilizados na proposta de elaboração de um sistema de legislação previdenciária. As inferências sobre a definição dos termos tiveram como parâmetro de escolha a compreensão do público em geral. Para finalizar foram utilizados os parâmetros da Arquitetura da Informação para planejar e organizar os rótulos do sistema de legislação previdenciária.

3 DEMOCRACIA, DIREITOS DO CIDADÃO E CIDADANIA

Análises que discutem a necessidade do cidadão ter acesso aos textos legislativos numa linguagem compreensiva não podem ficar distantes dos debates que, de alguma forma, contribuíram para que hoje esta necessidade seja outorgada. O direito de ter acesso à informação, os direitos sociais, os direitos civis e políticos foram conquistados ao longo dos anos, desencadeados por reivindicações, lutas e mobilizações sociais. O cenário democrático dos séculos XIX e XX contribuiu para que o poder emanado do povo tivesse “voz” para reclamar seus direitos, fazendo com que a noção de Estado de Direito fosse afirmada pelas relações sociais que eram pautadas na noção de direitos coletivos.

A democracia, que etimologicamente vem do grego (*demos*, povo; *kratos*, poder) significa poder do povo. Constitui o regime do povo comum partindo do princípio de que todos são iguais. A igualdade, atualmente, não ocorre como nas ágoras atenienses onde o povo decidia na praça, mas está prevista nas diretrizes dos direitos humanos e nas cartas constitucionais. O avanço da democracia moderna é provocado pelos direitos, e não pela representação (RIBEIRO, 2001).

De fato, a representação do chefe do Estado, principalmente nos dias atuais, não exprime o caráter positivo da democracia porque muitas vezes ele não está ali para representar a maioria. Há um esvaziamento da verdadeira função dos representantes políticos do povo quando os interesses individuais e políticos são sobrepostos aos interesses coletivos.

Além do caráter social e político, a democracia tem em seu âmago a vertente do desejo. É o desejo que motiva o povo a lutar por seus direitos, a querer ter as mesmas condições sociais das classes abastadas e a reclamar das privações que sofre. “A democracia tem no seu cerne o anseio da massa por ter mais, o seu desejo de igualar-se aos que possuem mais bens do que ela, e portanto, é um regime do desejo”. Desejo que, bem orientado, se converte em direito à igualdade de bens, de oportunidades e perante a lei. A conversão do desejo em direito é um elemento republicano. A República, ao contrário da democracia, tem a necessidade de refrear o próprio desejo a fim de respeitar um bem comum. “A república é o regime em que a democracia entra no Estado de Direito” (RIBEIRO, 2000, p. 18; 2008, p. 66 e 77).

A democracia é popular, está do lado da sociedade, é representada por aqueles que podem obedecer a maior parte do tempo, desobedecer menos vezes, mas desejar o tempo todo; já a república está do lado das instituições, do autogoverno, da autonomia, de quem manda, de quem decreta a lei. Será que quem manda também obedece? As regras que valem para o povo servem também para os governantes? Dependendo da resposta que se dê a esta pergunta pode-se chegar ao cerne do

problema do descrédito que o povo tem na justiça, nos governantes, no Direito e até na realidade democrática republicana do país. Isto influencia também o desconhecimento do povo pelos seus direitos. Para que saber dos direitos se eles não chegam na massa, se são privilégios de uma minoria. O único regime em que há plena identificação de quem manda e de quem obedece é a democracia; é o único regime legítimo, ela se sobressai na legitimidade, porém há um déficit de eficácia em seu funcionamento. Este déficit se instala na separação que existe entre quem legisla, executa ou julga e quem obedece. Todos estão sujeitos à lei, mas há cisão entre lei e direito, entre quem governa e quem obedece. (RIBEIRO, 2000, p. 19-22).

O déficit no funcionamento da democracia pode ser controlado quando o desejo e o poder de alguns forem dissipados e quando o povo for representado por líderes que criem direitos iguais para governantes e governados. Representação da maioria, criação de direitos iguais e abolição dos privilégios de uma minoria, eis o cerne da Democracia, que poderá ser conquistado na medida em que nela se instale um órgão deliberativo que represente a coletividade, estabeleça regras de comportamento social e que contenha os ímpetos e deslizes individuais. Quem dará sustentáculo para que isso ocorra é a República. Todavia, é necessário que os governos republicanos deem mais autonomia aos governados e ofereçam condições para que haja participação do povo nas decisões do país.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 há dispositivos que afirmam a liberdade de expressão ao cidadão, como por exemplo, os incisos IV, VIII e IX do artigo 5º e o caput e § 2º do artigo 220. E outros, como o artigo 61, que dão autonomia para o cidadão propor iniciativa de leis complementares e ordinárias. Mas é fato que o cidadão só conseguirá exercer esses direitos se ele for instruído e se tiver conhecimento da lei constitucional. Neste contexto, o desconhecimento das leis e dos direitos pode ser um entrave para que o poder democrático que emana do povo resulte em ações em prol da coletividade.

3.1 Direitos humanos como direitos do cidadão

A pessoa humana possui direitos em qualquer parte do mundo. Há necessidades básicas que precisam ser atendidas para que haja sobrevivência e dignidade. Em alguns países há pessoas que têm mais direitos do que outras. Há também nações em que os direitos fundamentais da pessoa humana são respeitados, em outras não há respeito algum (DALLARI, 2004). De uma forma geral, os direitos humanos e fundamentais, foram contemplados nas constituições dos países e geralmente as constituições se referem a esses direitos como “direitos individuais”.

Os direitos humanos surgem já no século XVII para limitar o poder monárquico e evitar que o poder absoluto dos reis fosse convertido em poder constitucional (RIBEIRO, 2001, p. 18).

Atualmente, a expressão “Direitos humanos” ganha uma nova conotação e é bastante conhecida na sociedade, principalmente quando um grupo sofre injustiça, discriminação ou tem sua dignidade desrespeitada. Os “direitos humanos” se valem do disposto no artigo 2º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), que estabelece que todo homem tem capacidade para gozar os direitos e liberdades, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Dito de outra forma, nos dias atuais é comum as pessoas pensarem que os direitos humanos surgem apenas quando há evidências de processos discriminatórios contra determinado grupo ou contra as minorias. Há ainda aqueles que pensam que os “direitos humanos” servem para proteger malfeitores de punições rígidas ou de maus-tratos. Tais conceitos que são compartilhados por muitos cidadãos brasileiros são totalmente equivocados, já que os “direitos humanos são direitos fundamentais da pessoa humana” (SIQUEIRA JR.; OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Os Direitos Humanos são estendidos a todos os povos e nações e fundamentam-se nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade. No Brasil, estão estabelecidos no artigo 5º da Constituição Federal, que garante a igualdade perante a lei de brasileiros e estrangeiros residentes no país e o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Para Perelman (1990, p. 360), a noção de direitos humanos envolve direitos atribuíveis a cada homem enquanto tal, não estabelecendo distinção entre homens e não se estendendo para além deles. De acordo com Dallari (2008, p. 9) os direitos humanos são atributos naturais de todos os seres humanos que já nascem com eles, o Estado não pode restringi-los.

Segundo Bobbio (2004, p. 29), com a Declaração de 1948, a afirmação do Direito é universal e positiva porque os princípios nela contidos não são apenas para os cidadãos deste ou daquele Estado, mas para todos os homens.

A noção é atualizada por Lafer (1991, p. 126-132) quando propõe que eles podem ser observados em três gerações. A primeira geração tem como cenário a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), que defendiam que os direitos humanos são inerentes ao indivíduo e são direitos naturais. O indivíduo é titular de direitos em relação aos demais indivíduos. A liberdade de opinião é tida como liberdade individual. A segunda geração viu-se no cenário do socialismo e das reivindicações dos desprivilegiados que queriam participar

do bem-estar social e obter os créditos que eram acumulados pela coletividade. O direito à saúde, ao trabalho e à educação são exemplos de direitos que o indivíduo da primeira geração buscava assegurar na segunda. Já os direitos da terceira geração não têm mais como foco o homem na sua individualidade, mas os grupos humanos, como a família, o povo, a nação, as coletividades regionais ou étnicas e a humanidade.

Sob a ótica de Lafer (1991), portanto, é importante pontuar que a discussão sobre os direitos do cidadão requer, atualmente, considerar o que diz respeito não ao indivíduo isolado, mas aos grupos sociais.

3.1.1 Constitucionalização dos direitos humanos

A constitucionalização dos direitos humanos pelos Estados que reconhecem os princípios básicos dos direitos do homem constitui os direitos fundamentais.

Com o intuito de limitar o poder político estatal, os direitos humanos são incorporados nos textos constitucionais, apresentando-se como verdadeiras declarações de direitos do homem, que juntamente com outros direitos subjetivos públicos formam os chamados direitos fundamentais (SIQUEIRA JR.; OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Observando as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Estados estabelecem princípios para concretizar os direitos fundamentais no seio da sociedade, criando normas que garantem direitos básicos e necessários para o cidadão viver harmoniosamente, a exemplo dos direitos sociais.

Com base no princípio da solidariedade, passaram a ser reconhecidos como direitos humanos os chamados direitos sociais, que se realizam pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente (COMPARATO, 2001, p. 62).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988 os direitos fundamentais estão distribuídos em seis grupos: direitos individuais (art. 5º); direitos coletivos (art. 5º); direitos sociais (art. 6º e 193); direitos à nacionalidade (art. 12); direitos políticos (arts. 14 a 17) e direitos solidários (art. 3º e 225) (SILVA, 2006a, p. 59). O artigo 6º, que garante os direitos sociais fundamentais, engloba os direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Os direitos sociais são prestações positivas proporcionadas pelo Estado que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos e tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais (SILVA, 2006a, p. 183).

Piovesan (2010, p. 55) enfatiza que a Constituição de 1988 é a primeira, no Brasil, que integra ao rol dos direitos fundamentais os direitos sociais e econômicos que, nas constituições anteriores, estavam pulverizados no capítulo referente à ordem econômica e social. Embora desde 1934, as constituições brasileiras passaram a tratar dos direitos sociais e econômicos, porém o texto de 1988 foi o primeiro a afirmar que eles são direitos fundamentais, tendo aplicabilidade imediata.

O primeiro direito social garantido pela Constituição Federal é o Direito à Educação. De acordo com Marshall:

[...] o direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado (MARSHALL 1967, p. 73).

A saúde, outro direito social, é um direito de todos e um dever do Estado. O artigo 196 da CF 1988 preceitua que a saúde será garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença. Já o artigo 197 estabelece que as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

O direito a ter um trabalho, outra garantia fundamental elencada pelo artigo 6º, contribui para que o cidadão possa ter uma existência digna. Conforme Santos (1979) a extensão da cidadania no Brasil passou pelo trabalho, pela inclusão do homem em uma ocupação.

O direito à moradia foi incorporado ao texto constitucional apenas em 2000, por meio da Emenda Constitucional n. 26, de 14.12.2000. É um direito que estabelece que o cidadão não pode ser privado de uma residência digna, casa ou apartamento, mesmo que não seja próprio. Atos do Estado ou de particulares não podem retirar este direito, como ocorre, por exemplo, com a legislação que proíbe a penhora do imóvel que serve de moradia ao devedor e a sua família - Lei 8009/90, art. 3º (SARLET, 2013, p. 547).

O lazer como direito social está vinculado ao divertimento, recreação, ociosidade, repouso e esporte. Sua natureza social decorre do fato de que constitui prestação estatal que interfere nas condições de trabalho e na qualidade de vida. A concretização como direito social vai “depender de melhor definição na legislação ordinária” (SILVA, 2006b, p. 315-316). Nesse sentido, Sarlet (2013, p. 548) atesta que o direito ao lazer não tem conteúdo definido no texto constitucional. Sua função essencialmente protetiva resguarda o aspecto mais lúdico da vida humana, impondo ao poder público o dever de assegurar as condições que viabilizem o acesso ao exercício de atividades de lazer pela população. Atualmente, a

jurisprudência entende que o direito ao lazer está vinculado aos direitos à cultura e ao esporte. No texto constitucional o lazer é mencionado também nos artigos 217, § 3º, o qual declara que o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social; e 227, caput, que declara ser dever da família assegurar à criança e ao adolescente, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar.

Já a segurança prende-se ao conceito de segurança pública e é um direito social que se relaciona à “obtenção de uma convivência social que permita o gozo de direitos e o exercício de atividades sem perturbação de outrem” (SILVA, 2006a, p. 187).

A proteção à maternidade e à infância também são direitos sociais, participam dos direitos previdenciários e dos direitos assistenciais. De um modo geral garantem os benefícios previdenciários e trabalhistas para a gestante que trabalha, e também, proteção à criança e ao adolescente. Como a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados também é um direito social que está vinculado ao plano assistencial e previdenciário. De acordo com o artigo 203 da Constituição Federal, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social, e tem por objetivo proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, amparar a criança e o adolescente carente e a pessoa com deficiência. (SILVA, 2006a, p. 187).

Os direitos sociais previdenciários, foco da presente pesquisa, surgiram bem antes da Constituição de 1988. De uma forma geral, foram eles que deram o pontapé inicial para que os demais surgissem. Em 1919, eles foram propostos visando a proteção a acidentes de trabalho; posteriormente criaram-se regras para proteger a velhice, invalidez, morte (dependentes), doença e auxílio-maternidade (1923), para estabelecer fixação do salário mínimo (1940), abonos familiares (1941) e auxílio-desemprego (1965). Em 1943 é publicada a Consolidação das Leis de Trabalho e, em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social – INSPS. No período de 1966 a 1973 toda a população brasileira estava coberta pela Previdência Social (SANTOS, 1979, p. 13, 26-33).

Em suma, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados são direitos fundamentais do cidadão brasileiro. Assim como outros direitos que são garantidos pelos dispositivos constitucionais e também pela legislação infraconstitucional, eles podem se tornar letra morta se não forem efetivamente reconhecidos pelo cidadão e garantidos pelo Estado. Como salienta Dallari (2004),

A simples declaração da existência dos direitos é insuficiente. Para que esses direitos tenham significação prática é preciso que as pessoas possam exercê-los. Em sentido mais amplo é necessário que as condições políticas, econômicas e sociais garantam a todas as pessoas as mesmas possibilidades de ter e usar os direitos. Para tanto é preciso que a sociedade seja organizada de maneira justa e que a Constituição e as leis reflitam o ideal de justiça do povo e sejam respeitadas por todos (DALLARI, 2004, p. 63).

3.1.2 O significado de cidadania e seus condicionantes

A Constituição de 1988 foi batizada de *Constituição Cidadã*. O slogan é reproduzido em órgãos públicos com variações. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais se apresenta como “O Poder da Justiça Cidadã”; a Câmara dos Deputados é denominada a “Casa do Povo”, o Superior Tribunal de Justiça, uma das Cortes mais importantes do país, a última instância para resolução dos litígios que não estejam relacionados a causas constitucionais, se autointitula “O Tribunal da Cidadania”. O metrô e os ônibus recomendam o respeito às gestantes, pessoas com deficiência e idosos como atos de cidadania.

Mas o que se entende por cidadão e cidadania?

Para a presente pesquisa adotar-se-á o entendimento de que cidadão é o indivíduo que possui direitos e deveres outorgados pela sociedade civil. Este indivíduo exerce a cidadania ao participar e usufruir dos direitos civis, políticos e sociais, ao mesmo tempo que cumpre seus deveres com o Estado. Embora em teoria os direitos dos cidadãos estejam garantidos nas leis, na prática, por motivos que fogem ao escopo desta pesquisa, esses direitos não são exercidos por todos os indivíduos, principalmente daqueles com maior dificuldade de integrar-se plenamente à sociedade (por exemplo, os analfabetos, os reclusos, os incapazes etc.). Apesar disso, todos, indistintamente, são cidadãos; a impossibilidade, momentânea ou não, de exercer efetivamente os direitos que a lei atribui a alguém, não retira desse alguém o “status” de cidadão.

Nos debates de estudiosos do tema, os conceitos cidadão e cidadania estão intimamente relacionados à concepção de “ter direitos”. Pinsky (2013) inicia a introdução do livro “História da cidadania”, com a indagação: “afinal o que é ser cidadão?”

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2013, p. 9).

Na lição de Marshall a cidadania é:

[...] um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma **cidadania ideal** em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (MARSHALL, 1967, p. 76, grifo nosso).

Marshall divide o conceito de cidadania em três partes: civil, política e social. No que cabe à parte civil há os direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade, o direito de contratar e o direito à justiça. Na perspectiva política, o conceito de cidadania se relaciona ao direito de participar no exercício do poder político, como autoridade política ou como eleitor. Na perspectiva social refere-se a tudo que esteja relacionado ao bem-estar, ao direito de participar da herança social e de levar uma vida civilizada de acordo com os padrões da sociedade (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

A cidadania plena tem como tripé os direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno goza dos três direitos, o cidadão incompleto é aquele que possui apenas alguns direitos, o cidadão que não obtém benefícios de nenhum dos direitos é o não cidadão. Os direitos civis são inerentes ao homem, enquanto ser social, que vive em sociedade. São direitos fundamentais à vida, à liberdade à propriedade, à igualdade perante a lei; o direito de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis ou de não ser condenado sem passar por um processo legal. A diferença entre direitos civis e direitos políticos traz dessemelhança entre sociedade e Estado. Os direitos civis são disponibilizados para todos aqueles que estão sob a proteção do Estado, já os direitos políticos são intrínsecos àquele que participa da vida política do Estado. Eles se referem à participação do cidadão no governo da sociedade, ao assumir seu direito de votar ou de ser votado. No tocante aos direitos sociais, há que se observar que se os direitos civis garantem a vida em sociedade e os direitos políticos garantem a participação na administração da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva; essa riqueza inclui o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria (CARVALHO, 2007, p. 9-10).

O conceito de cidadão como alguém que participa das discussões e decide sobre assuntos de interesse coletivo foi cunhado no século XVIII. Seu alcance era para quem lia e participava dos círculos ilustrados. Nos dias de hoje, mais do que querer participar de debates,

críticas e discussões em prol do coletivo, os novos cidadãos transformaram-se em consumidores e preferem a fruição (LARA; CONTI, 2003, p. 28).

Nota-se que apesar de muitos autores se debruçarem sobre o conceito de cidadania e cidadão, ainda hoje eles não estão claros. A própria Constituição da República Federativa do Brasil tem a cidadania como um dos seus fundamentos¹⁸, mas em nenhum momento há menção do que seja cidadania na Carta Magna. Como bem salientou Marshall (1967), as instituições criam uma imagem ideal do que é cidadania, do que é ser cidadão e acreditam que a cidadania é alcançada quando ao menos uma das dimensões ocorre, seja a civil, a política ou a social.

Canclini (2001, p. 46) define o conceito de cidadania sob uma perspectiva que ultrapassa o sentido jurídico e político, se alinhando a instrumentos da economia, sociologia política e antropologia. Cita estudos de cidadania cultural realizados nos Estados Unidos, que veem os cidadãos não somente como aqueles que têm direitos reconhecidos pelo Estado por terem nascido no mesmo território, mas como aqueles que comungam práticas sociais e culturais que dão sentido ao pertencimento, que falam a mesma língua e que possuem formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades.

Ao repensar a cidadania em conexão com o consumo e estratégica política, procuro um marco conceitual em que possam ser consideradas conjuntamente as atividades de consumo cultural que configuram uma dimensão da cidadania, e transcender a abordagem otimizada com que sua análise é agora renovada. A insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania conduz a uma defesa da existência, [...] de uma cidadania cultural, e também de uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim podemos continuar despedaçando a cidadania em uma multiplicidade infinita de reivindicações (CANCLINI, 2001, p. 47-48).

A visão de Canclini é uma crítica à fragmentação da cidadania. Não há que se ter várias cidadanias (de consumo, cultural, racial, jurídico-político, de gênero, etc.), mas uma única cidadania com várias dimensões. As várias facetas da cidadania contemplam as necessidades civis, sociais, culturais, políticas e econômicas do cidadão.

¹⁸ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

3.1.3 A evolução do significado de cidadania

No mundo romano, cidade, cidadania e Estado constituíam um único conceito e significam *ciuitas*, que deriva de *ciuis*. *Ciuis* é o ser humano livre. A cidadania trazia a noção de liberdade em seu centro. Na realidade grega, a cidade designava a *polis*, cidadão era o *polites* e a *politeia* era o Estado. Para os gregos interessava primeiro a cidade, *polis*, e só depois o cidadão; diferentemente dos romanos que acreditavam ser o conjunto de cidadãos que formava a coletividade, a *ciuitas* (FUNARI, 2013, p. 49). Tanto em Roma, como na Grécia a cidadania era excludente.

Para Aristóteles, em *Política* (1991), há diversas espécies de cidadão. Os estrangeiros, os escravos, os infames, os banidos, os operários e os artesãos não são cidadãos, pelo contrário, são habitantes, ou então, são cidadãos em esperança por causa de sua imperfeição. O verdadeiro cidadão era aquele que possuía direito de votar nas assembleias e participar no exercício do poder público em sua pátria:

Apenas são os verdadeiros cidadãos os que são admitidos nas funções públicas ou esta qualidade pode convir aos operários? Se os contarmos entre os cidadãos, sem lhes conferirmos os cargos, esta prerrogativa não será mais o caráter distintivo do cidadão; se não os contarmos, em que classe os colocaremos? Não são nem estrangeiros, nem naturalizados. Classificá-lo-emos da mesma forma? Não haveria inconvenientes. É assim que excluímos os escravos e os libertos do número dos cidadãos (ARISTÓTELES, 1991, p. 39).

Dito de outro modo, “ser cidadão” na época de Aristóteles era ter direito de voto e não pertencer à classe dos escravos, crianças, idosos, artesãos e operários.

Habermas (2011) aponta que a cidadania, *citoyenneté* ou *citizenship* teve, por muito tempo, apenas o sentido de nacionalidade ou de pertença a um Estado. Hoje em dia o conceito foi ampliado para caracterizar também os direitos e deveres do cidadão.

O ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos de cidadania ocorreu no século XVII com a Revolução Inglesa, uma revolução burguesa que se inicia em 1640 e termina quase meio século depois (MONDAINI, 2013). Os resultados da revolução trouxeram mudanças no que se refere ao conceito de cidadania, contudo o processo ocorreu com muita lentidão. Primeiro surgiram os direitos civis, no século XVII, depois vieram as conquistas políticas, século XIX, com o direito de votar e participar do governo e somente no século XX surgem os direitos sociais, que foram implementados por uma *Poor Law* (Leis dos Pobres). Inicialmente os direitos eram deficientes, as mudanças ocorreram lentamente e foram distorcidas em vários momentos. Os direitos civis foram abandonados no século XIX em

detrimento dos direitos políticos, quando se começou a associá-los diretamente com a cidadania (MARSHALL, 1967).

Já a busca pela cidadania na história dos Estados Unidos e da França, como já foi dito na seção 3.1 deste capítulo, traz o cenário da Guerra da Independência e da Revolução Francesa, respectivamente.

Ao longo da história do Brasil e do mundo nem todos os homens eram livres, ou eram dignos de serem chamados de cidadãos. Bárbaros, peregrinos, bandidos, estrangeiros, escravos, trabalhadores rurais e artesãos representam o rol de pessoas consideradas não cidadãos.

No que tange às leis, a sequência em que os direitos foram sendo adquiridos no Brasil é diferente da lógica inglesa: aqui não houve linearidade na aquisição dos direitos, pelo contrário, os direitos foram surgindo de modo truncado e turbulento. Em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, o historiador José Murilo de Carvalho (2007) relata a evolução da cidadania discorrendo sobre o período de 1500 a 1889, apontando que o único progresso deste período foi a abolição da escravatura. A abolição só veio em 1888 e aos libertos não foram dadas escolas, terras ou empregos. A libertação não trouxe o sentido de igualdade de condições para todos. O escravo não era considerado cidadão, mas seu senhor também não o era. Ele era livre, tinha o direito de votar e ser votado, mas faltava-lhe o sentido da cidadania no que se refere à noção de igualdade de todos perante a lei.

[...] os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais (CARVALHO, 2007, p. 21).

Outros entraves do período colonial que impediam o florescimento de uma dinâmica de cidadania era o descaso pela educação, tanto a educação primária, como a superior. Portugal jamais admitiu a criação de universidades em suas colônias. A grande maioria da população era excluída dos direitos civis e políticos. Com a chegada da Independência esse cenário não mudou muito. A Constituição de 1824 estabelecia o direito de voto para homens com mais de 25 anos de idade ou que tivessem renda mínima de 100 mil réis, e as mulheres e escravos eram banidos do direito de votar.

Na organização escravista da sociedade da época não existia nenhuma legislação de proteção social. A Constituição de 1824, não apresentava nenhuma originalidade no que tange às questões sociais. Muitas décadas foram necessárias para que as elites dominantes, no Brasil e no mundo, sob pressão das contra-elites e das massas considerassem a existência de um problema social que incumbia ao Estado, administrar (SANTOS, 1979, p. 15).

A proclamação da República não trouxe também grande evolução para o cidadão brasileiro da época: os analfabetos, as mulheres, os mendigos e os soldados continuavam sem o direito de votar. O exercício dos direitos civis, de ir e vir, de ter propriedade, a inviolabilidade do lar, da proteção da honra, da integridade física e o direito de manifestação ficavam condicionados ao coronel. A industrialização da década de 1920 trouxe à cena a classe operária, que se organizava para enfrentar repressões comandadas por patrões e pelo Governo criando um movimento operário. Nesse momento, há um avanço na obtenção dos direitos civis, tendo em vista que o movimento lutava por direitos básicos, por direitos trabalhistas e direitos sociais, como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria. Os direitos sociais avançaram consideravelmente após 1930. Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e posteriormente foi regulamentada a legislação previdenciária e trabalhista, que culminou com a elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Durante esse período, o governo dedicou grande atenção para os problemas sociais e trabalhistas. Entre 1930 e 1945 houve avanços na área dos direitos sociais, a base da legislação trabalhista e previdenciária atual vem desse período (CARVALHO, 2007, p. 57-60).

Observe-se, no entanto, que a regulamentação da legislação trabalhista foi parcial, já que o sistema excluía algumas categorias profissionais. Para Santos (1979, p. 68), o conceito chave que permite entender a política econômica social após 1930 é o conceito de cidadania, um conceito desassociador que não se encontra num código de valores políticos, mas num sistema de estratificação ocupacional: “são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas em lei”.

Não obstante, é fácil notar que nesse conceito reducionista de cidadania ficavam excluídos os desempregados, os subempregados, os trabalhadores do mercado informal, os trabalhadores rurais, autônomos, trabalhadores domésticos e todos aqueles que não tinham profissão regulamentada. Para Santos (1979), havia na época uma cidadania regulada, ou seja, quem tinha uma profissão regulamentada por lei era cidadão. Ao longo da história muitos estiveram à margem da lei, sem direitos ou amparo do Estado. O trabalhador rural foi reconhecido e incorporado à sociedade legal somente após 1950, num cenário de acúmulo de problemas de saúde e de segurança (SANTOS, 1979, p. 84). Somente ao final da ditadura militar (1964-1985) o olhar para as questões da cidadania ultrapassou a noção de que cidadão era quem pertencia a uma categoria profissional.

Já nos anos 1980, de acordo com Carvalho (2007, p. 7), o esforço para construir uma democracia foi tão difundido entre os políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais,

dirigentes de associações e cidadão simples, que a cidadania “caiu na boca do povo”, ela virou “gente”. Num futuro bem próximo a Constituição de 1988 se chamaria “Constituição Cidadã”. A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe um novo significado para o conceito de cidadania, que exigia a participação do cidadão na vida e nos problemas do Estado. Ser cidadão não é ter simplesmente o poder de exercer o voto.

O entusiasmo da época trouxe a falsa crença de que o direito de votar e de ter liberdade de pensamento resultaria em segurança, emprego, combate ao analfabetismo, qualidade na educação, serviços de saúde e saneamento e igualdade social e econômica. Na Constituição de 1946 o voto foi estendido para todos os cidadãos, homens e mulheres com mais de 18 anos. Em 1988, é aprovada a Constituição mais liberal e democrática de todos os tempos, e nela o direito de voto foi garantido, embora facultativo ao analfabeto e ao menor de 16 anos. No que se refere aos direitos sociais houve considerável e importante ampliação, a exemplo da fixação de salário mínimo para as aposentadorias e pensões, investimento na educação fundamental e no combate ao analfabetismo, elevação da aposentaria dos trabalhadores rurais, piso mensal vitalício para idosos e pessoas com deficiência (CARVALHO, 2007, p. 206-207).

Após 1988 houve também avanços nos direitos civis, tais como o combate ao racismo e à tortura, regulamentação de lei para a proteção do consumidor, criação dos juizados de pequenas causas cíveis e criminais para tornar a justiça mais acessível para o cidadão. Dos “direitos que compõem a cidadania, no Brasil, são ainda os civis que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantia” (CARVALHO, 2007, p. 210). A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços significativos no que se refere à evolução dos direitos civis e sociais. No entanto, como afirma Carvalho (2007), há ainda carência no conhecimento destes direitos por parte da população.

As pesquisas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ demonstram claramente que entre os inúmeros fatores que tornam a justiça inacessível é a falta de conhecimento que o cidadão tem em relação ao funcionamento do Poder Judiciário e também o desconhecimento de alguns direitos básicos. Carvalho (2000, p. 108) cita pesquisa realizada em 1997, no Rio de Janeiro, quando o entrevistador pedia ao entrevistado que citasse três direitos constitucionais que considerasse mais importantes. As respostas demonstram a ignorância dos entrevistados em mencionar um só direito. Somente 12% dos entrevistados, de uma população quase toda alfabetizada, souberam mencionar um direito civil, em comparação aos 56,7% que não conseguiram citar nenhum. Os que conseguiram lembrar de algum direito citam os sociais, isto é, saúde, educação, emprego, habitação, previdência. Os direitos civis, como liberdade,

propriedade e segurança, ficaram num distante segundo lugar, os entrevistados elencaram como deveres civis, o pagamento de impostos e da previdência. E os direitos políticos, que são votar e ser votado são praticamente ignorados. O voto, por ser obrigatório, não é visto como um direito. É difícil entender, como aponta Carvalho (2000, p. 112), que “uma atividade considerada central no funcionamento da democracia representativa, o próprio núcleo da cidadania ativa no mundo moderno, não parece relevante na opinião dos cidadãos”.

A precariedade do conhecimento de direitos e de participação social convive com altos índices de participação eleitoral e de enquadramento no sistema político-legal. A maioria dos entrevistados da pesquisa mencionada possui carteira de identidade, título de eleitor, carteira de trabalho; convive com os noticiários de televisão e lê jornal. Isto significa que os baixos índices de cultura cidadã nada ou pouco têm a ver com exclusão do mundo legal e institucional.

A falta de conhecimento dos direitos traz uma situação desfavorável para a população, que fica sem saber que é dever do Estado oferecer determinados direitos, e que esses direitos não são nenhuma obrigação, dívida ou benefício. Quando os direitos são vistos como benefícios que o Estado oferece é comum uma valorização excessiva dos governantes, devido à percepção de que eles concederam “tais benefícios”, e não de que estes já estavam estabelecidos na constituição ou nas leis, gerando assim a figura do governo paternalista, do “salvador da pátria” que concede direitos aos menos favorecidos.

Para Carvalho (2007, p. 9) “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível”. Esse ideal pode deixar de ser inatingível quando o Estado abolir a desigualdade social e quando a sociedade criar parâmetros que formem, eduquem e informem os indivíduos de todas as classes sociais. Se a cidadania engendra-se na obtenção dos direitos civis, políticos e sociais, ela só vai ocorrer quando o indivíduo tiver conhecimento de quais são estes direitos. Do contrário será uma cidadania de letra morta, como aponta Frigoto (1992):

É senso comum falar-se que todo brasileiro é um cidadão. Quer dizer-se com isso que todos os seres humanos que vivem no Brasil têm os mesmos direitos, gozam das mesmas liberdades e chances. Sabemos que isso é falso. Trata-se de uma cidadania de letra morta, da igualdade abstrata que esconde a cidadania ausente. A cidadania ausente se manifesta na sua base material mais radical pelas relações sociais de exclusão. Esta exclusão, prova da cidadania ausente, se explicita pelos milhões de brasileiros (cerca de 90%) que compõem o PEA (população economicamente ativa) e que percebem não mais de dois salários mínimos. Explicita-se pelas 7 milhões de crianças sem acesso à escola, pelos milhões de meninos e meninas de rua, pelos 25 milhões de analfabetos absolutos e 60 milhões de analfabetos funcionais, pelos milhões de brasileiros vítimas do latifúndio e que constituem os sem-terra, os minifundiários, os meeiros, os bóias frias e os expulsos dos campos que formam os cinturões de miséria dos centros urbanos. A cidadania ausente se manifesta pela

mortandade infantil, pelo aumento das doenças endêmicas, pela subnutrição e pela violência dos violentados e violentadores (FRIGOTTO, 1992, p. 5-6).

A cidadania ausente não é somente uma realidade brasileira. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) avaliou a realidade da democracia na América Latina, não só como regime eleitoral, mas como uma democracia de cidadão, e constatou que embora esta tenha se propagado pela região, suas raízes não são tão profundas. A desigualdade e a pobreza são as principais deficiências que impedem que os indivíduos se manifestem como cidadãos com plenos direitos e de maneira igualitária. O relatório elaborado pelo PNUD (2004) busca apontar os entraves à democracia e demonstrar a necessidade de os governos latino-americanos criarem políticas, cujo objetivo seja a cidadania integral, que ofereçam ao cidadão acesso aos direitos cívicos, sociais, econômicos e culturais em perfeita harmonia. Dados do relatório apontam significativas conquistas no tocante à cidadania civil, tais como igualdade legal, proteção contra a discriminação e proteção contra a mulher. Todavia, é limitada a capacidade dos Estados para garantir os direitos na prática, o que implica dizer que algumas dimensões da cidadania na América Latina continuam no papel (PNUD, 2004, p. 25-28, 38, 185).

No que se refere à cidadania social, os indicadores demonstram que os excluídos do exercício pleno da cidadania social são os mesmos que sofrem carências em outras dimensões da cidadania. Em 15 dos países estudados, mais de 25% da população vive abaixo da linha de pobreza. Os principais problemas são desemprego, pobreza, desigualdade, renda insuficiente, delinquência, drogas, corrupção e serviços e infraestrutura insuficientes. Como no Brasil, a democracia da América Latina é eleitoral e não cidadã, sua realidade pode ser representada por um triângulo com um vértice da pobreza, outro da democracia e um da desigualdade (PNUD, 2004, p. 25-28, 38, 185).

Ao observar a evolução da cidadania no Brasil, nota-se que houve um avanço considerável no que se refere às leis que regem os direitos do cidadão, principalmente no que tange a questões sociais. No entanto, na prática este avanço não se concretiza na vida dos cidadãos por questões políticas, econômicas e também por seu desconhecimento quanto aos seus direitos.

3.1.4 A informação como direito social

O direito à informação, que já estava esculpido nos incisos XIV, XXXIII, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação, que garante ao cidadão ter acesso à informação produzida pelos atores governamentais em uma linguagem acessível.

A igualdade de todos perante a lei começa com a igualdade de acesso à informação. Se o conhecimento é a informação trabalhada, o indivíduo só alcançará o status de conhecedor dos seus direitos se deles tiver conhecimento e se eles lhe forem informados.

O acesso à informação é condição básica para se criar um Estado democrático e fortalecer os direitos do cidadão. Ao ter informação o cidadão desenvolve senso crítico e passa a reconhecer que ele é responsável pelo seu crescimento e pelo crescimento da sociedade em que vive. Ao tomar conhecimento dos seus direitos, fica ciente de quem são os responsáveis em disponibilizá-los e passa a lutar para que esses direitos sejam concedidos pelo Estado.

Seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e qualidade das informações que possui, mas especialmente, em função de sua possibilidade de acesso às fontes da informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber (CHAUÍ, 1980, p. 151, grifo nosso).

A possibilidade de intervir como produtor do saber faz com que o cidadão participe das conquistas promovidas pela cidadania, tendo condição intelectual e senso crítico para debater os problemas da sociedade civil e buscar soluções que sejam benéficas para si e para a coletividade. Esse estágio de consciência crítica necessária à construção da cidadania se alcança pelo viés da informação:

[...] construção da cidadania ou das práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, como de direitos civis e sociais depende fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação sobre os mesmos e de um processo de discussão crítica sobre os processos que se desenvolvem no contexto social em questão, ou seja, as condições sociais de produção do conhecimento [...] o não-acesso à informação dificulta o pleno exercício da cidadania. Assim, a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo com qualquer outro, sendo tão importante como o direito à educação, saúde, moradia, justiça e tantos outros (ARAÚJO, 2000, p. 2, grifo nosso).

Nesse sentido, é necessário combater a desinformação legislativa dando acesso à informação, simplificando a linguagem, demonstrando quais são as competências de cada

órgão governamental utilizando os diversos meios para sua consecução. Com estas atitudes pode-se reverter a dura realidade nacional.

Enquanto parte tão vasta dos brasileiros ignorar o que lhes promete, e deles exige, o ordenamento, nenhuma esperança pode haver de que a vida nacional deixe de padecer das aberrações de que padece. Enquanto o povo não compreender, ao menos nas linhas básicas, a estrutura e o funcionamento das instituições, haverá cidadãos que endereçam mal sua justa insatisfação com o estado de coisas, culpando, por exemplo, o Presidente da República, ou algum ministro pela deficiente prestação do serviço de limpeza urbana [...] (MOREIRA, 1994, p. 319).

A ignorância e incompreensão legislativa torna o indivíduo desinformado de seus direitos e deveres e pode dificultar o convívio social:

A lei é o ato oficial de maior realce na vida pública. Ato de decisão política por excelência, é por meio dela, enquanto emanada da atuação da vontade popular, que o poder estatal propicia ao viver social modos predeterminados de conduta de maneira que os membros da sociedade saibam, de antemão, como guiar-se na realização de seus interesses (SILVA, 2006b, p. 121).

Sendo a lei um ato oficial que influencia direta e indiretamente o comportamento da sociedade civil ao determinar modelos de conduta necessários ao convívio social, se justifica a importância de ações que visam a divulgar e disponibilizar os textos legislativos em uma linguagem e formato acessíveis. É sabido que para a população é difícil conhecer uma informação se ela não foi divulgada, e mais difícil ainda é compreendê-la se ela não estiver em uma linguagem de fácil entendimento. Por que será que o consumismo no Brasil e no mundo está a cada dia mais presente na vida das pessoas? Obviamente é porque as campanhas publicitárias veiculadas pelos meios de comunicação de massa fazem com que a população conheça e a instiga a desejar o produto e, além disso, elas falam a linguagem do público que pretendem atingir. Neste sentido Canclini (2001) observa que:

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertencem e que direito isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos (CANCLINI, 2001, p. 37).

Na perspectiva do autor, foi o crescimento das tecnologias audiovisuais e os meios eletrônicos que deslocaram o desempenho da cidadania em relação às práticas de consumo. Descrentes e cansados da burocracia e formalidades que engessam as ações do Estado, o público recorre a outros meios para se informar, entender a comunidade à qual pertence, conhecer e exercer direitos.

O público recorre ao rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção. Não é possível afirmar que os meios de comunicação de massa com ligação direta via telefone, ou que recebem os espectadores em seus estúdios, sejam mais eficazes que os órgãos

públicos, mas fascinam porque escutam e as pessoas sentem que não é preciso se ater a adiamentos, prazos, procedimentos formais que adiam e transferem as necessidades. [...] A cena de televisão é rápida e parece transparente; a cena institucional é lenta e suas formas (precisamente as formas que tornam possível a existência de instituições) são complicadas até a opacidade que gera o desespero (CANCLINI, 2001, p. 50).

Os órgãos governamentais responsáveis pelas comunicações sociais precisam criar estratégias para aproximar, atender e dar a atenção necessária para o público que procura os meios de comunicação de massa para resolver problemas que são de competência do Estado. As atividades de disseminação formuladas pelos serviços governamentais buscam, quase sempre, a democratização da informação. No entanto, esse conceito tem sido desgastado pelo uso quando se verifica que as decisões sobre quais informações e em que formatos divulgá-las são influenciadas por julgamentos unilaterais (LARA, 2003, p. 27).

A Internet e outros meios eletrônicos são recursos que podem ser utilizados pelo Estado para orientar e criar um vínculo mais próximo com o cidadão. Todavia, não basta apenas apresentar uma lista dos direitos e deveres do cidadão, como faz, por exemplo, o Portal do governo brasileiro¹⁹. É necessário mostrar quem o cidadão deve procurar para pleitear o direito, onde ele deve ir, como ele deve proceder. De posse dessas informações, o cidadão poderá exercer a cidadania e lutar para que o que é justo e correto seja colocado em prática.

Cidadania é ter direitos, mas é também ter obrigações. Se o cidadão não tem informação sobre quais são os seus direitos e deveres poderá não cumprir com suas obrigações. Ao descumprir suas obrigações ele não estará de acordo com a lei e terá que pagar por esse descumprimento. Neste momento, o Direito usa a coercibilidade e aciona seus agentes e autoridades, tais como Polícia, Poder Judiciário, Tribunais de Conciliação, entre outros, para punir o indivíduo que descumpriu as regras. Afinal, como afirma Kelsen (1976, p. 171) “um indivíduo tem o dever de se conduzir de determinada maneira quando esta conduta é prescrita pela ordem social”.

Deste modo, para que o conhecimento das leis e o acesso aos direitos que o Estado concede não seja privilégio de poucos, é necessário que o cidadão tenha condições plenas de exercer a cidadania, tomando posse dos direitos civis, políticos e sociais que lhe são proporcionados. Este processo poderá ser facilitado se tiver acesso às informações que estabelecem quais são seus direitos e também seus deveres via inúmeros mecanismos de disseminação da informação. Cabe ressaltar, todavia, como pondera Barreto (1994, p. 5), que

¹⁹ Disponível em: <www.brasil.gov.br>.

numa sociedade fragmentada por desajustes sociais, econômicos e políticos possibilitar acesso à informação não garante uso efetivo e produção de conhecimento. A democratização da informação não se resume em criar programas para facilitar o acesso à informação, é necessário oferecer meios para que o indivíduo tenha condições de receber a informação e transformá-la em conhecimento. Esses meios se vinculam a todos os direitos sociais citados anteriormente, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, previdência social etc., o indivíduo transformará informação em conhecimento se tiver condições físicas, emocionais, intelectuais e culturais para fazê-lo.

4 A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

O Direito e a Ciência da Informação, cada uma com seus objetivos, se aproximam no que tange ao desempenho de papéis sociais. No rol de suas responsabilidades podem ser destacadas as ações que se voltam à promoção da cidadania. Deste modo, a presente seção busca investigar o papel social do Direito e da Ciência da Informação, refletindo sobre o que os juristas e cientistas da informação podem fazer ou estão fazendo, no contexto social, em prol do estabelecimento da cidadania.

Pretende-se, primeiramente, apresentar conceitos relacionados ao Direito, bem como discutir sua função na sociedade brasileira, notadamente ao que se refere à implantação de políticas públicas para o cidadão. Em seguida, discute-se o papel social da Ciência da Informação enquanto ciência responsável pelos fenômenos que envolvem a criação, organização, recuperação e acesso à informação, outro modo de promover o uso da informação.

4.1 Direito: conceitos, papéis e a sociedade brasileira

O termo “direito” é polissêmico e possui várias acepções, podendo significar ciência (Ciência do Direito), conjunto de normas (leis, códigos, constituições), direito de “alguém”, comportamento certo ou adequado (em contraponto ao comportamento considerado ‘errado’), ordenamento jurídico de um país (direito brasileiro, direito italiano), ou órgão regulador da sociedade.

Nos ensinamentos de Tercio Sampaio Ferraz Jr.:

O direito é um dos fenômenos mais notáveis na vida humana. Compreendê-lo é compreender uma parte de nós mesmos. É saber em parte porque obedecemos, porque mandamos, porque nos indignamos, porque aspiramos mudar em nome de ideais, porque em nome de ideais conservamos as coisas como estão. Se livre é estar no direito e, no entanto, o direito nos oprime e nos tira a liberdade. (FERRAZ JR., 1994, p. 21).

Dallari (2004, p. 8) afirma que as pessoas humanas são todas iguais por natureza e todas valem a mesma coisa; contudo, cada uma tem suas preferências e particularidades e nem sempre estão de acordo. Neste contexto, é necessário que existam regras que regulem o comportamento e estabeleçam o que cada um deve ou não fazer, o que é permitido e o que é

proibido. Essas regras, que constituem o Direito, existem não para sufocar as pessoas e impedir que se manifestem, mas para regular as manifestações e dar a elas sentido positivo.

“O Direito corresponde à exigência essencial e indeclinável de uma convivência ordenada, pois nenhuma sociedade poderia subsistir, sem um mínimo de ordem” (REALE, 2002, p. 2). Em sua ação reguladora, define direitos e impõe obrigações para o cidadão e para as instituições civis, tirando a liberdade de fazer algo que não seja regulamentado.

Para Bobbio,

‘Direito’ é uma figura deôntica e, portanto, é um termo da linguagem normativa, ou seja, de uma linguagem na qual se fala de normas e sobre normas. A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo [...] A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. Assim como não existe pai sem filho e vice-versa, também não existe direito sem obrigação e vice-versa (BOBBIO, 2004, p. 74).

Kelsen salienta a faceta prescritiva do Direito cuja função seria prescrever normas para regular a conduta humana: “[...] o Direito motiva os indivíduos a realizarem a conduta prescrita, na medida em que o desejo de evitar a sanção intervém como motivo na produção desta conduta.” (KELSEN, 1976, p. 62).

No tocante à função do Direito, Faria (2010, p. 20) afirma que há uma crise de identidade epistemológica na reflexão teórica e analítica, que primeiramente o concebe como uma simples técnica de controle e organização social e, em seguida, como um instrumento de direção e promoção social:

No primeiro caso, o direito é concebido como um sistema normativo emanado da autoridade estatal e constituído por regras jurídicas de diferentes níveis, que regulamentam o emprego da força nas relações sociais, determinam os limites do comportamento dos homens e sancionam as condutas não desejadas conforme a ordem a ser mantida. [...] No segundo caso [...] Na medida em que o uso do direito como instrumento de direção e promoção social tem por objetivo a consecução de um equilíbrio material entre os diferentes setores, grupos e classes sociais, a ideia de ‘justiça’ inerente ao sistema legal acaba sendo pensada como um princípio de ‘balanceamento’ de interesses irreduzíveis a uma medida universal e geral. Esta é a razão pela qual o sistema destaca-se por suas normas com propósitos compensatórios, redistributivos e protetores, rompendo com o princípio da igualdade formal de todos os sujeitos de direito no âmbito de um mesmo ordenamento jurídico. É por este motivo que a lei não é tratada como sinônimo de direito, ou seja, como se este se reduzisse somente a um texto legal [...] (FARIA, 2010, p. 21- 23).

No contexto da política social, a função do Direito pode ser estabelecida por meio da reflexão de Coutinho (2013, p. 83-84) que ao estudar autores como Locke, Bentham, Marx e Weber, conclui que o Direito assegura a prevalência de direitos naturais, propicia o maior grau de felicidade para o maior número de pessoas, moderniza, racionaliza e materializa a vida social.

De acordo com Bourdieu (2004, p. 237):

[...] o direito é a forma por excelência do discurso atuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele *faz* o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este.

Embora o Direito seja feito pelo mundo social, a população não se sente à vontade com ele, principalmente no que se refere à linguagem. De fato, para o homem comum, o Direito consiste num grande número de símbolos e ideais incompatíveis, que se tornam mais latentes quando se está envolvido num processo judicial: por mais que se esteja seguro dos direitos, a presença do outro contestando cria certa angústia que desorganiza a tranquilidade. Isto porque ao mesmo tempo em que o Direito protege o cidadão do poder arbitrário e do caos, dando oportunidades iguais e amparando os desfavorecidos, é também um instrumento manipulável que permite o uso de técnicas de controle e dominação, que pela complexidade, é acessível apenas a alguns especialistas (FERRAZ JR., 1994, p. 31).

Bourdieu (2004, p. 226) afirma que, como toda a linguagem doutra, a linguagem jurídica consiste num uso particular da linguagem vulgar. Observa-se que mesmo utilizando termos provenientes da linguagem vulgar o tecnicismo dos especialistas sustenta a distância e a dependência destes em relação ao público “inculto do saber jurídico”:

São também os profissionais quem produzem a necessidade dos seus próprios serviços ao constituírem em problemas jurídicos, traduzindo-os na linguagem do direito, problemas que se exprimem na linguagem vulgar e ao proporem uma avaliação antecipada das probabilidades de êxito e das consequências das diferentes estratégias, e não há dúvida de que eles são guiados no seu trabalho de construção das disputas pelos seus interesses financeiros, e também pelas suas atitudes éticas ou políticas (BOURDIEU, 2004, p. 232)²⁰.

Por mais que estudiosos preguem que uma das funções do Direito é proteger a minoria desassistida, há sempre a sensação de que o discurso não é reproduzido na prática, isto é, na vida diária da população. Como afirma Bobbio (2004, p. 62), ao tratar dos direitos do homem, deve-se manter a distinção entre teoria e prática. Ambas percorrem estradas diferentes e com velocidades desiguais. Muito se falou sobre os direitos dos homens entre eruditos, filósofos, juristas, sociólogos e políticos, muito mais do que se conseguiu fazer até agora para que os direitos fossem reconhecidos, as aspirações (nobres, mas vagas) e as exigências (justas, mas débeis) se transformassem em direitos propriamente ditos (BOBBIO, 2004).

No plano prático, no que se refere à realidade brasileira, há muitas obrigações que são impostas ao cidadão. Há um número exacerbado de normas que muitas vezes não trazem nenhum benefício imediato para a sociedade. Há um Poder Legislativo que costumeiramente está envolvido em escândalos e desvios de verbas. Há um Poder Judiciário que tenta se

²⁰ Vale ressaltar que Bourdieu é um crítico da Teoria Pura do Direito de Kelsen.

aproximar do cidadão, mas nem sempre consegue, por ter que resolver, dentre outros problemas, questões administrativas de ordem interna e externa e questões relacionadas ao funcionamento e morosidade da justiça. Ademais, o Poder Judiciário se distancia da população menos favorecida financeiramente devido às custas que são necessárias para propor uma ação judicial. Dallari (2004) observa que as pessoas desprovidas de recursos financeiros não conseguem obter a proteção do Poder Judiciário, uma vez que os processos judiciais são complicados e exigem a contratação de um advogado, o que muitos não conseguem porque não podem pagar. Ainda no que se refere à atuação do Poder Judiciário, há excesso de zelo com a linguagem técnica que afasta qualquer um que não esteja apto tecnicamente para entrar na ordem do discurso jurídico, parafraseando Foucault (2010).

No plano teórico há muitas promessas que não são cumpridas e políticas sociais que não saem do papel. Não há um olhar mais apurado para os problemas sociais, que em alguns momentos são colocados em plano secundário e perdem espaço para os estudos de economia de mercado.

Sobre o tema, Nunes (2013, p. 85) aponta que as arbitrariedades interpretativas e legislativas danificam o atuar imparcial exigido pela Constituição; no caso da produção das leis, abandona-se a legitimidade democrática para atender a interesses privados ou meramente setoriais. Há um distanciamento do legislador dos legítimos anseios sociais quando da produção das normas.

Embora a Constituição Federal de 1988 contenha normas programáticas, isto é, “normas que preveem objetivos a serem alcançados por meio de políticas públicas, como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais e sociais” (COUTINHO, 2010, p. 13) é moderado o engajamento dos operadores do Direito na promoção de políticas públicas:

Os juristas estão habituados a falar da justiça social e são desde cedo expostos a diversas concepções metafísicas sobre o que ela é ou deveria ser. No entanto, em muitos países (incluindo o Brasil), não são como regra educados ou treinados para desempenhar o papel chave que, na prática, cumprem na implementação de políticas públicas – que são, por excelência, os mecanismos pelos quais direitos se efetivam nos Estados de Bem-Estar Social. Por conta disso, sejam eles juízes, advogados, promotores de justiça, defensores ou administradores públicos, esses profissionais tendem a se ressentir da falta de familiaridade e habilidade para lidar com os desafios quotidianos que a concretização de um ideal de justiça demanda a todo tempo (COUTINHO, 2013, p. 13).

Na visão de Canotilho (2010, p. 34), “convém lembrar que o Direito, se quiser ser direito, tem de permanecer em diálogo com os problemas mais difíceis da filosofia prática”. Correia (2010) entende que

[...] para o direito dialogar verdadeiramente com a realidade, ele, antes, precisaria estabelecer uma conversa com os pólos opostos do poder. No entanto, não dialoga com a realidade dos mais carentes economicamente, já que estes também são, na sociedade, os carentes de poder. Dialoga demais com a realidade dos poderosos, já que estes acabam por ditar o sentido que pretendem que o mundo assuma. Logo submetendo-se a um jogo de poder, a efetividade do direito está na efetividade dos grupos, mais ou menos favorecidos, em usar do poder. Logo, a crítica ao direito não se insere, *ab initio*, no interior do próprio direito, mas essencialmente no poder e, portanto, na política (CORREIA, 2010, p. 116).

Cabe mais ao Direito criar políticas que atendam a um número expressivo de excluídos, que oferecer meios paliativos de assisti-los. Decerto que o Estado brasileiro, por questões orçamentárias, econômicas e políticas, não consegue atender a todos. Há uma filtragem das demandas e as consideradas mais relevantes são selecionadas. Por muitas vezes, as demandas sociais estão na pauta das prioridades, havendo preferência pelas questões educacionais, trabalhistas, habitacionais, de saúde e de previdência, mas o que ocorre na outra ponta é uma completa morosidade por parte dos agentes governamentais que precisam pôr em prática as políticas desenvolvidas pelo Direito. Sem contar a leniência que atrasa a implantação de soluções para as prioridades sociais. Muitas vezes nada é considerado urgente, transferindo as responsabilidades para a gestão do próximo governo.

Quando a política pública sai do papel e se transforma em um projeto social, surgem novos desafios para que ela seja incluída efetivamente na vida do cidadão. Ressalte-se como um desafio perene a clarificação dos procedimentos necessários ao usufruto dos benefícios que foram criados, principalmente para a classe mais excluída da sociedade. Embora existam bons programas sociais, a exemplo do “Minha casa, Minha vida”, que se propõe incentivar a produção e aquisição de novas moradias para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (Cf. artigo 1º, da Lei 11.977, de 7 de julho de 2009), nem sempre se encontram mecanismos de informação suficientes para orientar o cidadão.

Um dos fatores que contribui para que o Direito se distancie da prática é a ineficácia das ações e o despreparo dos agentes responsáveis pela implantação das políticas públicas quanto à clara disponibilização e disseminação de informações para a população, além da escassez de recursos orçamentários. A intervenção do judiciário é, muitas vezes, tendenciosa, ao privilegiar aqueles que podem pagar advogados para ‘acompanhar’ os cidadãos em face às suas demandas passíveis de serem contempladas pelas políticas públicas, com favorecimento das demandas individuais em detrimento das coletivas.

Pelo exposto até o momento, nota-se que o exercício do papel social do Direito no Brasil encontra obstáculos de natureza histórica, política, econômica, social e cultural, podendo esbarrar na atuação de atores governamentais responsáveis pela elaboração e

aplicação das leis. Conforme pontua Coutinho (2013) o Direito não tem a plasticidade que a visão otimista sugere, pois como reflexo da sociedade, tem raízes profundas no *status quo*. Dito de outro modo, o Direito reflete o estado atual da sociedade. A sociedade desenvolvida e estabilizada financeiramente terá um Direito desenvolvido e estabilizado. De modo contrário, a sociedade com dificuldades de crescimento e desenvolvimento econômico terá uma realidade de dificuldades em todos os seus sistemas, inclusive o jurídico.

As dificuldades enfrentadas pelo Direito na sociedade brasileira contribuem para que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não sejam bem vistos pela população. No que se refere ao judiciário, cita-se, como exemplo, a pesquisa Índice de Confiança na Justiça no Brasil (ICJBrasil), que objetiva avaliar como está a confiança do brasileiro na Justiça. De uma forma geral, para o público entrevistado o Judiciário tem pouco prestígio, sendo a sétima instituição mais confiável, ficando atrás das Forças Armadas, Igreja Católica, Ministério Público, Imprensa Escrita, Grandes Empresas e Polícia. De forma geral, os entrevistados consideram o Judiciário lento, caro e difícil de utilizar. A crise no sistema judiciário no Brasil remonta à década de 1980 e de lá para cá esse quadro vem aumentando devido ao número de processos novos e em andamento (FGV-DIREITO SP, 2014).

Quando uma instituição pública não é bem vista pelos membros da sociedade, a tendência é não procurá-la. Se o cidadão não confia no Judiciário é provável que não busque conhecer seus direitos e deveres e evite recorrer a essa instância para solucionar possíveis litígios. No entanto, não é isso o que ocorre, conforme dados da pesquisa ICJBrasil (2014), mesmo diante da má percepção sobre o Judiciário a maioria dos entrevistados declarou que o procuraria para resolver eventuais conflitos. Nota-se a passividade do cidadão brasileiro que silencia diante de situações que ameaçam a estrutura social e causam desajustes individuais e coletivos. Inerte a tais situações conforma-se com a liderança do Estado e não vê outro recurso que não seja o de contentar-se com aquilo que lhe é oferecido, com raras exceções.

É latente a necessidade de mudança das instituições jurídico-legislativas e, ao mesmo tempo, é preciso que o cidadão conheça mais seus direitos e lute por eles. O cidadão não pode pensar que o Judiciário não é confiável, que o Direito é para os privilegiados ou para os letrados que guardam o conhecimento, ou que o Direito dita normas que são ininteligíveis.

Num contexto religioso, mas que pode ser aplicado perfeitamente à realidade citada anteriormente, Bauman enfatiza que:

[...] Novas incertezas geradoras de medo são introduzidas no mundo da vida do 'leigo'. Muitas delas são tão distantes de sua prática cotidiana que nem a gravidade nem a cura declarada podem ser verificadas, em contraste com os efeitos evidentes do ponto de vista subjetivo. Tal circunstância, claro, aumenta ainda mais o poder do

conhecimento e de seus guardiões. Além disso, ela torna esse poder quase invulnerável à contestação (BAUMAN, 2010, p. 27).

Num cenário em que há incredibilidade, incerteza e insegurança no que se refere às políticas públicas, sabe-se que o Direito cumpre sua função distributiva ao criar normas jurídicas que asseguram o desenvolvimento de políticas nas áreas de previdência, assistencial social, habitação, saúde, educação etc. Deste modo, o diálogo do direito com o cidadão é concretizado por meio de atos normativos. Concorde-se com o professor Canotilho (2010) quando ele afirma que as normas jurídicas não são declarações de amor para quem quer seja. Todavia, defende-se que ao criar normas, o Direito impõe regras e comportamentos obrigatórios a fim de controlar e resolver conflitos emanados na sociedade e assegura direitos para o cidadão. Sendo assim, as normas devem ser claras o suficiente para que o cidadão possa entendê-las, interpretá-las e usufruir dos benefícios sociais que lhe são assegurados.

Segundo Correia (2010, p. 117), para interpretar o Direito, o mais simples dos intérpretes e o seu grande destinatário, que é o homem comum, deve apoderar-se de uma realidade quase intransponível. A equação jurídica continua a ser construída, essencialmente, apenas ou em grande parte, pelos que produziram esse signo cultural de dominação.

A presente pesquisa vem ao encontro das incertezas que ocultam o papel social do Direito ao propor que o cidadão, não especialista em Direito, tenha acesso facilitado e simplificado a atos normativos que interferem no seu dia a dia. Ao se aproximar do cidadão por meio de iniciativas que valorizem a simplificação da linguagem ou que proponham ‘pontes’ (SAGER, 1993) entre linguagens, o Direito deixará de ser visto como algo inatingível pelo cidadão e passará a ser entendido como instrumento de defesa de seus direitos – sua função primordial.

4.2 A Ciência da Informação e o acesso à informação

A promoção do acesso à informação envolve procedimentos que não se restringem a agrupar quantidade significativa de dados e informações e publicá-los num suporte impresso ou digital. De modo contrário, para que haja eficiência no processo de divulgação de informações é necessário observar algumas questões, tais como: (i) qual será o objetivo da informação: combater a desinformação; instigar o pensamento crítico; possibilitar a geração do conhecimento; divulgar informações utilitárias, transmitir informações científicas, etc. (ii) para quem a informação será transmitida: crianças, jovens, adultos, estudantes, especialistas, cidadãos em geral etc. (iii) quais as necessidades informacionais do público-alvo; (iv) como a

informação será organizada, sistematizada e estruturada; (v) como a informação será acessada/recuperada pelo público-alvo. A Ciência da Informação, como ciência responsável em investigar o fluxo da informação, desde a produção até a disseminação e uso, tem propriedade para responder a todas essas questões.

Nos últimos anos o desafio de organizar informações tem chamado a atenção das pessoas. No entanto esse desafio não é recente, há séculos as pessoas vêm lutando contra as dificuldades de organizar informações. A Biblioteconomia, subcampo da Ciência da Informação há muito se dedica à tarefa de organizar e fornecer acesso à informação (ROSENFELD; MORVILLE, 2002, p. 51).

De fato, a Ciência da Informação empenha-se em resolver um problema social concreto – o da informação. É uma ciência social que tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos) e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso (LE COADIC, 2004, p. 19,25). No desempenho de suas funções a Ciência da Informação engloba tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional. É uma ciência interdisciplinar, está profundamente ligada à tecnologia da informação e possui forte dimensão social humana, conforme Saracevic (1996. p. 47) que a define como:

[...] um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Atuando em dois polos – investigação científica e prática profissional – a Ciência da Informação se volta para a produção de conhecimento e para a prática de organizar acervos documentais, controlando todo o fluxo informacional, é o que atesta Borko em sua clássica definição da área:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa)²¹.

²¹ No original: Information science is a discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and the means of processing information for optimum accessibility and usability. It is concerned with that body of knowledge relating to the origination, collection, organization, storage, retrieval, interpretation, transmission, transformation, and utilization of information (BORKO, 1968, p. 3).

A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação promove o diálogo com outras áreas do conhecimento tais como Comunicação, Administração, Ciências Cognitivas, Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia, Linguística, Terminologia, Organização e Representação do Conhecimento, Tecnologia da Informação e Arquitetura da Informação. O diálogo com outras áreas oferece aportes teóricos e metodológicos para a sua evolução e sedimentação. Saracevic (1996, p. 48) considera que a interdisciplinaridade foi introduzida pela variedade de profissionais que buscavam resolver problemas referentes à compreensão e comunicação da informação, comportamento informacional, acesso ao conhecimento, entre outros problemas que não poderiam ser resolvidos no âmbito de uma única disciplina. Dessa forma, engenheiros, bibliotecários, químicos, linguistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação e homens de negócios contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas e práticas da área. A proximidade, por exemplo, com a Tecnologia da Informação revolucionou todas as fases do ciclo da informação. Os sistemas de informação, os serviços de informação, os recursos informacionais são largamente influenciados pelas inovações tecnológicas da Ciência da Informação, como sublinha Freire (2014).

A evolução da Ciência da Informação está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação, uma vez que o imperativo tecnológico tem gerado transformações que culminaram em uma sociedade pós-industrial, a sociedade da informação. Nesse contexto, a Ciência da Informação desempenha importante papel na evolução da sociedade da informação por suas fortes dimensões social e humana, as quais vão além das fronteiras da tecnologia (FREIRE et al, 2014, p. 6).

As iniciativas embrionárias da Ciência da Informação surgem da necessidade de organizar quantidade significativa de informação. Paul Otlet (1868-1944) e Henry La Fontaine (1854-1943) foram responsáveis por diversas ações para disseminação do conhecimento. Otlet sonhava em facilitar o acesso do maior número de pessoas à informação. Em 1934 publicou o Tratado da Documentação (*Traité de Documentation*). Depois de alguns anos, Vannevar Bush publicou o artigo *As we may think* (Como nós pensamos) apontando os problemas decorrentes do volume e do valor da informação disponibilizada após a segunda guerra mundial. Bush discutiu a noção de associação de conceitos ou palavras para a organização da informação: acreditava que esse era o padrão que o cérebro humano utilizava para transformar informação em conhecimento. Construiu uma máquina chamada *Memex*, que era um utensílio tecnológico utilizado para armazenar e recuperar documentos por meio da associação de palavras (BARRETO, 2012, p. 18-21). Percebe-se que tanto as ações de Otlet como as de Bush estão relacionadas às questões de acesso e organização da informação.

Para Capurro (2003) a Ciência da Informação tem duas raízes: uma é a Biblioteconomia Clássica e outra a computação digital. Para ele as orientações da área se resumem em três paradigmas (modelos): o físico, o cognitivo e o social. O paradigma físico “postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor”. O paradigma cognitivo observa “de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de modelos mentais do mundo exterior que são transformados durante o processo informacional”. O paradigma social abandona a busca ideal de uma linguagem para representar e recuperar o conhecimento, uma vez que a área oferece informação para distintas comunidades de usuários e cada qual, em seu contexto social, pode desenvolver seus critérios de seleção e relevância.

A informação, objeto da Ciência da Informação, possui várias definições que variam conforme o contexto. Estudo de Capurro e Hjørland (2007) apresenta a diversidade de definições encontradas para o termo nas áreas das ciências naturais e humanas. Buckland (1991, p. 351-352) também afirma que o termo informação é ambíguo e pode ser usado de diferentes maneiras. Ele assume três concepções para a informação: *informação como processo*, que está relacionado ao ato de informar, ao fato de alguém ser informado, a comunicação do conhecimento; *informação como conhecimento* se refere ao conhecimento que é comunicado, transmitido na informação-como-processo e *informação como coisa* que é a atribuição do termo informação para objetos, dados, documentos. Sistemas de informação, bibliotecas, museus trabalham com a *informação como coisa* (livros, bases de dados, objetos), com a intenção de que os usuários sejam informados (*informação como processo*) e com isso atinjam o conhecimento (*informação como conhecimento*). Lara e Conti (2003, p. 27) referindo-se à concepção do autor afirmam que a informação, como processo, relaciona-se “aos fluxos formais e informais que podem conduzir a alterações de estoques de conhecimento [...] a informação como conhecimento pode depender da “coisa”, ou da existência de documentos informativos [...] a existência de fluxos informacionais, porém, não significam necessariamente a geração de conhecimento”.

De fato, a informação é a matéria prima do conhecimento e “deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (MCGARRY, 1999, p. 11). Do tradicional esquema “dado, informação, conhecimento” pode-se considerar que há diversidade de dados, há quantidade expressiva de informação registrada e estruturada nos suportes informacionais e haverá quantidade significativa de conhecimento se houver acesso, assimilação e uso da informação.

Kobashi e Tálamo (2003, p. 9) comparam a informação ao alimento e afirmam que assim como “a carência de alimento provoca a fome, a carência da informação provoca a ausência do conhecimento”. Para combater essa carência a sociedade organiza os estoques de informação, tendo como objetivo principal que o indivíduo os conheça. Nota-se mais uma vez o quão necessário é organizar a informação para que ela cumpra seu fluxo e possa se transformar em conhecimento.

[...] para que as informações sejam plenamente acessadas, elas precisam estar organizadas, tratadas tecnicamente e depois disseminadas por um profissional habilitado. Além disso, os destinatários da informação devem ser orientados e estimulados a utilizá-la. Ora, a informação em seu estado bruto, armazenada ou guardada, é só latente. Ela fica à espera de alguém que a use. E quando usada, o cidadão-usuário deve ser capaz de entender seu conteúdo e seu significado, visando atingir um fim útil (BARROS, 2009, p. 65).

Nessa mesma perspectiva, Barreto (1994, p. 3-6) afirma que a informação, quando é devidamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental do indivíduo, contribuindo para o seu desenvolvimento e o da sociedade em que vive. A produção da informação documentária que culmina nas atividades de reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento da informação é orientada para a organização e controle dos estoques de informação. Por sua vez, os estoques estão prontos para atender às demandas informacionais dos indivíduos, sejam elas de cunho utilitário, contextual ou seletivo. A informação utilitária atende às necessidades básicas do indivíduo no que se refere à alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação. O indivíduo que já foi atendido em suas necessidades básicas procura participar e pertencer a determinados grupos sociais, seja no trabalho, comunidade, escola; com isso procura informação que lhe garanta a permanência segura nos diversos grupos. Quando se vê atendido em suas necessidades básicas e de participação, procura informações mais seletivas, reflexivas, críticas que se vinculam a sua necessidade de autorrealização (profissional ou pessoal).

Como ressalta o autor, há um compromisso dos estoques de informação em atender as demandas informacionais dos indivíduos, compromisso que faz parte da responsabilidade social e ética da área. O Código de Ética para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação da IFLA (2012) ressalta que é papel das instituições e profissionais da informação garantir o acesso à informação para o desenvolvimento pessoal, educacional, para o enriquecimento da cultura, lazer, atividade econômica e participação na democracia. Para tanto, é necessário respeitar princípios éticos relacionados à privacidade, sigilo, transparência e propriedade intelectual. Ao representar, armazenar, recuperar e disseminar a informação, agregando valor a ela, este profissional atua como mediador entre a informação e o usuário,

portanto, ele deve ter postura no desempenho de suas atividades (DANUELLO; GUIMARÃES, 2008, p. 22).

De fato, há quatro questões éticas que são preponderantes para área: privacidade, exatidão, propriedade e acesso. A privacidade se vincula à divulgação de informações pessoais. A exatidão se volta à autenticidade da informação e a precisão de sua organização. No que se refere à propriedade tem-se a questão dos direitos autorais, questionando-se sobre quem é o proprietário da informação. O acesso possui várias facetas que vão do acesso à educação (direito a aprender) ao acesso físico (rampas que impedem o acesso do cadeirante, sites não adequados à pessoa com deficiência). Todas essas questões se vinculam aos compromissos éticos que a área da informação deve ter com o cidadão, com os estoques de informação, com a informação, com a profissão e com o próprio profissional (MCGARRY, 1999, p. 183-193; GUIMARÃES, 2000, p. 65-66).

No contexto da globalização digital, Capurro (2010, p. 15) fala de uma ética intercultural da informação que traz temas variados como privacidade, propriedade intelectual, acesso ao conhecimento, direito de expressão nas redes digitais, censura, identidade digital, comunidades digitais, plágio digital, *copyright*, inclusão informacional etc.

Vaagan (2002) afirma que a relevância da ética na Biblioteconomia e Ciência da Informação está cada vez mais evidente. Por desempenharem papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento e da cultura coletiva, muitos países estão adotando diretrizes éticas com a finalidade de ajudar e sensibilizar os profissionais da informação em relação aos dilemas éticos que muitas vezes surgem na Sociedade da Informação, mas que não estão claramente definidos. No Código de Ética para as bibliotecas norueguesas que o mencionado autor ajudou a elaborar, há recomendações pontuais sobre a função ética do acesso à informação. O Código busca conscientizar o profissional a não medir esforços para oferecer, da melhor forma possível, o acesso à informação, sem censura e preconceitos. A informação deve ser objetiva, completa e coincidir com as necessidades do usuário, que devem ser tratados de forma igualitária. A confidencialidade das informações deve ser assegurada. O profissional deve reconhecer a importância social e o contexto global da área, desenvolvendo acesso a diferentes sistemas de informação para reduzir as limitações geográficas e organizacionais e contribuir com o livre acesso a documentos e outras informações.

Vê-se, gradativamente, que as afirmações passam de privilegiar a informação técnico-científica para abarcar o conjunto das informações, inclusive utilitárias. Com aparatos éticos, teóricos e pragmáticos a Ciência da Informação procura atender às variadas necessidades e

desejos de informação dos cidadãos, o que reafirma sua ênfase em sua função social. Enquanto o Direito, em cumprimento da sua função social, cria normas para regular e controlar o comportamento dos indivíduos na sociedade civil, a Ciência da Informação procura desenvolver meios para promover o acesso à informação para que esse mesmo indivíduo possa participar plenamente da vida social.

Da justaposição entre as duas ciências se instala o problema da nossa pesquisa. O Direito cria as normas de conduta e a Ciência da Informação, munida dos desenvolvimentos de seus subcampos e das contribuições das disciplinas com as quais dialoga, se propõe a coletar, organizar, sistematizar e observar os requisitos para adequar a linguagem da produção às diferentes necessidades de seus públicos, seja o especialista ou o não especialista. Na presente investigação, no interior da Ciência da Informação, procurar-se-á abordar as questões de organização e acesso à informação para o não especialista.

Para que essa função se cumpra efetivamente recorrer-se-á principalmente às metodologias de Organização e da Representação do Conhecimento que, por sua vez, se apoiam na Linguística, na Lógica e na Terminologia, entre outras. Buscar-se-á compreender, definir e relacionar os conceitos das leis, de modo a disponibilizá-las para o acesso público.

As questões da organização para o acesso envolvem critérios. Para Lara (2006), esses critérios são materializados em arranjos da informação, ou seja, agrupamentos a partir de pontos de vista sobre a realidade. Como a interpretação e a compreensão são adesivas, a comunicação depende de vínculos, a partir dos quais os indivíduos se agregam ou desagregam. Esses vínculos são lógicos, linguísticos, terminológicos e pragmáticos (BAITELLO, 1994; LARA, 2005)²².

- Lógicos: considera a forma de reconhecimento da informação: por semelhança (vínculos estáveis: dedução, indução, generalização, categorização); por associação (vínculos por contiguidade espaço-temporal);
- Linguísticos-Comunicacionais: considera as bases da significação: a significação é contextual e institucional; ela é consequência das relações instituídas entre unidades linguísticas no interior da linguagem, conforme propôs Saussure; a estrutura mínima da significação proposta por Greimas, por seu lado, considera que um só termo não comporta significação: captam-se as relações entre os termos ligando-os de algum modo, por conjunção (os termos são ligados por algo em comum – semelhança,

²² LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária, introdução: critérios de organização da informação. São Paulo: ECA-USP, 2005 (Slides: material didático não publicado).

identidade) ou por disjunção (os termos são distinguidos pelas diferenças, qualquer que seja a forma – não identidade);

- Terminológicos: se relaciona à forma de organização de cada domínio, a que corresponde a uma segmentação característica de cada linguagem de especialidade; às definições dos conceitos nessas linguagens de especialidade, do que decorrem seus relacionamentos mútuos;
- Pragmáticos: considera a função da informação, as necessidades dos usuários e o compartilhamento de princípios de ordenação (LARA, 2005).

Nesta pesquisa procurou-se considerar os vários critérios expostos para propor uma possibilidade de arranjo das informações visando seu acesso e compreensão pelo cidadão. Nas próximas sessões serão apresentadas referências teóricas da Organização e Representação do Conhecimento e da Terminologia.

4.3 Ciência da informação e os métodos de organização da informação e do conhecimento

Para cumprir com o seu papel no que se refere à organização e recuperação da informação, a Ciência da informação utiliza metodologias de representação da informação e do conhecimento. Essas representações são conhecidas como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), do inglês *Knowledge Organization Systems* (KOS)²³.

Os instrumentos de organização e representação do conhecimento foram influenciados por filósofos que se preocupavam em dividi-lo e classificá-lo. Os estudos desenvolvidos por Platão (427-234 a. C.), Aristóteles (384-322 a. C.), Francis Bacon (1561-1626), e o sistema de organização elaborado por Calímaco, um dos sábios de Alexandria, por volta de 250 a. C., ofereceram aporte teórico para a estruturação dos sistemas atuais (FRANCELIN; PINHO, 2011, p. 11).

Os Sistemas de Organização do Conhecimento pertencem à área de Organização do Conhecimento e são utilizados para representar tematicamente um domínio, por meio de sistemas de conceitos e da relação entre eles. São, na opinião de Souza, Tudhope e Almeida

²³ Nessa pesquisa adota-se o termo Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e Organização e Representação do Conhecimento (ORC). Ressalta-se, no entanto, que na literatura da área há as expressões *Knowledge Organization Systems* (KOS) e *Knowledge Organization* (KO).

(2012, p. 181), “representações do conhecimento baseadas em conceitos e com diferentes graus de relacionamentos entre eles²⁴”.

Hodge (2000) apresenta uma visão mais abrangente do termo e destaca sua importância para os Serviços de Informação:

O termo Sistemas de Organização do Conhecimento pretende abarcar todos os tipos de esquemas de organização de informações e promoção da gestão do conhecimento. Os sistemas de organização do conhecimento incluem esquemas de classificação que organizam materiais em um nível geral (tais como livros em uma prateleira), listas de cabeçalhos de assuntos que propiciam acesso mais detalhado, e listas de autoridade que controlam versões variantes de informações-chave (tais como nomes geográficos e nomes pessoais). Incluem, ainda, esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias. Em razão dos Sistemas de Organização do Conhecimento serem mecanismos empregados para a organização de informações, eles são o coração de cada biblioteca, museu ou arquivo. (HODGE, 2000, tradução nossa)²⁵.

Como se pode observar, Sistema de Organização do Conhecimento é uma denominação mais atual que engloba as Linguagens Documentárias (LDs), denominação utilizada para falar dos instrumentos intermediários ou de comutação “através dos quais se realiza a “tradução” da síntese dos textos” (CINTRA et al., 2002, p. 34). Os SOC englobam também as linguagens documentárias, mas não se restringem a elas, como se pode observar nas definições anteriormente citadas.

No que tange às LDs, especificamente, o termo linguagem é utilizado para se referir a uma modalidade específica, cuja estrutura básica é dada por relações hierárquicas, que podem ser genéricas ou partitivas, associativas e de equivalência (CINTRA et al., 2002, p. 44). Sua finalidade é representar o conteúdo temático de documentos para fins de recuperação da informação. Vale ressaltar que a representação no contexto documentário não é uma operação mecânica, isenta de teorias metodológicas, pelo contrário, a etapa que a antecede, a chamada análise documentária, reúne um conjunto de procedimentos teóricos necessários à identificação do conteúdo temático do documento. Segundo Kobashi (1994, p. 15-24), a análise documentária é uma disciplina de natureza teórica e prática que integra o domínio da Ciência da Informação. Na prática, seu uso opera-se pela desestruturação e estruturação de textos. Inicialmente os textos são analisados, sintetizados, identificando-se a informação essencial e a acessória. Em seguida, a informação selecionada é estruturada, ou seja, é submetida a um processo de combinação que a converte em um novo texto, que pode ser um

²⁴ No original: KOS as knowledge representations based on concepts and with different degrees of relationships.

²⁵ No original: The term *knowledge organization systems* is intended to encompass all types of schemes for organizing information and promoting knowledge management. Knowledge organization systems include classification schemes that organize materials at a general level (such as books on a shelf), subject headings that provide more detailed access, and authority files that control variant versions of key information (such as geographic names and personal names). They also include less-traditional schemes, such as semantic networks and ontologies. Because knowledge organization systems are mechanisms for organizing information, they are at the heart of every library, museum, and archive.

resumo ou símbolos de uma linguagem documentária. Dito de outro modo, realiza-se a leitura técnica, identificam-se conceitos relevantes e, por fim, os conceitos selecionados são traduzidos para a linguagem de um dos sistemas de organização do conhecimento. É recomendável que antes de adotar um sistema de organização do conhecimento sejam identificados os objetivos da instituição e as necessidades do público-alvo. Além disso, é importante estabelecer políticas de uso que definam a extensão da representação, se exaustiva, seletiva ou específica.

Nos dias atuais, os Sistemas de Organização do Conhecimento são considerados imprescindíveis para organizar informações armazenadas na *web*. Nesse contexto, o *Simple Knowledge Organization System* (SKOS) é uma especificação da *web* semântica que estabelece uma ponte entre as tendências da *web* semântica e as práticas tradicionais de controle do vocabulário e organização do conhecimento. De iniciativa da *World Wide Web Consortium* (W3C) os SKOS oferecem um modelo para representar a estrutura básica e o conteúdo de esquemas conceituais, como oferecem os tesouros, os sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assuntos etc. Arquivos, bibliotecas e centros de documentação podem aplicar as especificações dos SKOS (MOREIRO GONZÁLEZ, 2011, p. 44-45).

Carlan e Medeiros (2011, p. 167) pontuam que no contexto da Ciência da Informação, os Sistemas de Organização do Conhecimento são instrumentos que representam o conteúdo dos documentos com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos. Para Hjørland (2008), a Ciência da Informação, ao contrário de outras ciências, é a que mais se preocupa com as questões da organização do conhecimento. Para Francelin e Pinho (2011), isso ocorre porque a Ciência da Informação e seus subcampos têm a atribuição de se voltar para as questões sociais da organização e acesso à informação:

A Organização do Conhecimento promove a análise, identificação e seleção de conceitos de uma determinada área do conhecimento ou de uma comunidade discursiva. Além disso, promove a representação precisa desses conceitos através de uma terminologia de especialidade. O pressuposto básico aqui postulado para a questão social da Organização e Representação do Conhecimento é o da inclusão social, porque permite a visibilidade do conhecimento e uma disseminação adequada dos conceitos envolvidos (FRANCELIN; PINHO, 2011, p. 60).

De acordo com Zeng (2008, p. 161) e Souza, Tudhope e Almeida (2012, p. 181), os Sistemas de Organização do Conhecimento podem ser categorizados em grandes grupos, que vão dos mais simples aos mais complexos, conforme apresentado na próxima figura:

Figura 3 – Sistemas de Organização do Conhecimento (exemplos)

Fonte: SOUZA; TUDHOPE; ALMEIDA (2012, p. 181).

Dentre os diversos grupos de SOC que podem ser citados, destacam-se:

- **Lista de termos:** Relação de palavras, algumas vezes, acompanhadas de definições. Todas as suas entradas são formadas por termos preferenciais. As listas de termos, com exceção das *folksonomias*, são fontes de informação que controlam as formas corretas de uso ou apresentam as acepções e variações de termos ou palavras. A seguir exemplos de lista de termos, conforme Moreiro González (2011, p. 42-46); Zeng (2008, p. 169) e Boccato (2011, p. 167).

✓ Lista de autoridade: Controla as diferentes variantes da denominação de uma entidade (por ex., países, pessoas físicas ou jurídicas) ou um domínio específico.

✓ Dicionário: Lista alfabética de termos, mais geral que o glossário, inclui definições, variantes semânticas, informação etimológica, sinônimos e variantes ortográficas. Não possui estrutura hierárquica explícita.

✓ Glossário: Lista de termos de um domínio que vem acompanhada de definições ou comentários específicos.

- ✓ Dicionário geográfico (índices toponímicos, *gazetteers*): Contém termos relativos a lugares geográficos.
- ✓ *Folksonomia*: Sistema de indexação colaborativa que adota palavra-chave para representar a informação de maneira espontânea e livre.
- ✓ Anéis de Sinônimos (*Synonym rings*): São conjuntos de termos que são considerados equivalentes para fins de recuperação. Os anéis de sinônimos são usados em conjunto com os motores de buscas para expandir as opções de pesquisa dos usuários, pois fornecem vários significados da linguagem. Uma pesquisa utilizando qualquer termo dos anéis irá recuperar todos os documentos marcados com os termos que foram designados (ZENG, 2008, p. 169).

Figura 4 – Anéis de sinônimos

Fonte: Adaptado de BOCCATO (2011, p. 177).

- **Categorização e classificação:** Os termos ou códigos são estruturados em conjuntos temáticos e hierarquicamente.

- ✓ Lista de cabeçalho de assuntos: Linguagem pré-coordenada formada por um conjunto de termos controlados para representar os assuntos dos itens de uma coleção. Possui regras para combinar termos no momento da indexação, em uma ordem previamente estabelecida. A recuperação se realiza sequencialmente, pela ordem do

termo. Não é possível recuperar documentos a partir de aspectos não definidos nos cabeçalhos de assuntos. O cabeçalho de assunto da Biblioteca do Congresso americano (*Library of Congress Subject Headings* (LCSH)) é um exemplo tradicional de cabeçalho de assunto (BOCCATTO, 2011, p. 167; MOREIRO GONZÁLEZ, 2011, p. 43).

Figura 5 – Lista de cabeçalho de assunto (exemplo)

The screenshot shows the Library of Congress website interface. At the top, there is a navigation bar with the Library of Congress logo and links for 'ASK A LIBRARIAN', 'DIGITAL COLLECTIONS', and 'LIBRARY CATALOGS'. A search bar with a 'GO' button is also present. Below the navigation bar, a breadcrumb trail reads 'The Library of Congress > Linked Data Service > LC Subject Headings'. The main content area is titled 'Information science' and includes a link 'From Library of Congress Subject Headings'. Below this, there are three tabs: 'Details' (selected), 'Visualization', and 'Suggest Terminology'. The 'Details' tab displays the following information:

- URI(s)**
 - > <http://id.loc.gov/authorities/subjects/sh85066150>
 - > <info:lc/authorities/sh85066150>
 - > <http://id.loc.gov/authorities/sh85066150#concept>
- Instance Of**
 - > [MADS/RDF Topic](#)
 - > [MADS/RDF Authority](#)
 - > [SKOS Concept](#)
- Scheme Membership(s)**
 - > [Library of Congress Subject Headings](#)
- Collection Membership(s)**
 - > [LCSH Collection - Authorized Headings](#)
 - > [LCSH Collection - General Collection](#)
 - > [LCSH Collection - May Subdivide Geographically](#)
- Broader Terms**
 - > [Communication](#)
- Narrower Terms**
 - > [Agricultural informatics](#)
 - > [Bioinformatics](#)
 - > [Cheminformatics](#)

Fonte: LIBRARY OF CONGRESS. Disponível em: <<http://id.loc.gov/authorities/subjects/sh85066150.html>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

✓ Vocabulário controlado: Lista de termos, cabeçalho ou códigos que representam um conceito. Os vocabulários controlados são projetados para identificar cada conceito com uma etiqueta consistente, por exemplo, ao classificar, indexar ou recuperar os documentos. São exemplos de vocabulários controlados os tesauros, cabeçalhos de assuntos ou listas de autoridades (ISO 25964-1, 2011, p. 3).

✓ Sistema de classificação: Linguagem de indexação pré-coordenada utilizada para organizar coleções bibliográficas. Estruturada em grandes categorias e organizada de forma hierárquica. São exemplos de sistemas de classificação a Classificação Decimal

de Dewey (CDD), publicada em 1876 por Melville Louis Kossuth Dewey (1851-1913), mais conhecido como Melvil Dewey; a Classificação expansiva de Cutter, publicada em 1891 pelo bibliotecário Charles Ammi Cutter (1837-1903), que se tornou base para a classificação da Biblioteca do Congresso Americano; a Classificação da *Library of Congress* (LC), publicada em 1902; a Classificação Decimal Universal (CDU), baseada na CDD, publicada em 1905 por Paul Otlet e Henri La Fontaine; a Classificação de Dois Pontos (CDP), desenvolvida por Syiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), publicada em 1933 sob o título de *Colon Classification* e a Classificação bibliográfica desenvolvida pelo bibliotecário americano Henry Evelyn Bliss (1870-1955), publicada entre 1940 e 1953 (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 63-72).

✓ **Taxonomia:** É um tipo de Sistema de Organização do Conhecimento que contém termos preferenciais ligados a uma hierarquia ou polihierarquia. O uso original da taxonomia vem da Biologia com Carlos Lineu (Carolus Linnaeus) (1707-1778), que agrupava as espécies de acordo com características comuns dos animais. Hoje a Taxonomia tem aplicação mais abrangente e é utilizada para classificar o conhecimento, as coisas e as pessoas. Com a taxonomia pode-se estabelecer categorias com relação de semelhança (princípio da interação) ou de interdependência (princípio de dualidade). No primeiro caso ocorre uma classificação horizontal, de correlação entre os conceitos; e no segundo caso, será hierárquica, de ordenação do conceito maior ou menor, do ente superior ao inferior (ZENG, 2008, p. 171; CURRÁS, 2010, p. 59).

Figura 6 – Taxonomia (exemplo)

Fonte: TREE OF LIFE WEB PROJECT. Disponível em: <<http://tolweb.org/tree/phylogeny.html>>. Acesso em 09 jan. 2015.

- **Lista de relacionamentos:** Apresenta relação entre os conceitos definidos. As relações podem ser hierárquicas, de equivalências ou associativas.

✓ **Ontologia (*Ontology*):** Apresenta-se como modelo de relacionamento de entidades em um domínio do conhecimento. Sua definição ainda está sendo debatida, uma explicação amplamente aceita é que a ontologia é uma especificação formal e explícita de uma conceituação compartilhada. É empregada para descrever artefatos de diferentes estruturas, que variam de uma simples taxonomia ou esquema de metadados até as teorias da lógica formal. Utiliza a mesma estrutura classificatória das taxonomias e tesouros. Sua característica singular é a apresentação de propriedades para cada classe dentro da estrutura classificatória. No contexto da inteligência artificial é uma especificação formal e explícita de uma conceituação compartilhada. A construção de ontologias é influenciada pela Ciência da Computação, com destaque para as questões de engenharia de *software*. Seu uso promove e facilita a interoperabilidade entre sistemas de informação, que por meio de um processo dos agentes (computadores) compartilham e reutilizam o conhecimento entre os sistemas (CARLAN; MEDEIROS, 2010, p. 52-53; ZENG, 2008, p. 76; SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 105).

✓ Tesauro (*Thesauri*): É um vocabulário controlado e estruturado no qual os conceitos são representados por termos e organizados por relações entre eles. Os termos considerados não preferidos (sinônimos e quase sinônimos) remetem aos descritores, ou termos preferidos. A proposta de um tesauro é orientar tanto o indexador como o pesquisador a selecionar o termo preferido ou a combinar termos preferidos para representar um determinado assunto. Dito de outro modo, os tesauros possuem a função de controlar os termos utilizados pelos indexadores e pesquisadores orientando-os a utilizar os termos considerados mais adequados e apropriados para os seus fins. Representam termos das áreas de especialidades e são estruturados com base em relações hierárquicas (paradigmáticas) e associativas (sintagmáticas). As relações hierárquicas são apresentadas pelo termo genérico (TG) ou (BT - *broader term*), e termos específicos (TE) ou (NT – *Narrow Term*), e as relações associativas pelos termos associados (TR). As relações de equivalência são apresentadas pelas siglas USE (*Used*) e UP (usado para) ou UF (*used for*) e o significado do descritor é explicitado por meio de uma nota de escopo. Dos sistemas de organização do conhecimento é o mais sofisticado. Seus conceitos são representados por “descritores” (signos que representam de maneira unívoca conceitos utilizados para indexar ou consultar); “não descritores” (sinônimos ou quase sinônimos dos descritores que estabelecem a relação de equivalência); “descritores auxiliares” (são os qualificadores que contextualizam o descritor); “grupos de descritores” (que apresentam a organização lógica do tesauro); o agrupamento dos descritores pode ser organizado por temas, classes de termos ou facetas (ISO 25964-1, 2011, p. 12; MOREIRO GONZÁLEZ, 2011, p. 65; ZENG, 2008, p. 172).

Figura 7 – Tesauro (exemplo)

The screenshot displays the UNESCO Thesaurus web interface. At the top left is the UNESCO logo. The main heading is 'UNESCO Thesaurus'. Below it, a search result is shown for the term 'Information sciences' with a count of [218]. It lists translations in French, Spanish, and Russian. A hierarchical list of related terms follows, including 'MT 5.05 Information sciences', 'NT Archive science [8]', '...NT2 History of archives [18]', 'NT Documentation [221]', 'NT Library science [276]', '...NT2 History of libraries [80]', 'RT Computer personnel [32]', 'RT Computer science [456]', 'RT Information technology [1609]', and 'RT Information theory [159]'. At the bottom, there are buttons for 'Print' and 'New query'.

Fonte: UNESCO THESAURUS. Disponível em:

<<http://databases.unesco.org/thesaurus/wwwi32.exe/?in=affiche.in>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

✓ Rede Semântica: É um recurso linguístico utilizado pela Documentação e pela Computação para organizar informações em ambientes digitais. Seu objetivo é explorar a memória semântica e demonstrar as relações existentes entre termos. A rede semântica mais antiga foi desenhada pelo filósofo grego Porfírio, que em seu relato sobre as categorias de Aristóteles, usou o método de definição de categorias. A Figura 8 relaciona os conceitos de caminhão e caminhão reboque como subtipos de veículo. Cada caminhão é um veículo. Cada caminhão de reboque é um caminhão que tem como parte um reboque, um peso sem carga, que é uma medida de peso, um peso bruto máximo, que é uma medida de peso, uma capacidade de carga, que é uma medida de volume, e um número de rodas, que são 18 inteiros²⁶. (SANTOS; MAZINI, 2011, p. 135; SOWA, 2014).

²⁶ No original: Every truck is a vehicle. Every trailer truck is a truck that has as part a trailer, an unloaded weight, which is a weight measure, a maximum gross weight, which is a weight measure, a cargo capacity, which is a volume measure, and a number of wheels, which is the integer 18 (SOWA, 2014).

Figura 8 – Rede Semântica (exemplo)

Fonte: SOWA, 2014. Disponível em: <<http://www.jfsowa.com/pubs/semnet.htm>>.

Acesso em: 09 jan. 2015.

✓ Mapas conceituais, mentais, *topic maps*: Também são recursos para representar o conhecimento. A estrutura gráfica desses sistemas estabelece uma rede de conceitos. Para Moreiro González et al. (2004, p. 2) o uso de mapas conceituais permite desenvolver melhores mecanismos de representação e recuperação e oferecem uma rede de relações mais vantajosa se comparada com os tesouros. As redes são compostas de nós e *links*. Os nós representam conceitos e os *links* representam relacionamento entre os conceitos. Do mesmo modo os *topic maps* consistem em fornecer acesso a informações em redes semânticas diferentes, como os tesouros.

Como se pode observar, existem tipos variados de SOC, cuja complexidade varia conforme o nível de estruturação. Do mesmo modo, suas funções são múltiplas. Glossários e dicionários precisam o significado de um termo numa dada área de especialidade; sistemas de classificação são instrumentos mais antigos que hoje se prestam mais à organização física de acervos, porém continuam contribuindo para a distribuição dos assuntos em grupos temáticos; listas de cabeçalho de assuntos originalmente apenas controlavam as variações sinonímicas e agregavam algumas relações hierárquicas. Hoje, buscam maior estruturação para assemelhar-se aos tesouros; tesouros possuem todas as funções citadas anteriormente e também estabelecem relações de associação entre os termos, ampliando a rede semântica entre eles, o que contribui para a contextualização do significado dos termos; as ontologias e redes

semânticas integram a apresentação de propriedades de um termo, e geralmente focalizam uma área temática ou de atividade.

Os níveis de estruturação contribuem para a coesão dos Sistemas de Organização do Conhecimento e, conseqüentemente, para o melhor entendimento dos conceitos, permitindo enfrentar a polissemia, fenômeno natural do vocabulário. A próxima figura mostra a análise comparativa das funções e características dos SOC segundo o nível de estruturação. Há um grau crescente no número de funções conforme se avança nas dimensões de cada grupo. Listas de termos possuem um grau menor de funcionalidade se comparadas, por exemplo, com o tesauro.

Figura 9 – Tipos e função dos Sistemas de Organização do Conhecimento

Fonte: ZENG (2008, p. 161).

Das funções mencionadas por Zeng (2008), destacam-se as que são úteis para a proposta da presente pesquisa:

- Controle de sinônimos: Quando um conceito é representado por mais de um termo ocorre a sinonímia, para fins de recuperação, esse fenômeno linguístico precisa ser eliminado. Nos tesauros a relação entre dois termos em que ambos representam o mesmo conceito é chamada relação de equivalência. No discurso comum, termos que são quase sinônimos podem representar conceitos levemente diferentes, mas podem

ser incluídos num tesauro como conceitos aproximados. Por esse motivo a equivalência exerce a função de acesso, uma vez que reúne as variações sinonímicas e quase sinonímicas que levam de um conceito preterido para um preferido, orientando, assim, o usuário. Os quase sinônimos são termos que geralmente são considerados diferentes em uso comum, mas que podem representar o mesmo conceito num determinado vocabulário controlado, por exemplo, terremotos e tremores de terra podem ser tratados como sinônimos. (ISO 25964-1, 2011, 91). Para a organização de um sistema de informação legislativa essa função é útil para identificar os conceitos legislativos que são representados por diferentes termos ou palavras, e definir qual será o mais adequado para ser utilizado como termo preferido. Por exemplo, na legislação previdenciária, tipologia utilizada em nossa pesquisa, o conceito *pessoa que trabalha sem vínculo empregatício* é representado pelo termo *Contribuinte Individual*. No senso comum esse mesmo conceito é representado pelo termo *Trabalhador Autônomo*. A seguir exemplo de controle de sinônimos no Vocabulário Jurídico Controlado do Superior Tribunal de Justiça – STJ. *Aposentadoria por Idade* e *Aposentadoria por Velhice* são termos equivalentes, porém o primeiro foi eleito como termo preferido.

Relação de equivalência

APOSENTADORIA POR IDADE

UP *APOSENTADORIA POR
VELHICE*

APOSENTADORIA POR VELHICE

USE *APOSENTADORIA POR
IDADE*

- Estabelecimento de relações (hierárquicas e associativas). A relação hierárquica deve ser estabelecida entre um par de conceitos quando o escopo de um deles se encaixa completamente dentro do escopo do outro. As relações são estruturadas em níveis de superordenação e subordinação; o conceito superordenado representa uma classe e o subordinado se refere às espécies ou partes. As relações hierárquicas são classificadas em relações de gênero espécie, relações de instâncias e todo-parte. Sua utilização distingue uma taxonomia ou um dicionário de sinônimos de outras formas mais

simples, como listas de termos ou anéis de sinônimos. Nos tesouros as relações hierárquicas respondem pela estruturação de todo o arranjo. De modo contrário às relações hierárquicas, a relação associativa não é tão fácil de ser definida, tendo em vista que todas as palavras, termos ou conceitos podem se relacionar entre si em algum momento. Com isso, a delimitação das associações entre os termos deve se pautar na estrutura conceitual de domínios específicos, operacionalizada pela terminologia, na qual os conceitos estão mapeados e definidos. As relações associativas ocorrem, por exemplo, entre causa/efeito (acidente/lesão); matéria-prima/produto (uva/vinho); ação/produto (escrita/publicação); processo/agente (velocidade média/velocímetro) etc. (ISO 25964-1, 2011, p. 58, 63; ZENG, 2008, p. 168, 171). No que tange à organização legislativa, a relação hierárquica é utilizada para agrupar conceitos e distribuir os termos em classes e subclasses. Tomando-se novamente a legislação previdenciária como exemplo, o termo *Beneficiários* é superordenado a *Segurados* e *Dependentes* e representa uma classe. O termo *Segurados* é dividido em três gêneros: *Segurado obrigatório*, *Segurado especial* e *Segurado facultativo*. Os tipos de *Segurados* também têm suas divisões. Com isso a relação hierárquica é útil à organização dos conceitos legislativos, ao permitir construir uma árvore de relações em que é possível agrupar conceitos que possuem características semelhantes. O que os *Segurados* e os *Dependentes* têm em comum? Ambos são beneficiários da Previdência Social. No que se refere à relação associativa é possível unir conceitos adjacentes, por exemplo, *Salário-maternidade/Gravidez*; *Doença/Auxílio-Doença*; *Prisão/Auxílio-Reclusão*; *Salário de Benefício/Salário de Contribuição* etc. A seguir exemplos de relações (hierárquica e associativa) no Vocabulário Jurídico Controlado do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Relação hierárquica

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

TG	PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
TE	AUXÍLIO-FUNERAL
TE	AUXÍLIO-NATALIDADE
TE	AUXÍLIO-SUPLEMENTAR
TE	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Relação associativa

AUXÍLIO-DOENÇA

TR	ABONO ESPECIAL
TR	CAPACIDADE LABORATIVA
TR	DOENÇA
TR	INCAPACIDADE LABORATIVA

Com o exposto, percebe-se que a metodologia utilizada para a construção de tesouros pode ser utilizada para a estruturação de sistemas de informação legislativa. A elaboração do tesouro é sustentada por normas documentárias. A norma ISO 25964-1/2 é a norma internacional mais atual. Ela atualiza, revisa e substitui as ISO 2788 e 5964, bem como algumas partes da BS 8723. Sua estrutura está dividida em duas partes. A parte 1 - *Thesauri for information retrieval* - contempla o desenvolvimento e manutenção de tesouros monolíngues e multilíngues, incluindo orientações sobre desenvolvimento, gerenciamento e manutenção de tesouro, requisitos funcionais para o software gerenciar tesouros e formatos e protocolos para intercâmbio de dados. A parte 2 - *Interoperability with other vocabularies* - é mais rigorosa do que as outras normas no que se refere à distinção entre termos e conceitos, deixando explícito que os relacionamentos do tesouro são entre conceitos, e não entre termos. Mas o foco fundamental dessa parte é a interoperabilidade entre diferentes tesouros e outros tipos de vocabulários estruturados, como os esquemas de classificação, taxonomias, listas de cabeçalho de assunto, ontologias, listas de nomes de autoridades e anéis de sinônimos (CLARK; ZENG, 2012, p. 24-25). A elaboração de tesouros também é sustentada por normas terminológicas, conforme será apresentado a seguir.

A adoção da norma para elaboração de tesouros traz benefícios para a área de Organização da Informação e Conhecimento na medida em que orienta o relacionamento entre conceitos: a hierarquização (estabelecimento de categorias, níveis de subordinação), a construção de redes de equivalência (identificação dos sinônimos ou quase sinônimos) e de relações associativas (complementam o sentido de um termo). Neste trabalho não se tratará da interoperabilidade entre tesouros e os vários tipos de sistemas de organização do conhecimento, não deixando, porém, de reconhecer sua importância na potencialização do acesso à informação e do reuso dos vocabulários.

Embora tanto o tesouro como os demais SOC já sejam razoavelmente conhecidos pelos profissionais da informação que comumente indexam, classificam, fazem controle da terminologia, representam conhecimento, utilizam métodos de categorização e hierarquização de informações, a atual dinâmica da organização do conhecimento exorta a reformulação de práticas anteriores.

Nesse sentido, López-Huertas (2008, p. 129) apresenta as tendências que precisam ser exploradas pela área da Organização do Conhecimento, tais como, *web* semântica, interoperabilidade, multiculturalismo, multidisciplinaridade, ética da informação, entre outros. Em sua opinião, a prática da área é reformular antigas questões de pesquisas, sendo assim, não se esperam novas abordagens, mas sim novas respostas ou respostas modificadas. Ela assegura ainda que a questão principal dos SOC é assegurar a qualidade na representação do conhecimento e organização e recuperação de informação no ambiente da Internet.

No contexto brasileiro, conforme Guimarães (2008, p. 90), a área está passando por um processo de amadurecimento e consolidação na medida em que um universo que antes era visto como mera dimensão técnica, hoje é considerado nuclear à Ciência da Informação. Em 2007, com a estruturação da área no Brasil, a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) encontrou espaço acadêmico fértil no âmbito do Grupo de Trabalho 2 – Organização e Representação do Conhecimento – da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB). No âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo TEMMA da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, os estudos na área da Organização e Representação do Conhecimento exploram os temas da Análise Documentária, da Leitura Documentária, da Informação Documentária, da Linguagem Documentária e da Linguística Documentária (LARA, 2001, p. 96). Hoje, integrantes do grupo concordam sobre a necessidade de discussão e atualização das propostas metodológicas de organização do conhecimento.

Com a consolidação da área de Organização e Representação do Conhecimento no Brasil e com a nova versão da norma de construção e elaboração de tesouros, espera-se que pesquisadores e profissionais possam criar novas pesquisas, novas abordagens, novas aplicações e novas respostas, mesmo para questões que aparentemente já foram resolvidas.

4.3.1 Terminologia na Organização e Representação do Conhecimento

A Terminologia estuda a linguagem das áreas de especialidades. Sua consolidação, enquanto disciplina científica, ocorreu em 1930 após a publicação da Teoria Geral da Terminologia (TGT), do engenheiro austríaco Eugen Wuster (1898-1977), que estabeleceu as bases da Escola Terminológica de Viena. O estudo terminológico de Wuster ultrapassou fronteiras e chegou a outros países. Na Espanha, por exemplo, embora reconhecendo o valor da TGT, alguns aspectos dessa teoria são questionados por Maria Teresa Cabré, que propõe a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). De modo contrário à TGT, para a qual um conceito só poderia ser designado por um único termo (princípio da univocidade), a TCT aceita a variação linguística (sinonímia, homonímia, polissemia) e considera os termos como unidades linguísticas que exprimem conceitos técnicos, mas que não deixam de existir na linguagem natural. Outra linha que se opôs a TGT foi a Socioterminologia que também aceita a variação linguística e privilegia os aspectos sociais da linguagem especializada (BARROS, 2004, p. 34, 57, 69).

Nascida da necessidade de padronizar os termos para facilitar a comunicação entre especialistas, a Terminologia favorece a compreensão global de um domínio e auxilia na elaboração de árvores conceituais. Termo polissêmico, Terminologia pode significar a ciência da linguagem de especialidade, ou o conjunto de termos de um domínio; enquanto ciência possui dupla face, é teórica e aplicada. Em sua concepção teórica fornece referencial metodológico para a descrição, compilação e estruturação dos conceitos; na concepção aplicada contempla um conjunto de termos de um domínio especializado (LARA, 2004, p. 235).

Krieger e Finatto (2004) afirmam que a

Terminologia constitui-se em um campo de conhecimento que, ao dialogar com diferentes áreas especializadas, se capacita a estabelecer princípios e métodos para elaboração de ferramentas e produtos, tais como sistemas de reconhecimento automático de terminologias, glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos (KRIEGER, FINATTO, 2004, p. 32).

Seus elementos fundamentais são os conceitos e os termos. Os conceitos são representações mentais de objetos dentro de contextos ou campos especializados, são unidades de pensamento, mas também unidades de conhecimento (ISO 704, 2000, p. 2). Os conceitos permitem “agrupar os objetos, articulando-os segundo relações de semelhança-diferença” (TÁLAMO; LENZI, 2006). Por outro lado, o termo é uma designação que representa um conceito na linguagem de especialidade (ISO 704, 2000, p. 23). Dito de outro

modo, o conceito representa a ideia que temos sobre determinado objeto, o termo representa a materialização/concretização dessa ideia. Tanto o conceito como o termo estão no universo das áreas de especialidades. Lara (2005) afirma que quando se fala em termo, fala-se em palavras utilizadas em situações específicas de comunicação. Os termos são diferentes das palavras, pois são unidades usadas nos discursos de especialidade.

Cada conceito possui sua designação, que é uma representação feita por um signo, linguístico ou não. Essas designações podem ser símbolos, nomes ou termos. O nome é a designação verbal de um conceito único, exemplo, *Ministério da Previdência Social*; o termo é uma designação verbal de um conceito geral dentro de uma área específica, por exemplo, *Maternidade*; o símbolo pode representar um conceito geral ou específico (LARA, 2004, p. 238).

De modo geral, a organização de conceitos de um domínio constitui uma atividade terminológica que busca delimitar sistemas de conceitos relativos a um domínio específico. Para que um campo conceitual se organize enquanto sistema, a terminologia propõe organizar os conceitos por meio de uma rede de relações que compreende relações lógicas (gênero/espécie), ontológicas (todo/parte), associativas e de equivalência. A determinação da rede de relações parte necessariamente de uma definição, a qual orienta as conjunções e disjunções entre os termos.

Em uma relação hierárquica, os conceitos são organizados em níveis onde o conceito superordenado é subdividido em pelo menos um conceito subordinado. Conceitos subordinados no mesmo nível e com o mesmo critério de subdivisão são chamados coordenados. As relações hierárquicas podem ser genéricas ou partitivas (ISO 704, 2000, p. 6). Por exemplo, na relação entre os conceitos que integram o *Regime da Previdência Social* pode-se estabelecer uma relação hierárquica:

Regimes da Previdência Social

1.1 Regime Geral de Previdência Social

1.2 Regime Próprio da Previdência Social

1.3 Regime de Previdência Complementar

Trata-se, aqui, de uma relação hierárquica genérica em que a conjunção é representada pelo termo superordenado, Regimes de Previdência Social, e as disjunções pelos tipos de regime: regime geral, regime próprio e regime complementar.

Dito de outro modo, a relação genérica ocorre entre dois conceitos quando a intensão do conceito subordinado inclui a intensão do conceito superordenado, mais, pelo menos uma característica adicional delimitativa. O conceito superordenado é chamado de conceito genérico, e o conceito subordinado de conceito específico (ISO 704, 2000, p. 6). O conceito *Benefícios Previdenciários* é genérico em relação à *Aposentadoria por idade*. Isso porque a intensão (conjunto de características) do conceito aposentadoria por idade o qualifica como um dos benefícios previdenciários.

Ocorre relação partitiva quando o conceito superordenado representa o todo, e os conceitos subordinados representam as partes. Conceitos superordenados, na relação partitiva, são chamados de abrangentes ou integrantes e os subordinados são chamados partitivos. (ISO 704, 2000, p. 9). Por exemplo, o conceito *Poder Judiciário*, é o todo e *Supremo Tribunal Federal*; *Superior Tribunal de Justiça*; *Tribunal Superior do Trabalho*; *Tribunais Regionais Federais*; *Tribunal Superior Eleitoral*; *Tribunal de Justiça*, *Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Regional do Trabalho* são as partes.

Relações associativas são relações não hierárquicas. Uma relação associativa existe quando uma conexão temática pode ser estabelecida entre conceitos em virtude da experiência. As relações associativas entre conceitos apresentam proximidade no espaço ou no tempo. Essas relações podem envolver matéria-prima - produto; ação - equipamentos/ferramentas; quantidade - unidade; material - propriedade; matéria - substância/ propriedade, ação - lugar/localização etc. (ISO 704, 2000, p. 12). O conceito *Pessoa com deficiência* pode ser associado aos conceitos *Incapacidade física* e *Incapacidade permanente*.

A relação de equivalência ocorre quando designações diferentes representam o mesmo conceito (ISO 1087, 2000). Por exemplo, os termos *Aposentadoria por Velhice* e *Aposentadoria por idade* representam o mesmo conceito, portanto são equivalentes.

No contexto da Ciência da Informação, a Terminologia é utilizada pelo subcampo Organização e Representação do Conhecimento no processo de organização dos acervos documentais, especificamente na elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento – SOC, como por exemplo, tesouros e vocabulários controlados. Lara (2006, 2007) afirma que a apropriação da Terminologia teórico-metodológica resultou no aperfeiçoamento dos métodos para construção das linguagens documentárias. O uso de normas terminológicas permite a melhor compreensão dos conceitos e das relações entre eles, bem como fornece instrumentos metodológicos para a construção das redes lógico-semânticas entre os termos. No que tange

ao uso da terminologia concreta, os dicionários e glossários técnicos, produtos da atividade terminológica, possibilitam a identificação dos próprios termos e fornecem base para sua interpretação quando da operação de sua transformação em descritores dos tesouros.

Cabré (1999, p. 236) reitera o entendimento de que os subcampos da Ciência da Informação necessitam da Terminologia, tanto na atividade de descrição do conteúdo documental - indexação - como no processo de recuperação de documentos.

A descrição do conteúdo de um documento, que consiste na explicitação dos elementos mais representativos da informação que transmite, envolve duas atividades: indexação ou identificação explícita das unidades e expressões representativas de seu conteúdo, e a elaboração de resumos. A indexação é no fundo uma operação terminológica, é uma atividade de detecção da terminologia mais indicativa do conteúdo documental, para que se atribua um valor do conteúdo a determinadas unidades e expressões de texto, que são as que servirão de ancoragem, na recuperação da informação. A identificação explícita mediante a indexação das unidades mais representativas do conteúdo, a maioria das quais são terminológicas, geralmente são controladas por um tesouro, precisamente para reduzir a dispersão das expressões linguísticas espontâneas. E este controle converte automaticamente a informação transmitida por um documento totalmente recuperável²⁷ (CABRÉ, 1999, p. 236-237, tradução nossa).

A elaboração das linguagens documentárias, como os tesouros e demais Sistemas de Organização do Conhecimento, não pode ser realizada de modo intuitivo, sem uso de procedimentos metodológicos sólidos. Cintra et al. (1996, p. 18-19) já alertavam que nem sempre as linguagens documentárias são construídas com o rigor necessário, geralmente os assuntos e classes de assuntos são selecionados de forma aleatória, ou quando muito registram significados linguísticos de dicionários, sem ter assegurada a referência a um sistema de conceitos definidos. Para ser um instrumento efetivo de controle terminológico o tesouro deve sustentar-se em um dicionário terminológico, com isso a rede de relações lógico-semânticas entre os descritores fica mais clara, beneficiando o trabalho de indexação e a elaboração de equações de busca (TÁLAMO; LARA, KOBASHI, 1992, p. 199).

As linguagens documentárias são tradicionalmente consideradas instrumentos de controle terminológico que atuam em dois níveis: a) na representação da informação obtida pela análise e síntese de textos; b) na formulação de equações de busca de informação (TÁLAMO; LARA, KOBASHI, 1992, p. 197).

²⁷ No original: La descripción del contenido de un documento, que consiste en la explicitación de los elementos más representativos de la información que transmite, comporta dos actividades: la indización o identificación explícita de las unidades y expresiones representativas de su contenido, y la elaboración de resúmenes. La indización es en fondo una operación terminológica, es una actividad de detección de la terminología más indicativa del contenido documental, por la que se atribuye un valor de contenido a determinadas unidades y expresiones del texto, que son las que servirán de anclaje en la recuperación de la información. La identificación explícita mediante la indización de las unidades más representativas del contenido de un texto, la mayoría de las cuales son terminológicas, se suelen controlar a través de un tesouro, precisamente para reducir la dispersión de las expresiones lingüísticas espontáneas. Y este control convierte automáticamente la información transmitida por el documento en totalmente recuperable.

Leiva (2008, p. 189) compartilha desse entendimento ao afirmar que para a elaboração de tesouros é necessário usar fontes terminológicas, como dicionários, glossários, bases de dados terminológicas e tratados sobre terminologia de um campo específico. O uso da Terminologia (e das terminologias) transforma o trabalho empírico de coleta de termos num processo sedimentado em princípios teórico-metodológicos consistentes (LARA, 2005, p. 5). Dahlberg (2006) também admite a importância da Terminologia para a área, ressaltando que a Organização do Conhecimento compreende

[...] os objetos e atividades da teoria do conceito, classificação, indexação e representação do conhecimento, por meio de que a ‘representação do conhecimento’ não apenas entendemos como a estrutura lógica de representação conceitual, mas também como todas as questões de nomeação de conceitos pelos termos mais apropriados, motivo pelo qual questões de terminologia também têm de ser consideradas (DAHLBERG, 2006, p. 12, tradução e grifo nosso²⁸).

Organizar e representar conceitos não é uma tarefa fácil, não só pelo fato de ser necessário compreendê-los, mas de verificar como eles serão apropriados pelo sistema de informação. Quando um conceito é organizado e representado de maneira equivocada ocorre um desvio, principalmente se o produto da representação constituir uma tendência ou visão preponderante (FRANCELIN; PINHO, 2011, p. 57). Em outras palavras, na representação de um conceito é necessário entender seu significado e, também, se valer de bases terminológicas que validem o uso do conceito no domínio no qual ele se insere. A definição terminológica auxilia no entendimento do conceito, já que ela descreve, delimita e distingue os conceitos, permitindo demarcar seu limite no universo da significação. Ela “desempenha papel crucial na organização dos termos, afetando a estruturação do campo nocional das linguagens documentárias”. A definição terminológica é “classificadora, hierarquizante, estruturante” (LARA, 1999, p. 120; LARA, 2004, p. 92).

Uma das bases utilizadas para a elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento é proveniente das normas terminológicas, que prescrevem recomendações sobre princípios e métodos aplicáveis à compilação terminológica, ressaltando a harmonização dos conceitos e termos e suas designações, além de definições que sustentam o relacionamento entre conceitos. De modo geral, as principais atividades terminológicas prescritas nas normas são:

[...] a identificação de conceitos e das relações entre os conceitos; a análise e modelagem de sistemas de conceitos através de diagramas de conceitos; o estabelecimento de representação dos sistemas de conceitos através de diagramas; a

²⁸ No original: “Knowledge Organization” as comprising “the objects and activities of concept theory, classification and indexing and knowledge representation” where by “knowledge representation” we not only understood the logical structure of conceptual representation but also all issues of naming concepts by the fittest terms, whereby questions of terminology have to be considered also.

definição de conceitos; a atribuição de designações (predominantemente termos) a cada conceito, em uma ou mais línguas; o registro e apresentação de dados terminológicos (terminografia) (LARA, 2004, p. 235).

As normas terminológicas elaboradas pela *International Standard Organization (ISO)* devem ser utilizadas como apoio à norma documentária de elaboração de tesauro, também prescrita pela ISO. No âmbito do Comitê de Terminologia da ISO destacam-se as normas ISO 704 - *Terminology work- principles and methods* e ISO 1087 - *Terminology work – vocabulary*, uma vez que elas apresentam semelhanças com os conteúdos das normas de elaboração e gestão de tesouros, em suas várias versões, como a recentemente publicada, ISO 25964 - *Information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies*. A aproximação das normas terminológicas à norma documentária de tesauro baseia-se na proposta de construção das redes de relações entre os termos e conceitos. Na realidade, as normas terminológicas oferecem bases consistentes para a melhor compreensão do sistema de relações entre os conceitos, que é fundamental para a construção dos sistemas de conceitos e do arranjo estrutural dos vocabulários.

A Terminologia, portanto, não oferece apenas definição dos termos de um domínio específico, mas a base para a organização dos vocabulários no que se refere à estruturação lógico-semântica e construção de redes de equivalência.

Com a disseminação global via internet da produção científica a Terminologia torna-se uma prática, uma necessidade do cotidiano e da comunicação social. “Dominar ou ter acesso às terminologias da linguagem de especialidade constitui, hoje, um imperativo do pleno exercício da cidadania” (BARROS, 2004, p.19).

Na presente pesquisa, a elaboração de um sistema de informação legislativa acessível para o público não especialista tem, na Terminologia, orientação segura para a coleta dos termos legislativos (coleta e síntese terminológica); harmonização dos conceitos; identificação e/ou fornecimento das definições necessárias ao entendimento e interpretação dos conceitos e estabelecimento de relações entre os conceitos na criação de redes de equivalência. Utilizada junto com as referências metodológicas da Organização e Representação do Conhecimento, a Terminologia teórica e concreta apoia a construção dos sistemas de acesso e uso da informação para públicos especialistas e não especialistas.

A seguir apresenta-se exemplo de como a Terminologia pode contribuir para a organização de termos de um domínio. Toma-se por base o conceito *Segurados da Previdência Social*:

- i. Coleta de termos: na consulta às leis previdenciárias e nos textos da

área coletam-se termos que representam o conceito *Segurados*, identificando-se seus tipos: *Contribuinte Individual*, *Contribuinte Autônomo*, *Empresário*, *Profissional Liberal*, *Trabalhador Rural*, *Pescador Artesanal*, *Empregado*, *Empregado Doméstico*, *Trabalhador Avulso*, *Trabalhador Temporário*, *Dona de Casa*, *Estudante*, *Estagiário*, etc.

ii. Identificação de definições: na consulta ao texto da lei, buscam-se dicionários, monografias, comentários sobre as leis, etc., para ter acesso às definições dos conceitos. Como a definição descreve o conceito é possível delimitar as características de cada termo que representa os benefícios;

iii. Entre a coleta dos termos e a busca da definição faz-se a harmonização terminológica. No caso de um sistema de legislação para o cidadão, necessita-se fazer uma ponte entre a linguagem técnica e a linguagem comum.

iv. Identificação dos conceitos. Conhecendo as características de cada conceito é possível agrupá-los em categorias. No universo trabalhado foram definidas, por exemplo, as seguintes categorias: *Segurado obrigatório*, *Segurado especial* e *Segurado Facultativo*.

v. Estruturação dos termos em respectivas categorias. Por exemplo, na categoria *Segurado especial* serão inseridos os termos: *Trabalhador Rural*, *Pescador Artesanal*.

vi. Estabelecimento de relações entre os conceitos: hierárquicas (gênero/espécie), associativas e de equivalência. Sob *Segurados* podemos especificar seus tipos, que caracterizam uma relação de gênero/espécie. Na relação entre *Trabalhador Avulso* e *Trabalhador Temporário* há relação de associação. Na relação entre *Contribuinte Individual* e *Contribuinte Autônomo* há relação de equivalência, considerando-se que os termos são sinônimos ou quase sinônimos.

No capítulo 7 será retomada essa discussão quando serão apresentadas as etapas realizadas para a elaboração da proposta de organização de um sistema de legislação previdenciária, com base nos procedimentos da Terminologia e da Organização e Representação do Conhecimento.

4.3.2 A Arquitetura da Informação na Organização e Representação do Conhecimento

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação suscita diálogos com outras áreas do conhecimento humano. Como foi exposto, a área mantém laços sólidos com a Terminologia, Tecnologia da Informação, Arquitetura da Informação, entre outras áreas, em especial quando se trata do subcampo Organização e Representação do Conhecimento.

Os princípios da Arquitetura da Informação (AI) permitem organizar e representar informação na internet de modo a proporcionar ambientes virtuais de fácil navegação. Como o problema da nossa pesquisa relaciona-se ao acesso do cidadão não especialista aos sistemas de informação legislativa, percebe-se a importância de se recorrer também às referências metodológicas da Arquitetura da Informação.

Em seu desenvolvimento, a Arquitetura da Informação recebeu influências de diversas áreas, como o Design, a Computação e a Ergonomia (CAMARGO; VIDOTTI, 2011, p. 6). O termo foi criado em 1976 pelo arquiteto americano Richard Saul Wurman e, à época, se referia à organização da informação em ambientes tradicionais (não digitais) (SILVA, 2011, p. 12). Na década de 1990, os conceitos da área passaram a ser aplicados na construção de ambientes para a *World Wide Web*, sendo pioneiros os bibliotecários americanos Louis Rosenfeld e Peter Morville, autores do livro *Information Architecture for the World Wide Web*. Para eles, há quatro possíveis definições para Arquitetura da Informação:

1. A combinação de esquemas de organização, rotulação e navegação dentro de um sistema de informação;
2. O design estrutural de um espaço informacional para facilitar a conclusão das tarefas e o acesso intuitivo ao conteúdo;
3. A arte e a ciência de estruturar e classificar sites e intranets ajudando as pessoas a encontrar e gerenciar informação;
4. Uma disciplina emergente focada em trazer princípios do design e da arquitetura para o cenário digital. (ROSENFELD; MORVILLE, 2002, p. 4, tradução nossa)²⁹.

²⁹ No original: “1. The combination of organization, labeling, and navigation schemes within an information system.

2. The structural design of an information space to facilitate task completion and intuitive access to content.

3. The art and science of structuring and classifying web sites and intranets to help people find and manage information.

4. An emerging discipline focused on bringing principles of design and architecture to the digital landscape.”

Lara Filho (2003) aponta que a “arquitetura da informação não é uma técnica, não fornece receitas. Antes, ela é um conjunto de procedimentos metodológicos e sua aplicação não visa criar uma camisa de força no conjunto da informação de um site”.

Como ocorre com a Ciência da Informação, não há uma definição única de Arquitetura da Informação, mas é consenso de que suas ferramentas são utilizadas para facilitar a navegação dos usuários na internet, não se restringindo à aparência das páginas, mas também à sua funcionalidade. Há cinco componentes (ou sistemas) que são utilizados na elaboração de um site:

- *Organization Systems* (Sistemas de organização): Categorização da informação;
- *Labeling Systems* (Sistemas de rotulação/rotulagem/etiquetagem): Representação da informação;
- *Navigation Systems* (Sistemas de navegação): Navegação no sistema de informação.
- *Searching Systems* (Sistemas de busca): Recuperação da Informação
- *Controlled Vocabularies* (Vocabulários controlados): Controle de termos de um domínio específico, inclusive termos variantes (ROSENFELD; MORVILLE, 2002, p. 46, 48).

O sistema de organização se refere à organização do espaço informacional, sobretudo à sua categorização. O sistema de rotulação (etiquetagem) aborda como a informação deve ser representada. O sistema de navegação determina o modo como o usuário se move pelo espaço informacional. O sistema de busca permite ao usuário buscar e recuperar informações no espaço informacional. Os vocabulários controlados (tesauros, taxonomias, anéis de sinônimos etc.) são elementos invisíveis para os usuários, mas complementam a anatomia do site, facilitando a busca e a recuperação da informação (ROSENFELD; MORVILLE, 2002; SILVA et al., 2011). Observa-se que a Arquitetura da Informação, assim como a Ciência da Informação utilizam recursos relativos à organização do conhecimento.

A combinação de todos esses sistemas influencia a usabilidade e a satisfação dos usuários. A NBR 9241-11 define a usabilidade como a “medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso” (ABNT, 2002, p. 3). Um site possuirá verdadeira usabilidade (usabilidade universal) se conseguir “acomodar os usuários com diferentes habilidades, conhecimento, idade, gênero, deficiências, condições adversas, literacia, cultura, rendimento, etc.” (BARBOZA; NUNES, 2007, p. 19). Estudar quem será o

público-alvo é um fator relevante: a estrutura, organização, vocabulário e design podem variar conforme o perfil do usuário que acessará a informação. É recomendável que os sites que disponibilizam informações para a população em geral, por exemplo, sites do governo, sejam de fácil utilização e deixem de focar apenas o público especialista, como ocorre, por exemplo, nos sistemas de informação legislativa.

Barboza e Nunes (2007, p. 19) apontam que os sites governamentais “devem ter, como uma de suas prioridades, os usuários com baixo nível de escolaridade”. Isto exige que tais sites não tenham uma estrutura carregada, que possuam um sistema de busca eficaz e, principalmente, que as informações sejam facilmente acessíveis ao usuário. Contudo, mais do que possibilitar informações acessíveis, deve-se fazer com que elas sejam inteligíveis ao público em geral, redigidas em linguagem simples e evitem termos técnicos. Barboza e Nunes (2007, p. 31) sugerem ainda outros modos para organizar e facilitar a redação textual de sites. A seguir são apresentados alguns deles:

- dividir a informação em pontos principais e secundários;
- desenvolver uma estrutura para o documento de forma que ele seja fácil e agradável de usar;
- se estiver descrevendo algo completamente novo, começar com a informação geral sobre os objetivos ou razões para o novo, depois, então, tratar do específico;
- usar palavras simples e do dia a dia;
- eliminar palavras desnecessárias;
- evitar o uso de jargões;
- evitar ou explicar palavras técnicas;
- escolher consistentemente as palavras;
- usar verbos em voz ativa;
- elaborar sentenças curtas;
- evitar ambiguidade;
- dar encadeamento às ideias;
- manter parágrafos simples;
- colocar gráficos e ilustrações o mais perto possível do texto a que eles se referem;
- colocar gráficos e ilustrações na página de forma que não interrompa os padrões de leitura normal;

- certificar-se de que todos os gráficos e ilustrações estão claros e as legendas fáceis de ler.

Além da redação textual, a parte gráfica também exige cuidados que garantem maior usabilidade, tais como evitar cores excessivas e fortes. Também é útil evitar certos recursos, como o excesso de animações, que deixam a página muito lenta. Deixar claro, já na página inicial, onde estão as principais informações fornecidas pelo site, evitando que o usuário tenha que clicar em diversos *links* para encontrar o que busca, é fundamental.

No escopo desta pesquisa, verifica-se que é possível unir a teoria e prática da Ciência da Informação, Arquitetura da Informação e Terminologia para elaborar um sistema de informação legislativa adequado ao perfil e necessidades do público não especialista.

5 LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E O CIDADÃO: NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO

Desde as mais remotas épocas, o homem se preocupou em garantir a sobrevivência em tempos de privações. É próprio da natureza humana passar por infortúnios e sofrimentos que ameaçam a segurança econômica e impedem a busca pela subsistência. Doença, desemprego, incapacidade para o trabalho, acidentes, entre outros eventos tiram a possibilidade de manter uma vida digna.

A Previdência Social tem a função de garantir que o cidadão tenha condições de subsistir em tempos de penúria. Há em seu âmago a preocupação com o porvir, com os dissabores que podem surgir quando o homem é impedido de garantir sua própria manutenção ou a de sua família.

No cenário brasileiro, o direito à assistência previdenciária está garantido na Constituição Federal de 1988. O artigo 194 dispõe sobre a seguridade social, atestando que ela compreende um conjunto de ações da iniciativa privada e do Estado, a fim de assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Há uma ação tripartite nas ações da Previdência Social: o Estado, a iniciativa privada e o cidadão contribuem para a captação de recursos. Somente os indivíduos que contribuem com o regime da Previdência Social têm direito às prestações (benefícios e serviços).

No Brasil há três tipos de regimes previdenciários:

- Regime Geral de Previdência Social – Filiação obrigatória para qualquer cidadão acima de 16 anos, de acordo com as disposições do artigo 201 da Constituição Federal de 1988.
- Regime Próprio da Previdência Social - Filiação obrigatória para os servidores públicos e titulares de cargos efetivos, conforme dispõe o artigo 40 da Constituição Federal de 1988.
- Regime de Previdência Complementar - Filiação facultativa para todo o cidadão que desejar ampliar os benefícios previdenciários, conforme dispositivos do artigo 202 da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar 109/2001.

O Regime Geral e o Regime Próprio da Previdência Social pertencem à Previdência Pública, que é composta pelo Instituto Próprio dos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), Instituto Próprio dos Servidores Públicos e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A Previdência Complementar é subdividida em pública e privada.

A pública é exclusiva dos funcionários públicos concursados e a privada é acessível a qualquer cidadão. A Previdência Complementar Privada é subdividida em aberta e fechada. A aberta, negociada pelas agências bancárias, é destinada a qualquer interessado. A fechada, chamada de fundos de pensão, é exclusiva de determinados grupos de pessoas, que podem ser empregados de uma empresa e servidores da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BOCCHI JUNIOR, 2014).

Figura 10 – Previdência Social: Pública e Complementar

Fonte: BOCCHI JUNIOR, 2014, p. 31.

Para efeito desta pesquisa, focalizaram-se os pressupostos do Regime Geral da Previdência Social, deixando os demais para futuras investigações. Quanto ao escopo legislativo, serão analisados apenas os dispositivos da legislação federal publicados após o ano de 1990, isentando-se de estudar atos previdenciários anteriores a este período e oriundos da legislação estadual, municipal e da legislação marginalia produzida pelo Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria da Receita Federal.

Além dos textos constitucionais, existem diversos dispositivos federais que tratam da previdência e assistência social. No entanto, a legislação previdenciária básica é representada pelos seguintes atos normativos:

- Lei 8.212/91 (trata do custeio da seguridade social);
- Lei 8.213/91 (apresenta o rol de benefícios que podem ser concedidos);
- Lei 8.112/90 (regulamenta o regime dos servidores públicos);
- Lei 8.742/93 (dispõe sobre a organização da assistência social);
- Lei Complementar 108/91 (trata da relação entre o poder público e suas respectivas entidades de previdência complementar);
- Lei Complementar 109/2001 (dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar);
- Decreto 3.048/99 (aprova o regulamento da Previdência Social).

No escopo do Regime Geral da Previdência Social serão consideradas as regras concernentes ao custeio, benefícios e regulamento da Previdência Social, respectivamente as Leis 8.212 e 8.213 de 1991 e o Decreto 3.048 de 1999. Serão apresentados, de início, alguns elementos para a compreensão da evolução histórica da Previdência Social para, em seguida, contextualizar os conceitos da legislação vigente.

5.1 Contexto histórico da legislação previdenciária

Na Roma antiga, o exército guardava duas partes do salário do soldado, que lhe era devolvido, junto com um pedaço de terra, no momento da aposentadoria. Do mesmo modo, os membros das associações religiosas, chamadas de confrarias ou guildas, pagavam taxas anuais que seriam utilizadas nos casos de velhice, doença ou pobreza. No império Inca cultivavam-se terras para garantir as necessidades alimentares de anciãos, doentes e inválidos. A Inglaterra, em 1601, publicou a lei de amparo aos pobres (*Poor Relief Act*), instituindo a contribuição obrigatória para fins sociais. Esta é considerada a primeira lei sobre assistência social. No que se refere ao Direito Previdenciário, pode-se dizer que ele surgiu no período da Revolução Industrial inglesa, principalmente em razão dos inúmeros acidentes que dizimavam a vida dos trabalhadores. Em 1897 foi criado o seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, em 1908 foi concedida a pensão aos maiores de 70 anos e, em 1911, criou-se um sistema de contribuições sociais, que ficavam sob a responsabilidade do empregador, empregado e Estado. Um plano chamado de *Beveridge* propôs, na Inglaterra, em 1941, um programa de prosperidade política e social que garantia que o indivíduo ficasse acobertado em certas

contingências sociais que o impediam de trabalhar. A França, por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793, estabelecia que a sociedade deveria sustentar os cidadãos infelizes, dando subsistência para aqueles que não estavam em condições de trabalhar. Já a Constituição francesa de 1848 determinava que os cidadãos deveriam assegurar, pela Previdência, os recursos para o futuro. Em 1898, foi editada norma que assegurava a assistência à velhice e aos acidentes de trabalho. (MARTINS, 2010, p. 3-6; HORVATH JÚNIOR. 2014, p. 21-26).

Entre 1883 e 1889, a Alemanha instituiu uma série de leis sociais, a fim de atenuar a tensão existente entre os trabalhadores. Nesse período foram criados o seguro doença, seguro contra acidente de trabalho e o seguro de invalidez e velhice. O México, em 1917, foi o primeiro país do mundo a incluir o seguro social no texto da constituição federal. Posteriormente, a Constituição soviética de 1918 e a Constituição de Weimar de 1919 trataram de questões previdenciárias. O *New Deal* americano, que tentava combater a crise de 1929, também continha princípios que visavam enfrentar as misérias da vida humana, especialmente o desemprego e a velhice. No ano de 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), atuando internacionalmente na fixação de princípios e regras relativas ao trabalho, seguridade social, justiça e paz social. Em 1935 foi instituído o *Security Act*, que assegurava auxílio para os idosos e para os trabalhadores que ficassem temporariamente desempregados. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, publicada em 1948, também estabelece a proteção previdenciária como direito fundamental da pessoa humana. O § 1º do artigo 25 estabelece que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez e velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (MARTINS, 2010, p. 3-6; HORVATH JÚNIOR. 2014, p. 21-26).

No Brasil, a primeira lei que tratava das questões previdenciárias foi um Decreto de 01/10/1821, de Dom Pedro, concedendo aposentadoria aos mestres e professores que completavam 30 anos de serviço. A Constituição de 1824 trazia uma única disposição no artigo 179, estabelecendo assistência à população carente via recursos de socorros públicos. Já a Constituição de 1891, trouxe pela primeira vez a palavra aposentadoria, introduzida para os funcionários a serviço da nação em caso de invalidez. A Lei Eloy Chaves (Decreto 4.682 de 24/01/1923) foi o marco da Previdência Social no Brasil, criando as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários, em nível nacional, que garantiam aposentadoria por invalidez,

doença, velhice e morte. Posteriormente, os benefícios foram estendidos para os trabalhadores dos serviços portuários, marítimos, telegráficos, de luz, bonde e bancários, por meio de legislações próprias. A Lei Eloy Chaves teve sua origem na Lei Argentina 10.650 de 1919. Em visita ao Chile, com o objetivo de estudar o sistema de tração utilizado na Cordilheira dos Andes, um engenheiro ficou sabendo que na Argentina havia um sistema de proteção social aos trabalhadores da estrada de ferro. No retorno ao Brasil, a lei Argentina foi estudada e adaptada à realidade brasileira. Entre 1930 e 1940, as caixas de pensões foram transformadas em Institutos de Aposentadorias e Pensões. A Constituição de 1934 fez referência pela primeira vez à expressão previdência no § 1º do artigo 121, e trouxe vários dispositivos que tratavam da seguridade social, que vão desde o custeio, até o estabelecimento de previdência nos casos de velhice, invalidez, maternidade, acidente do trabalho e morte, além de introduzir o custeio tripartite suportados entre trabalhador, empregadores e Estado. Na Constituição de 1946 surge a expressão “Previdência Social” pela primeira vez e ocorre a sistematização da matéria previdenciária. A previdência começa a ser garantida via contribuição da União, do trabalhador e do empregador, em favor da maternidade, doença, velhice e invalidez por morte. Em 1960 é publicada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) que unifica a legislação previdenciária entre todos os institutos previdenciários, padroniza o sistema assistencial, uniformiza direitos e contribuições e amplia os benefícios sociais; surgem o auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-reclusão. A Lei 4.266 e Lei 4.281, ambas de 1963, criam respectivamente o salário-família e o abono anual. Em 1966 é centralizada a organização Previdenciária com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). (MARTINS, 2010, p. 6-18; HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 28-61; DONADON; MONTENEGRO, 2009, p. 17-19).

A Constituição de 1967 trouxe alterações significativas, como a redução do tempo de serviço da mulher para trinta anos, no que se refere à aposentadoria integral. Constitucionaliza o salário-família e prevê a criação do seguro-desemprego. Nesse período surgiram leis que garantiam a proteção previdenciária dos trabalhadores rurais e seus dependentes (1969); empregados domésticos (1972), jogadores profissionais de futebol (1973); trabalhador temporário (1974). Além disso, foram criados o Ministério da Previdência e Assistência Social (1974) e o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) em 1977, que com o objetivo de reorganizar a Previdência Social criou o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e o Instituto Nacional de Previdência

Social (INPS). Em 1986 é instituído o seguro-desemprego (MARTINS, 2010, p. 6-18; HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 28-61; DONADON; MONTENEGRO, 2009, p. 17-19).

A Constituição de 1988 instituiu a seguridade social no Brasil regulamentado-a nos artigos 194 a 204. Em 1990 é criado o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Em 1991 são editadas a Lei 8.212, que trata do custeio da seguridade social e a Lei 8.123, que estabelece os benefícios previdenciários. A Lei 8.742 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), que trata da organização da assistência, é publicada em 1993. Entre 1994 e 1997 as Leis 8.212 e 8.213 passam por modificações que alteram ou extinguem aposentadorias. Ainda em 1997 é publicado o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, pelo Decreto 2.172, que posteriormente foi revogado pelo Decreto 3.048, de 1999, que unificou as disposições das Leis 8.212 e 8.213. Em 1998 o sistema previdenciário é reformado pela Emenda Constitucional nº 20. A reforma trouxe inúmeras modificações, tais como a destinação do auxílio-reclusão apenas à população de baixa renda; proibição de filiação ao regime geral, como segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de Previdência Social; alteração do critério de cálculo dos benefícios acidentários, alteração na concessão da aposentadoria especial; vedação de acumulação de pensão deixada pelo cônjuge ou companheiro; exclusão do menor sob guarda da condição de dependente; exclusão do auxílio acidente do aposentado que permanece ou retorna ao trabalho etc. A Emenda Constitucional nº 20, estabeleceu aposentadoria por tempo de contribuição e não mais de serviço, determinando 35 anos de contribuição para o homem e 30 anos para a mulher. Em 1999 a Lei 9.876 trouxe mudança na fórmula do cálculo dos benefícios e introduziu o fator previdenciário, prevendo a expectativa de vida do segurado para o cálculo do benefício. No ano de 2001 é regulamentada a previdência complementar, conforme disposições das leis complementares 108 e 109. Durante os anos 2000 ocorreram mudanças em relação ao salário e à licença-maternidade da mãe adotiva, auxílio-doença; aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial para quem está na condição de deficiente. A Lei Complementar 128/2008 estabeleceu tratamento previdenciário diferenciado para o Microempreendedor individual (MEI) que fatura até três mil reais mensais. Num contexto mais recente, a emenda Constitucional nº 72/2013 ampliou os direitos trabalhistas e previdenciários dos empregados domésticos e a Lei Complementar 142/2013 regulamentou o disposto no artigo 201 da CF 1988 no que se refere à aposentadoria da pessoa com deficiência (MARTINS, 2010, p. 6-18; HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 28-61; DONADON; MONTENEGRO, 2009, p. 17-19).

No cenário atual o sistema previdenciário tem dois grandes desafios: (i) aumento da expectativa de vida dos brasileiros: a longevidade da população, somada às baixas taxas de

fecundidade e a diminuição da mortalidade infantil podem causar um desequilíbrio no sistema, tendo em vista que haverá um aumento na proporção de idosos beneficiários, e uma diminuição dos contribuintes. Conforme estudo realizado em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2050 haverá apenas um trabalhador ativo para cada inativo e, em razão disso, o atual Regime Geral de Previdência Social terá que buscar novas fontes de custeio, reduzindo o número de benefícios ou aumentando a idade para a concessão da aposentadoria; (ii) quantidade expressiva de trabalhadores ativos que trabalham informalmente e não contribuem com o sistema previdenciário: o desemprego favorece a atuação de trabalhadores autônomos, tais como cuidadoras, vendedoras de cosméticos, vendedoras de roupas, pedreiros, pintores, encanadores, pipoqueiros, doceiros e outros profissionais, incluindo os domésticos, que trabalham sem carteira assinada. Juntos eles fazem parte dos 28,6 milhões de brasileiros que, segundo dados de 2008, não possuem proteção previdenciária (BARBIERI; ANSILIERO; COSTANZI, 2009; PEREIRA, 2009). A taxa de desemprego tem diminuído sensivelmente nos últimos cinco anos, segundo o IBGE, mas as dificuldades continuam, considerando o papel social exercido pela Previdência no Brasil que também acolhe o que denomina beneficiários da assistência social. Somados aos fatores citados há o problema da violência nas grandes metrópoles, que muitas vezes deixa famílias órfãs ou pais de família reclusos; do mesmo modo, o número expressivo de acidentes de trânsito que causam vítimas fatais ou com sequelas que incapacitam o indivíduo para o trabalho. Nesses e em outros casos há direito à prestação previdenciária, como será apresentado a seguir.

5.2 Leis que regem os direitos da Previdência Social

Pelo exposto anteriormente, verifica-se que as regras da Previdência Social passaram por várias mudanças ao longo do tempo. Pretende-se nesta seção apresentar, de forma sistematizada, os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que regulamentam a Previdência Social atual. No entanto, antes de falar das leis que regem os direitos da Previdência Social é importante contextualizá-las no âmbito da Seguridade Social.

De acordo com Martins (2010, p. 282) a Previdência Social é um segmento da Seguridade Social, composto de princípios, regras e instituições destinadas a estabelecer um sistema de proteção social. Conforme preceitua o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social é um conjunto de ações dos poderes públicos e da sociedade com a finalidade de assegurar os direitos à saúde, previdência e assistência social.

Figura 11 – Seguridade Social

Fonte: Elaborado pela autora

É função da seguridade social assegurar meios de subsistência do indivíduo, quando ele não estiver em condições de garantir o seu sustento e o de sua família, em razão de desemprego, doença, invalidez, morte, idade avançada maternidade, entre outros casos:

A seguridade social é a proteção que a sociedade proporciona a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais – que de alguma forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência, como consequência de enfermidade, maternidade, acidente do trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte – e também a proteção de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos (HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 23).

William Beveridge, idealizador de uma política social que garantia cobertura financeira para o trabalhador inglês impossibilitado de trabalhar, atestava que a seguridade social é apenas uma parte da luta contra os cinco gigantes do mal: a miséria física, a doença, a ignorância, a imundície e o desemprego involuntário (apud HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 121).

No Brasil, a Previdência Social, como um ramo da seguridade social, assegura a satisfação das necessidades básicas dos beneficiários (segurados e dependentes) nos momentos de riscos e contingências sociais. Ela é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória. Os benefícios garantidos são cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família, auxílio-reclusão, para os dependentes dos segurados de baixa renda, e pensão por morte do segurado.

Na Lei 8.213/91 os benefícios são estabelecidos no artigo 18, que divide as prestações oferecidas pelo Regime Geral da Previdência Social em três categorias, conforme ilustra a Figura 12:

- Para os segurados: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio doença, salário-família, salário-maternidade, auxílio-acidente;
- Para os dependentes: pensão por morte, auxílio-reclusão;
- Para os segurados e dependentes: serviço social e habilitação e reabilitação profissional.

Figura 12 – Cobertura previdenciária para os segurados e dependentes

Fonte: HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 159.

A *Aposentadoria por idade* é devida ao segurado que completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher, conforme disposição do artigo 48 da Lei 8.213/91. O limite de idade é reduzido para sessenta (homem) e cinquenta e cinco anos (mulher) no caso de trabalhadores rurais. O homem com 70 anos e a mulher com 65 que continuarem trabalhando são obrigados a aceitar o requerimento de aposentadoria da empresa, a chamada aposentadoria compulsória. De modo geral, a aposentadoria por idade visa proteger materialmente os segurados contra o processo natural de envelhecimento.

No que se refere à *Aposentadoria por invalidez*, o benefício protege o segurado incapacitado de exercer atividade que lhe garanta a subsistência, conforme estabelecem os artigos 42 a 47 da Lei 8.213/91. O segurado que mediante perícia médica tiver o diagnóstico de incapacidade total ou parcial para o trabalho terá direito ao benefício.

Já a *Aposentadoria por tempo de contribuição*, de acordo com os artigos 52 a 56 da Lei 8.213/91, é devida para o segurado que contribuir durante 35 anos (homem) e 30 anos (mulheres). Antes da Emenda Constitucional 20/98, que trouxe várias mudanças para o sistema previdenciário, este benefício era denominado aposentadoria por tempo de serviço. O benefício visa garantir meios de subsistência para o segurado que trabalhou por determinado período contribuindo com o Regime da Previdência Social. Há três situações de aposentadoria por tempo de contribuição: (i) do segurado que alcançou o tempo de serviço estabelecido pela legislação antes de 15/12/1998, que estabelecia 30 anos para homem e 25 para mulher; (ii) do segurado que completou 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher), após 16.12.1998; (iii) do segurado que não havia completado o tempo de 30 ou 25 anos de serviço antes de 15.12.1998. O primeiro tem direito adquirido, ele completou o preencheu o tempo de serviço antes da mudança da lei; o segundo aposentará na vigência da legislação atual e o terceiro seguirá a regra de transição e deverá cumprir o pedágio (adicional de tempo de serviço) e possuir a idade de 48 anos (mulher) e 53 anos (homem). O pedágio para este caso é obrigatório e exige um adicional de 40% do tempo de serviço que faltava para o segurado alcançar a aposentadoria. Por exemplo, um homem com 53 anos possuía, em 15.12.1998, 29 anos e 2 meses de contribuição. A legislação anterior a 15.12.1998 exigia 30 anos, faltando 10 meses para completar o tempo estabelecido. O cálculo do pedágio é realizado com a multiplicação do tempo de meses a ser cumprido com o adicional de 40% (10 meses x 40% = 4 meses). Neste caso o segurado deverá completar 30 anos e 4 meses de contribuição para receber o benefício (BOCCHI JUNIOR, 2014, p. 124-125).

Aposentadoria especial é concedida ao segurado que trabalhou durante um período de 15, 20 ou 25 anos em condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física, como a exposição permanente a agentes nocivos, sejam físicos, químicos ou biológicos (Arts. 57 a 58 da Lei 8.213/91). Não basta ser uma atividade insalubre, perigosa ou penosa, tem que trazer risco à saúde. A aposentadoria especial com 15 anos é destinada aos trabalhadores que atuaram em mineração subterrânea, em frentes de produção. A de 20 anos aplica-se aos trabalhadores sob a exposição do agente químico amianto e em mineração subterrânea, afastados das frentes de produção. A aposentadoria especial de 25 anos destina-se aos trabalhadores que não se enquadram nos casos de 15 e 20 anos. O segurado que exercer alternadamente atividade especial e comum e não tiver completado, no que se refere à especial, o tempo necessário para se aposentar, poderá somar a este período os anos da atividade comum. Para tanto é necessário aplicar a tabela de conversão disponível no art. 70 do Decreto 3.048/99. Inicialmente identifica-se se a aposentadoria especial é de 15, 20 ou 25

anos. Em seguida converte-se o tempo especial em comum. Por exemplo, um homem trabalhou durante 25 em condições especiais e 7 anos em atividades comuns. Ele deverá transformar o tempo especial em comum mediante a aplicação do multiplicador 1,40, conforme Quadro 10. Após a aplicação do multiplicador, os 25 anos serão convertidos para 28. Somando-os aos 7 anos que o segurado já possuía são alcançados os 35 anos necessários e o segurado pode se aposentar por tempo de contribuição. Após 11.12.1998, o segurado que recebe aposentadoria especial não pode trabalhar em atividades que colocam em risco a saúde e a integridade física (BOCCHI JUNIOR, 2014, p. 129-136).

Quadro 10 – Conversão da aposentaria especial em comum

TEMPO A CONVERTER	MULTIPLICADORES	
	MULHER (PARA 30)	HOMEM (PARA 35)
DE 15 ANOS	2,00	2,33
DE 20 ANOS	1,50	1,75
DE 25 ANOS	1,20	1,40

Fonte: Art. 70, Decreto 3.048/99

O *Auxílio-doença*, conforme preceituam os artigos 59 a 63 da Lei 8.213/91, é concedido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos. No caso do segurado trabalhador, durante os primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença, caberá à empresa pagar o salário integral.

Salário-família é o benefício concedido aos trabalhadores que possuem filhos ou equiparados menores de 14 anos ou inválidos de qualquer idade. O benefício é pago em cotas, complementa o salário mínimo e é pago mensalmente pela empresa na proporção do respectivo número de filhos que o beneficiário possui. O valor das cotas é atualizado pelo Ministério da Fazenda (MF) por meio de portaria. Para 2015, a Portaria Interministerial MPS/MF 13/2015 estabelece os valores de R\$ 37,18 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 725,02 e R\$ R\$ 26,20 para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 725,02 e igual ou inferior a R\$ 1.089,72. (Arts. 65 a 68 da Lei 8.213/91).

O *Salário-maternidade*, como estabelecem os artigos 71 a 73 da Lei 8.213/91, é concedido às seguradas mães biológicas durante 120 dias, com início no período entre os 28 dias antes e término 91 dias depois. É devido também ao segurado ou segurada que

adotarem filhos com até 8 anos de idade. A mãe adotiva deve requerer o benefício diretamente ao INSS.

O *Auxílio-acidente* é devido ao segurado que tenha sofrido perda parcial ou total da capacidade laborativa. Há duas espécies de auxílio-acidente, o ocasionado por acidente do trabalho e o advindo de qualquer natureza (Art. 86 da Lei 8.213/91).

Aqueles que possuem dependência econômica em relação aos segurados também são beneficiários do Regime da Previdência Social. O direito do dependente ao recebimento das prestações previdenciárias ocorre da morte ou recolhimento à prisão do segurado. De acordo com o artigo 16 da Lei 8.213/91 são dependentes:

- o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho menor de 21 anos, o filho inválido ou com deficiência intelectual ou mental.
- os pais (pai e mãe) – avós e bisavós não são dependentes
- o irmão não emancipado, menor de 21 anos ou o irmão inválido ou com deficiência intelectual ou mental.

Figura 13 – Dependentes da Previdência Social

Fonte: BOCCHI JUNIOR, 2014, p. 46.

A *Pensão por morte* e o *Auxílio-reclusão* são benefícios devidos aos dependentes do segurado. A pensão por morte pode ser requerida pelo cônjuge, companheiro (a)³⁰, filhos e irmãos menores de 21 anos, ou inválidos de qualquer idade e pais. Os dependentes precisam comprovar vínculo com o segurado, pais e irmãos precisam comprovar ainda a dependência econômica. O benefício pode ser definitivo ou provisório, no caso de morte presumida. É um benefício que pode ser acumulado com outros benefícios previdenciários e corresponde a 50%³¹ do valor da aposentadoria que o segurado recebia, ou do que ele receberia se fosse aposentado na data de seu falecimento.

No que tange ao *Auxílio-reclusão*, o requisito para a concessão é a prisão do segurado de baixa renda. O benefício é devido aos parentes do segurado que está preso em regime fechado ou semiaberto. O cumprimento de pena em regime aberto ou a liberdade condicional não dá direito ao benefício (Arts. 74 a 80 da Lei 8.213/91). Vale ressaltar que os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições; já para os dependentes de classes diversas é adotado o critério de exclusão. Se o segurado morre e deixa cônjuge, filhos, pais e irmão inválido, somente o cônjuge e os filhos terão direito ao benefício. Neste caso, como cônjuges e filhos pertencem à mesma classe, o benefício será rateado entre eles (HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 241).

Segurados e dependentes têm direito ao serviço social e à habilitação e reabilitação profissional. O serviço social orienta e dá apoio aos beneficiários no que concerne à solução dos problemas pessoais e familiares, esclarecendo dúvidas sobre direitos e meios de exercê-los. Opera por meio de intervenção técnica, assistência jurídica e ajuda material sob o comando do assistente social, que é o profissional habilitado a identificar as necessidades dos beneficiários. A habilitação profissional proporciona meios para a pessoa com deficiência exercer determinada atividade no contexto social em que vive e a reabilitação oferece condições para que o incapacitado para o trabalho, por motivo de doença ou acidente, retorne ao mercado de trabalho (Art. 136; Art. 161 do Decreto 3.048/99; Art. 88; Art. 89; Lei 8.213/91).

Como pôde ser observado, há prestações beneficiárias que são garantidas aos segurados e outras são asseguradas aos seus dependentes. Ressalta-se que os segurados recebem vários benefícios, contudo há a contrapartida da contribuição. Eles são classificados em obrigatórios e facultativos.

³⁰ O cônjuge ou companheiro não terão direito ao benefício se o casamento ou união estável ocorreu há menos de dois anos da data do óbito do segurado, conforme alterações da Medida Provisória 664, de 30 dezembro de 2014.

³¹ Conforme alterações da Medida Provisória 664, de 30 de dezembro de 2014.

Os segurados obrigatórios estão disciplinados pelos artigos 12 da Lei 8.212/91, 11 da Lei 8.213/91 e 9º do Decreto 3.048/99. São segurados obrigatórios os (i) trabalhadores com vínculo empregatício (urbano, rural, doméstico); (ii) trabalhadores sem vínculo empregatício (avulsos, eventuais); (iii) trabalhadores segurados especiais (produtor rural); (iv) contribuintes individuais (pessoa física, proprietária ou não, que explora atividades agropecuárias ou de extração mineral; pessoas consagradas a vida religiosa; titular de firma individual urbana ou rural; pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com ou sem fins lucrativos; brasileiro que trabalha no exterior para organismo oficial internacional). Os contribuintes individuais são aqueles que prestam serviços de forma independente, sem vínculo empregatício. Podem se filiar nesta classe os seguintes profissionais: síndico condominial remunerado; pessoa física que explora atividade de garimpo; proprietário de firma individual; diretor; sócio; consultor; cooperado de cooperativa de produção; profissional liberal (advogado, arquiteto); pintores; eletricitas; encanadores; cabeleireiro; manicure; esteticista; diarista; feirante; comerciante ambulante; médico residente; pescador que trabalha em regime de parceria; árbitro e auxiliares de jogos esportivos; padres; pastores; bispos; freiras; presidiário que exerce atividade remunerada etc. (HORVATH JÚNIOR, 2014). A filiação do segurado obrigatório ao Regime Geral da Previdência Social ocorre automaticamente quando ele exerce atividade remunerada.

Os segurados facultativos se filiam por manifestação de vontade em participar do sistema da Previdência Social. Sua filiação ocorre com o pagamento da primeira contribuição. É segurado facultativo, o indivíduo maior de 16 anos que voluntariamente se filia ao sistema previdenciário (estudante, dona de casa, estagiário, bolsista). Nesta categoria não há obrigação legal de contribuir com a previdência, mas pode-se fazer por interesse de futuramente se aposentar por tempo de contribuição. Como o segurado obrigatório, o facultativo contribui mensalmente pagando a alíquota de vinte por cento sobre o salário mínimo. As disposições de quem pode ser considerado segurado facultativo estão regulamentadas pelo art. 11 do Decreto 3.048/99.

A inscrição do segurado obrigatório ou facultativo ocorrerá da seguinte forma, conforme Horvath Júnior (2014, p. 247):

(i) empregado e trabalhador avulso: preenchimento dos documentos que os habilitem ao exercício da atividade: contrato de trabalho no caso de empregado, cadastramento e registro no sindicato ou órgão gestor de mão de obra, no caso de trabalhador avulso;

(ii) empregado doméstico: apresentação de documento que comprove a existência de contrato de trabalho;

(iii) contribuinte individual: apresentação de documento que caracterize sua condição ou exercício de atividade profissional, liberal ou não;

(iv) segurado especial: apresentação de documento que comprove o exercício de atividade rural;

(v) facultativo: apresentação de documento de identidade e de declaração expressa de que não exerce atividade que o enquadre na categoria de segurado obrigatório.

A Figura 14 sistematiza quem são os segurados e dependentes da Previdência Social:

Figura 14 – Beneficiários da Previdência Social

Fonte: Adaptado de HORVATH JÚNIOR (2014, p. 203).

A classificação dos beneficiários da Previdência Social é clara. De um lado há os segurados, do outro seus dependentes. Em relação à divisão dos segurados há os que exercem atividade remunerada, e os que não exercem atividade remunerada. Os que trabalham e possuem renda são segurados obrigatórios, os outros são facultativos. Dentre os segurados que exercem atividade remunerada há os que possuem vínculo empregatício (trabalhador

urbano ou rural) e os que não possuem vínculo empregatício e trabalham por conta própria (autônomos), são os contribuintes individuais. Os trabalhadores rurais são classificados ainda na categoria segurado especial: eles possuem regras diferenciadas para se aposentar. Já os chamados trabalhadores avulsos possuem vínculo empregatício, mas prestam serviços para várias empresas, por intermédio de sindicatos ou órgãos gestores. O vigilante, o carregador, o estivador, o amarrador de embarcações são exemplos de trabalhadores avulsos. São segurados obrigatórios, mas quem recolhe a contribuição previdenciária é o órgão ao qual o trabalhador está vinculado.

Segurados e dependentes possuem direitos e deveres previdenciários. Os direitos, como já foi apresentado, são provenientes das prestações previdenciárias listadas na Figura 12, sempre que houver ocorrência de risco ou contingência social. Já os deveres estão atrelados ao pagamento da contribuição das prestações.

A cobertura dos eventos ocorre por meio de um sistema de arrecadação de recursos. Isto significa que no regime da Previdência Social o indivíduo é obrigado a se filiar e pagar uma contribuição para ter garantida a cobertura financeira no momento de infortúnio. É diferente do sistema da Seguridade Social, no qual o indivíduo não precisa contribuir para ter garantido o benefício. É o caso da pessoa com deficiência de qualquer natureza e do idoso com sessenta e cinco anos ou mais que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC³²), quando comprovarem não possuir recursos que garantam a sobrevivência. Estes, recebem do INSS um salário-mínimo mensal, independente de contribuição. Dito de outra forma, no Regime da Previdência Social o segurado é obrigado a contribuir para ter direito ao benefício, ao contrário dos beneficiários da assistência social que não são obrigatoriamente contribuintes.

A contribuição, de acordo com Martins (2010) e Bocchi Junior (2014), deve ocorrer mês a mês, e não pode ser feita num único pagamento e, caso isto ocorra, o INSS pode indeferir o pedido do contribuinte. Os artigos 20 da Lei 8.212/91 e 198 do Decreto 3.048/99 dispõem que a contribuição do empregado e do trabalhador avulso, que são os segurados, é calculada mediante aplicação da alíquota correspondente ao seu salário de contribuição mensal de forma não cumulativa. A alíquota varia de oito a onze por cento, de acordo com os dados do Quadro 11, que se referem ao período a partir de janeiro de 2015. Já a alíquota de contribuição do contribuinte individual e facultativo é de vinte por cento sobre o salário de contribuição, conforme preceituam os artigos 21 da Lei 8.212/91 e 199 do Decreto 3.048/99.

³² Conforme disposição da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS (Lei 8.742/93).

Quadro 11 – Valores do Salário de Contribuição para o empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS
Até R\$ 1.399,12	8,00
R\$ 1.399,13 a R\$ 2.331,88	9,00
R\$ 2.331,89 até R\$ 4.663,75	11,00

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portaria Interministerial MPS/MF, nº 13, de 09 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/index.asp>>. Acesso em: 21 jan. de 2015.

O salário de contribuição é o valor da remuneração recebida pelo empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e contribuinte individual, sobre a qual incide a contribuição previdenciária. No caso dos segurados facultativos é o valor por ele declarado, respeitando os limites mínimos e máximos, conforme estabelece o artigo 28 da Lei 8.212/91. Seja qual for a categoria do segurado, o salário de contribuição não poderá ultrapassar o teto máximo fixado, que nos valores de 2015 é de R\$ R\$ 513,01. A média dos salários de contribuição é a base para o cálculo do salário de benefício. No cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição e por idade há a incidência do fator previdenciário, que é o índice resultante da operação matemática que leva em consideração a idade, o tempo de contribuição, a expectativa de vida, fixada pelo IBGE, e a alíquota de 0,31. Quanto mais cedo o trabalhador se aposentar, menor será o valor do seu benefício. É o que mostra o quadro a seguir, ao simular, com base nos índices de janeiro a dezembro de 2013, o benefício previdenciário de um homem e de uma mulher utilizando o valor de dois salários-mínimos e do teto (valor máximo de contribuição).

Observou-se que a incidência do fator previdenciário e da expectativa de vida diminuem o valor do salário de benefício. O homem que possui 53 anos de idade e 35 de contribuição que contribuiu pelo teto receberá R\$ 2.628,94 ou, pelo valor de dois salários-mínimos, R\$ 950,90. Caso se aposente antes de completar 35 anos, aposentadoria proporcional, receberá R\$ 1.840,25 ou um salário-mínimo, respectivamente. O mesmo ocorre com a mulher: ao se aposentar com 48 anos de idade e 30 de contribuição receberá R\$ 2.206,60 ou R\$ 798,13. Se antecipar a aposentaria o valor cairá para R\$ 1.544,62 ou um salário mínimo (BOCCHI JUNIOR, 2014, p.78-82). Neste sentido, é importante que o segurado analise se é mais viável antecipar ou retardar a aposentadoria. Talvez, aos esperar 60 ou 65 anos de idade para ter uma expectativa de vida menor e, conseqüentemente, um

benefício maior não seja a melhor opção, já que o valor que o segurado receberá não superará o que deixou de receber durante os 12 anos de espera.

Quadro 12 – Impacto do fator previdenciário e da expectativa de vida

Valor da Contribuição	Teto R\$ 4.390,24	2 Salários R\$ 1.448,00	Teto R\$ 4.390,24	2 Salários R\$ 1.448,00
Média das contribuições	Média R\$ 4.390,24	Média R\$ 1.448,00	Média R\$ 4.390,24	Média R\$ 1.448,00
Sexo	Homem (Fator previdenciário: 0,6567)		Mulher (Fator previdenciário: 0,5512)	
Idade	53 anos	53 anos	48 anos	48 anos
Tempo de serviço	35 anos	35 anos	30 anos	30 anos
Expectativa de vida	27,1 anos	27,1 anos	31,3 anos	31,3 anos
Valor do benefício	R\$ 2.628,94	R\$ 950,90	R\$ 2.206,90	R\$ 798,13
1 dia antes (35/30)	R\$ 1.840,25	Salário-Mínimo	R\$ 1.544,62	Salário-Mínimo

Fonte: Adaptado de BOCCHI JUNIOR, 2014, p. 80.

Além dos recursos provenientes da contribuição do segurado, há a participação das empresas e também os recursos provenientes das receitas arrecadas dos impostos pagos à União, Estados e Municípios, como por exemplo, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS); do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). É o que atesta o artigo 195 da CF de 1988:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

Para sintetizar quais são os benefícios oferecidos pela Previdência Social, elaboramos os quadros apresentados a seguir³³. Com isso, foi possível agrupar informações utilitárias de cada benefício, como por exemplo, quem tem direito, quais são os documentos solicitados, qual é carência e qual a base legislativa. Todas essas informações serão utilizadas na nossa proposta de elaboração de um sistema de informação legislativa acessível.

³³ Para a elaboração dos quadros 13 a 26 utilizaram-se as referências da doutrina da área (já mencionadas nesse capítulo) e informações do Portal do Ministério da Previdência Social, especialmente do *link*: <<http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/152>>.

Quadro 13 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por idade

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência ³⁴
Aposentadoria por idade	Lei 8.213/91 – Arts. 48 a 51 Decreto 3.048/99 – Arts. 51 a 55	Aposentadoria por idade, também conhecida como aposentadoria por velhice, tem o objetivo de amparar o segurado na velhice. É devida ao trabalhador urbano que completar 65 anos (homem) e 60 (mulher) e ao trabalhador rural que completar 60 anos (homem) e 55 (mulher). Além de completar a idade exigida é necessário que o trabalhador urbano, inscrito no INSS a partir de 25/07/1991, comprove 15 anos de contribuição, e o rural o efetivo exercício de atividade rural num tempo proporcional a quantidade de contribuições exigidas para a concessão do benefício. Os trabalhadores rurais não precisam ter contribuído com o INSS para solicitar a aposentadoria por idade.	Documentação básica <u>Trabalhadores Urbanos e Avulsos</u> · • Carteira de Identidade, Carteira de Habilitação ou outro documento de identificação; • Cadastro de Pessoa Física (CPF); • Carteira de Trabalho ou outro documento que comprove o tempo de contribuição; • Número de Identificação do Trabalhador/NIT (PIS/PASEP); • Certificado do Sindicato de Trabalhadores Avulsos ou do órgão gestor de mão de obra. <u>Contribuinte individual</u> • Registro de firma individual; contrato social e alterações contratuais ou atas das assembleias gerais (empresário); Comprovantes de recolhimentos à Previdência Social. <u>Trabalhador Rural</u> • Número de Identificação do Trabalhador/NIT (PIS/PASEP); • Carteira de Identidade; Cadastro de Pessoa Física (CPF); Certidão de	Trabalhador urbano Trabalhador rural Empregado doméstico Contribuinte Individual Segurado facultativo.	15 anos = 180 contribuições para o segurado filiado a Previdência Social após a publicação da Lei 8.213/91. 5 a 15 anos = 60 a 180 contribuições para o segurado inscrito até 24/07/1991 ³⁵ .

³⁴ Os períodos de carência de todos os benefícios estão estabelecidos no art. 24 da Lei 8.213/91.

³⁵ A quantidade exata de contribuições dependerá do ano que o segurado completar todas as condições necessárias para obtenção do benefício, conforme tabela prevista no artigo 142 da Lei 8.213/91.

			Nascimento ou Casamento; Comprovante de Endereço; Título de Eleitor; Documentos que comprove a atividade rural (contrato de arrendamento; parceria ou comodato rural; bloco de notas do produtor rural; notas fiscais de venda do produto rural; entre outros documentos mencionados no <i>link</i> http://www8.dataprev.gov.br/e-aps/servico/300).		
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 14 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por idade de segurado com deficiência

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Aposentadoria por idade de segurado com deficiência.	Decreto 3.048/99 – Arts. 70-A a Art. 70-I.	Benefício que protege o segurado que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. É concedido ao segurado que após perícia médica, realizada pelo INSS, é considerado deficiente, seja no grau leve, moderado ou elevado. É devida ao segurado que completar 60 anos (homem) ou 55 anos (mulher).	Documentação básica: • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP/NIS); • Carteira de Identidade; • Cadastro de Pessoa Física - CPF • Exame médico-pericial no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	Segurado com deficiência, empregado, inclusive o doméstico, Trabalhador avulso, Contribuinte individual e Facultativo.	15 anos = 180 contribuições mensais independentes do grau de deficiência.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 15 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por tempo de contribuição

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Aposentadoria por tempo de contribuição	Lei 8.213/91 – Arts. 52 a 56 – com as alterações da Emenda Constitucional 20/98 Decreto 3.048/99 – Arts. 56 a 63	Benefício devido ao segurado após trinta e cinco anos de contribuição, se homem, ou trinta anos, se mulher. Os segurados que exercem a função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio, têm o limite reduzido para trinta e vinte e cinco anos de contribuição. São contados como tempo de contribuição o período que o segurado exercia atividade remunerada como trabalhador rural ou urbano, o período que contribuiu com o regime mesmo após desligamento de atividade remunerada, o período que estava como segurado facultativo, o tempo que recebia benefícios da aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, acidente de trabalho, licença remunerada o tempo exercido na condição de aluno-aprendiz referente desde que comprovado vínculo empregatício. Idade mínima para ter direito ao benefício: 53 anos para os homens e 48 para as mulheres.	Documentação básica: <u>Trabalhadores em geral:</u> • Contrato individual de trabalho, Carteira Profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira de férias, Carteira sanitária, Caderneta de contribuições dos extintos institutos de aposentadoria e pensões, Caderneta de inscrição pessoal visada pela Capitania dos Portos, Certidão de inscrição em órgão de fiscalização profissional, Contrato social e respectivo distrato, quando for o caso, ata de assembleia geral e registro de empresário, Certificado de sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra que agrupa trabalhadores avulsos. <u>Trabalhadores Rurais:</u> • Contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural, declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural, comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bloco de notas do produtor rural; notas fiscais de	Trabalhador urbano (empregado/desempregado) Trabalhador rural Empregado Doméstico Contribuinte Individual e Facultativo Trabalhador Avulso.	35 anos = 420 contribuições 30 anos = 360 contribuições 25 anos = 300 contribuições.

			<p>entrada de mercadorias, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor; documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante, comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção, cópia da declaração de imposto de renda. <u>Contribuintes individuais</u> (autônomos e empresários)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cartão de Inscrição do Contribuinte Individual (CICI) ou Documento de Cadastramento do Contribuinte Individual (DCT/CI); Comprovantes de recolhimento (carnês ou guias de recolhimento); no caso de empresários: registro de firma individual; contrato social, alterações contratuais; atas de assembleias gerais. 		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 16 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por tempo de contribuição de segurado com deficiência

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Aposentadoria por tempo de contribuição de segurado com deficiência.	Decreto 3.048/99 – Arts. 70-A a Art. 70-I.	Benefício concedido a pessoa que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que após perícia médica, realizada pelo INSS, é considerada deficiente, seja no grau leve, moderado ou elevado. É devido ao segurado que completar 25 anos de contribuição (homem) e 20 anos (mulher) no caso de segurado com deficiência grave. Ao que completar 29 anos (homem) e 24 anos (mulher) no caso de segurado com deficiência moderada. E ao que completar 33 anos (homem) e 28 anos (mulher) no caso de segurado com deficiência leve.	Documentação básica: <ul style="list-style-type: none"> • Documentos que comprovem a contribuição, conforme disposto no item anterior. • Atestado médico-pericial. 	Segurado com deficiência, empregado, inclusive o doméstico, Trabalhador avulso, Contribuinte individual e Facultativo.	20 anos = 240 contribuições 24 anos = 288 contribuições 25 anos = 300 contribuições mensais 28 anos = 336 contribuições 29 anos = 348 contribuições 30 anos = 360 contribuições.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 17 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por invalidez

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Aposentadoria por invalidez	Lei 8.213/91 – Arts. 42 a 47 Decreto 3.048/99 – Arts. 43 a 50 e Anexo I	Benefício garantido para os segurados incapacitados para o trabalho. É concedido após exame médico-pericial, realizado pela Previdência Social, que ateste a incapacidade para desempenhar atividade que garanta a subsistência. A incapacidade pode ser física ou mental e advir de acidente de trabalho ou de eventos genéricos. A doença ou lesão preexistente a filiação ao Regime da Previdência Social não conferirá direito ao benefício. A cada dois anos o beneficiário deve submeter-se a perícia-médica, sob pena de sustação do benefício. Os beneficiários que tiverem cegueira total, paralisia dos dois membros superiores ou inferiores, perda de uma das mãos ou dos pés, alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social, entre outras situações listadas no anexo I do Decreto 3.048/99 terão aumento de 25% no valor da aposentadoria. Esta modalidade de aposentadoria não pode ser acumulada com o trabalho remunerado, em razão da incapacidade para o trabalho.	Documentação básica: <u>Trabalhadores em geral</u> • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP) ou número de inscrição do contribuinte individual e empregado doméstico; • Carteira de Identidade; • Todas as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; • Atestado médico, exames de laboratório, atestado de internação hospitalar, atestados de tratamento ambulatorial, dentre outros que comprovem o tratamento médico, todos originais, devidamente atualizados; • Cadastro de Pessoa Física – CPF <u>Contribuintes individuais e facultativos</u> • Acrescentar todos os comprovantes de recolhimento à Previdência Social. <u>Trabalhador Avulso</u> • Acrescentar o Certificado do Sindicato de Trabalhadores Avulsos ou do Órgão Gestor de Mão-de-Obra.	Trabalhador urbano Trabalhador rural Empregado doméstico, Trabalhador avulso Contribuinte individual, Especial e Facultativo.	12 contribuições mensais – (caso de eventos genéricos) Sem carência (casos de acidente de trabalho).

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 18 – Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria especial

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Aposentadoria especial	Lei 8.213/91 – Arts.57 a 58 Decreto 3.048/99 – Arts. 64 a 70 e Anexo IV (agentes nocivos)	Benefício concedido aos trabalhadores que trabalharam durante 15, 20 ou 25 anos expostos a agentes físicos, químicos ou biológicos. O ruído, as vibrações, as temperaturas anormais e as radiações são exemplos de agentes físicos. Gases e vapores que podem ser inalados pelo trabalhador da indústria são exemplos de agentes químicos. Bactérias, vírus, fungos e outros parasitas são exemplos de agentes biológicos. Para obter o benefício o segurado deve comprovar o tempo de trabalho permanente em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Ao receber esta modalidade de aposentadoria, o trabalhador não pode exercer atividades remuneradas que coloquem em risco a saúde e integridade física.	Documentação básica: • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP); • Carteira de Identidade; • Cadastro de Pessoa Física – CPF. • Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), documento fornecido pela empresa. O PPP especifica as atividades exercidas e os riscos que oferecem. No caso de contribuinte individual é necessário apresentar laudo pericial, assinado por engenheiro ou médico inscrito no Ministério do Trabalho.	Trabalhador urbano Trabalhaor rural Trabalhador avulso e Contribuinte individual. Por exemplo, profissionais da saúde (enfermeiros, médicos, trabalhadores de laboratórios, etc); lixeiros, açougueiros, tratadores de gado, etc.	15 anos = 180 contribuições mensais.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 19 – Síntese dos benefícios previdenciários: auxílio-doença

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Auxílio-doença	Lei 8.213/91 – Arts. 59 a 63 Decreto 3.048/99 – Arts. 71 a 81	Benefício devido ao segurado que por motivo de doença fica incapacitado para o trabalho ou para exercer suas atividades habituais. É devido ao segurado empregado a contar do 16º dia do afastamento e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto perdurar a incapacidade. O segurado que recebe o benefício é obrigado a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social. E quando for considerado incapaz de retornar para a sua atividade habitual deverá submeter-se ao processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. O auxílio-doença é interrompido quando o segurado estiver apto ao trabalho ou quando for transformado em aposentadoria por invalidez. Não será devido ao segurado que se filiar ao Regime da Previdência Social já portador de doença ou lesão invocada para obtenção do benefício. Esta modalidade de aposentadoria não pode ser acumulada com o trabalho remunerado enquanto perdurar o afastamento do trabalhador.	Documentação básica: <u>Trabalhadores em geral</u> • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP) ou número de inscrição do contribuinte individual e empregado doméstico; • Carteira de Identidade; • Todas as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; • Atestado médico, exames de laboratório, atestado de internação hospitalar, atestados de tratamento ambulatorial, dentre outros que comprovem o tratamento médico, todos originais, devidamente atualizados; • Cadastro de Pessoa Física – CPF <u>Contribuintes individuais e facultativos</u> • Acrescentar todos os comprovantes de recolhimento à Previdência Social. <u>Trabalhador Avulso</u> • Acrescentar o Certificado do Sindicato de Trabalhadores Avulsos ou do Órgão Gestor de Mão-de-Obra.	Trabalhador urbano Trabalhador rural Trabalhador avulso Segurado facultativo Contribuinte individual.	12 contribuições – casos de doenças genéricas Sem carência para casos decorrentes de acidentes. Para maiores informações acessar: http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/145 .

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 20 – Síntese dos benefícios previdenciários: salário-família

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Salário-família	Lei 8.213/91 – Arts. 65 a 70 Decreto 3.048/99 – Arts. 81 a 92	Benefício concedido ao trabalhador que possui filhos ou equiparados menores de 14 anos ou inválidos de qualquer idade. O filho equiparado pode ser o enteado ou o menor sob tutela. É pago juntamente com o salário-mínimo na proporção de filhos que o segurado possui. Se o pai e a mãe forem segurados empregados ou trabalhadores avulsos ambos têm direito ao salário-família. Se houver separação judicial ou divórcio o benefício é pago para quem ficar com a guarda do menor. O salário-família cessa com a morte do filho ou quando ele completa 14 anos, ou ainda com a recuperação do filho inválido (maior de 14 anos) ou quando o segurado estiver desempregado.	Documentação básica: • Carteira de Trabalho e Previdência Social; • Certidão de nascimento do filho ou documento que comprove a condição de equiparado (exemplo sentença de adoção); • Atestado anual de vacinação para os menores de 7 anos; • Comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado; • Comprovação da invalidez para os filhos maiores de 14 anos, que ocorre por meio de exame médico-pericial a cargo da Previdência Social.	Trabalhador empregado, exceto o doméstico Trabalhador avulso Trabalhador rural (aposentado por idade) Trabalhador (avulso ou empregado) aposentado por invalidez ou por idade.	Não há carência, conforme Art. 26, inciso I, Lei 8.213/91.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 21 – Síntese dos benefícios previdenciários: salário-maternidade

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Salário-maternidade	Lei 8.213/91 – Arts. 71 a 73 Decreto 3.048/99 – Arts. 93 a 103	Benefício concedido às mães biológicas ou adotivas e também aos pais adotivos. Tem duração de 120 dias, com início 28 dias antes do parto e término 91 dias depois. Para os pais que adotarem o prazo é de 120 dias para crianças de até um ano de idade, 60 dias para crianças entre 1 a 4 anos de idade e 30 dias para crianças entre 4 a 8 anos de idade. Nos casos de aborto não criminoso, quando houver comprovação médica, o tempo de duração do salário-maternidade é de duas semanas. A segurada empregada receberá direto da empresa o benefício, que consiste numa renda mensal igual a sua remuneração integral. Já a segurada avulsa, que, como a mãe adotiva deverá requerer o benefício junto ao INSS, receberá um doze avos da soma dos doze últimos salários de contribuição. E a empregada doméstica receberá o valor correspondente ao seu último salário de contribuição. A segurada especial receberá o valor do salário mínimo.	Documentação básica: <ul style="list-style-type: none"> • Documento de Identificação; • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP); • Carteira de Trabalho e Previdência Social; • Atestado médico de afastamento do trabalho ou certidão de nascimento da criança, caso tenha trabalhado até a véspera do nascimento; • Cadastro de Pessoa Física – CPF • Para as seguradas desempregadas Declaração a ser preenchida na Agência da Previdência Social, informando a forma de extinção do contrato de trabalho. 	Trabalhadora urbana Trabalhadora avulsa Trabalhadora doméstica Trabalhadora rural Segurada Facultativa.	10 contribuições mensais (seguradas individuais, especiais e facultativas). Não há carência, conforme Art. 26, inciso I, Lei 8.213/91 para as seguradas empregadas, trabalhadoras avulsas e domésticas.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 22 – Síntese dos benefícios previdenciários: auxílio-acidente

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Auxílio-Acidente	Lei 8.213/91 – Art. 86 Decreto 3.048/99 – Art. 104 e Anexo III	Benefício concedido ao segurado que tenha sofrido lesões que causem redução ou impossibilidade para o trabalho. As lesões podem ser ocasionadas por acidente de trabalho ou acidente de qualquer natureza. Lesões no aparelho visual e auditivo; prejuízos estéticos; perda de segmentos dos membros; redução em grau médio ou superior dos movimentos das articulações, como por exemplo, ombro, cotovelo, joelho, etc; encurtamento de membro inferior; redução da força ou capacidade funcional dos membros são exemplos de situações que resultam em seqüelas permanentes e reduzem a capacidade de trabalho. O valor mensal do benefício corresponde a 50% do salário que deu origem ao auxílio-doença.	Documentação básica <ul style="list-style-type: none"> • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP); • Carteira de Identidade; • Cadastro de Pessoa Física - CPF • Formulário de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT preenchido; • Atestado Médico, Exames de Laboratório, Atestado de Internação Hospitalar, Atestados de Tratamento Ambulatorial, ou outros que comprovem a incapacidade para o trabalho, todos originais e devidamente atualizados. • Para o Trabalhador Avulso acrescentar Certificado do Sindicato de Trabalhadores Avulsos ou do Órgão Gestor de Mão-de-Obra. 	Trabalhador urbano Trabalhador rural Trabalhador avulso Não recebem o Empregado doméstico, o Contribuinte individual e o Facultativo.	Não há carência, conforme Art. 26, inciso I, Lei 8.213/91.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 23 – Síntese dos benefícios previdenciários: pensão por morte

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Pensão por morte	Lei 8.213/91 – Arts. 74 a 79 Decreto 3.048/99 – Arts. 105 a 115	Benefício concedido aos dependentes do segurado a contar da data do óbito, quando requerido até 30 dias, ou da data do requerimento, após prazo de 30 dias, ou da decisão judicial, nos casos de morte presumida. Presume-se a morte do segurado após 6 meses da sua ausência ou da ocorrência de desastres ou catástrofes. O benefício será de cinquenta por cento ³⁶ do valor que o segurado receberia se estivesse aposentado por invalidez. Se houver mais de um pensionista o valor será rateado entre todos em partes iguais. Haverá suspensão do benefício pela morte, maioridade ou término da invalidez do pensionista. O tempo de duração da pensão por morte do cônjuge ou companheiro que outrora era vitalício será calculado de acordo com a sua expectativa de sobrevida.	Documentos básicos: • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP); • Documento de Identificação; • Cadastro de Pessoa Física - CPF; • Certidão de óbito ou decisão judicial (no caso de morte presumida) • Comprovantes de recolhimento à Previdência Social, • Certidão de casamento (cônjuges) ou certidão de nascimento (filhos e irmãos). • Para pensão por morte por acidente de trabalho acrescentar Cópia do Boletim de Ocorrência Policial (morte imediata); • Laudo de Exame Cadavérico (morte imediata);	Dependentes do segurado: Cônjuge Companheiro (a) Filho menor de 21 anos Filho inválido de qualquer idade Pais Irmãos menores de 21 anos ou inválidos de qualquer idade.	24 contribuições mensais, conforme Medida Provisória 664 de 30 de dezembro de 2014. Isento somente nos casos de acidente de trabalho e doença profissional.

Fonte: Elaborado pela autora

³⁶ Conforme alterações da Medida Provisória 664, de 30 de dezembro de 2014. Para maiores informações acessar <http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/356>.

Quadro 24 – Síntese dos benefícios previdenciários: auxílio-reclusão

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Auxílio-reclusão	Lei 8.213/91 – Art. 80 Decreto 3.048/99 – Arts. 116 a 119	Benefício devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão cujo salário de contribuição seja igual ou inferior a R\$ 1.025,81 (valor de janeiro de 2014). Se na data da prisão o segurado não estiver contribuindo com o Regime da Previdência Social, o benefício ainda será devido se ele ainda detiver a condição de segurado. Os dependentes recebem auxílio-reclusão no período em que o segurado estiver preso em regime fechado ou semiaberto. Caso o segurado faleça no período prisional o benefício será convertido em pensão por morte. Haverá suspensão do benefício quando ocorrer fuga, soltura ou morte do segurado; quando o cumprimento da pena for em regime aberto ou quando o menor dependente atingir a maioridade.	Documentos básicos: <ul style="list-style-type: none"> • Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP); • Documento de Identificação; • Cadastro de Pessoa Física – CPF • Documento que comprove o efetivo recolhimento à prisão, emitido por autoridade competente, que deverá ser renovado a cada trimestre. • Menor recluso: certidão do despacho de internação e atestado de efetivo recolhimento a órgão subordinado ao Juiz da Infância e da Juventude; • Certidão de Registro Civil (Nascimento ou Casamento, conforme o caso). 	Dependentes do segurado: Cônjuge Companheiro (a) Filho menor de 21 anos Filho inválido de qualquer idade Pais Irmãos menores de 21 anos ou inválidos de qualquer idade.	Não há carência, conforme Art. 26, inciso I, Lei 8.213/91.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 25 – Síntese dos benefícios previdenciários: serviço social

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Serviço Social	Lei 8.213/91 – Art. 88 Decreto 3.048/99 – Arts. 161	Tem a função de orientar os beneficiários no que se refere aos seus direitos sociais e os meios de exercê-los. Busca solução para questões referentes aos benefícios e quando necessário viabiliza meios para obtenção de outros recursos sociais.	****	Prioridade: segurados em benefício por incapacidade temporária; aposentados e pensionistas	Não há carência, conforme Art. 26, inciso I, Lei 8.213/91.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 26 – Síntese dos benefícios previdenciários: habilitação e reabilitação profissional

Benefícios	Legislação básica	Definição	Documentos solicitados	Beneficiários	Carência
Habilitação e Reabilitação profissional	Lei 8.213/91 – Art. 89 a 93 Decreto 3.048/99 – Arts. 136 a 141	Concede meios para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social aos segurados incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho e também às pessoas portadoras de deficiências. Proporciona aos segurados o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem. Compreende ações como: fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a	****	Segurados incapacitados para o trabalho	Não há carência, conforme Art. 26, inciso I, Lei 8.213/91.

		<p>perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada com o uso de tais aparelhos; reparação ou substituição dos aparelhos desgastados pela ação do tempo; transporte do acidentado do trabalho. Após a conclusão do processo de habilitação e reabilitação profissional a Previdência Social emite certificado indicando quais são as atividades que podem ser exercidas pelo segurado.</p>			
--	--	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Pelo exposto nos quadros 13 a 26 nota-se que a Previdência Social disponibiliza vários benefícios ao cidadão brasileiro. Todavia, é necessário estar habilitado para usufruir tais benefícios. Muitas vezes o cidadão, seja ele segurado ou dependente, não sabe se ele está habilitado para tal. Há informações importantes que são desconhecidas e outras que não estão claras para eles. Por exemplo, a lei previdenciária dispõe que o segurado que exerce concomitantemente mais de uma atividade remunerada será obrigatoriamente filiado a cada uma delas, ou seja, ele contribuirá duas vezes para o Regime da Previdência Social (art. 18, § 2º, Lei 8.213/91). Já o segurado que deixar de exercer atividade remunerada e não estiver contribuindo com a Previdência manterá a qualidade de segurado até 12 meses após a cessação das contribuições. Para o segurado desempregado, mediante comprovação, este prazo será acrescido por mais 12 meses (art. 15, inciso II, Lei 8.213/91; artigo 13, § 2º, Decreto 3.048/99). O aposentado que permanecer em atividade ou a ela retornar, não fará jus à prestação alguma da previdência, exceto salário-família e reabilitação profissional. Essas e outras particularidades podem passar despercebidas pelos segurados.

Muitas vezes, o texto da lei parece uma “colcha de retalhos” e é necessário consultar o artigo ‘x’ para entender as disposições do ‘y’. Deste modo, justifica-se a presente investigação, que em sintonia com a Lei de Acesso à Informação, pretende apresentar proposta de um sistema de informação legislativa no qual o cidadão poderá encontrar informações previdenciárias básicas numa linguagem acessível e de fácil compreensão, navegando numa interface amigável (e atraente, desde que conte com um *webdesigner*) conforme estabelecem as regras da Arquitetura da Informação. Para tanto, é necessário organizar a informação que será apresentada, principalmente no que se refere à linguagem. No escopo deste trabalho, os parâmetros para a organização da informação combinam, portanto, referências teórico-metodológicas da Ciência da Informação e da Terminologia para atender os requisitos de estruturação e linguagem, de um lado e, de outro, apontam para a conveniência da contribuição de designers para sua apresentação gráfico-visual (o que não é objeto deste trabalho).

6 SIMPLIFICAÇÃO E INTERMEDIACÃO ENTRE LINGUAGENS NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DO DIREITO

A Era da Informação, que é marcada pelo uso constante de tecnologias, caracteriza-se pela disseminação imediata e globalizada da informação e tem favorecido consideravelmente a publicação de informações técnicas e científicas em jornais, revistas, páginas da Internet, canais de televisão etc. Dependendo do grau de complexidade da linguagem e vocabulário utilizados, o não especialista terá acesso à informação, mas precisará lançar mão de recursos que possam orientá-lo no que se refere à compreensão e assimilação dos conceitos expressos em terminologia especializada. De sorte que há serviços de informação que se voltam à divulgação dos conhecimentos científicos ou sua vulgarização e procuram “propor pontes entre linguagens, como alternativas de acesso à linguagem estereotipada das organizações político-administrativas ou a linguagem sofisticada da ciência” (LARA FILHO; LARA, 2011).

A Ciência da Informação oferece recursos para os serviços de informação disponibilizarem acesso simplificado às informações técnicas e utilitárias, tanto da área do Direito quanto de outras áreas. Todavia, sua intervenção não ocorre diretamente sobre os discursos, porque sua função é prover o acesso, muitas vezes recorrendo a formas de intermediação entre linguagens. Seus métodos de organização resultam na condensação de informações e na representação e tradução do conteúdo informacional em uma linguagem que possibilita o acesso à informação pelo público-alvo.

Tanto nos marcos teóricos dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação como na prática profissional e nos objetivos dos serviços de informação, o acesso coloca-se como questão central. Os processos de transferência e uso da informação em seus diversos matizes constituem um dos cernes da contemporaneidade (JARDIM, 1999).

Dentre as principais questões da Ciência da Informação estão, para Saracevic (1995), a preocupação com as formas mais promissoras para solucionar os problemas de informação e a oferta de melhores sistemas de informação e serviços para os usuários. O campo se dedica à organização intelectual da informação e à descoberta de formas para sua apresentação e busca, recorrendo a processos que envolvem procedimentos técnicos e linguagem.

Para Tálamo (2001, p.142), a Documentação, subcampo da Ciência da Informação, se propõe a tratar a informação para fins de recuperação e se apresenta “como uma forma de comunicação entre o usuário e os estoques informacionais, representando o conteúdo neles inseridos de forma

condensada”. Trata-se de um processo de natureza linguística à medida que visa ‘traduzir’ a linguagem de determinados discursos numa linguagem documentária.

Para que um sistema de informação cumpra com seu papel informacional é necessário que (i) os serviços oferecidos e a informação estocada estejam de acordo com as necessidades do usuário e com o domínio tratado, (ii) que as informações estejam organizadas de acordo com as técnicas documentais (catalogação, classificação, indexação), (iii) que se estabeleçam pontos em comum entre a linguagem dos documentos, dos Sistemas de Organização do Conhecimento e dos usuários.

A linguagem documentária é um instrumento por meio do qual se realiza a mediação entre sistemas ou conjuntos informacionais e usuários. Ou, sob outra perspectiva, é um instrumento que exerce a função de ponte entre ao menos duas linguagens: a linguagem do sistema e a linguagem do usuário. Essa potencialidade da linguagem documentária decorre do fato de que ela constitui, em si mesma, um produto autônomo, um sistema significativo, ou seja, um meio organizado em torno de uma área temática, que é uma das condições para possibilitar as operações de representação e de acesso à informação (LARA, 2004, p. 233).

Daí se instala a função mediadora da Ciência da Informação que procura solucionar os problemas de linguagem por meio de operações documentárias. O tratamento documentário do conteúdo – análise documentária – elabora representações condensadas daquilo que é dito em um dado texto. As representações documentárias típicas são o resumo e o índice. O resumo responde pela função de condensação da informação, e a indexação pela de índice (KOBASHI, 1994, p. 20). É na segunda etapa da indexação, a tradução, que envolve a conversão da análise conceitual num conjunto de termos de indexação (LANCASTER, 2004, p. 18), que se concretiza a função de intermediação entre linguagens da área. Os termos selecionados são ‘traduzidos’ em descritores dos Sistemas de Organização do Conhecimento, especificamente das linguagens de indexação, que posteriormente são utilizados pelos usuários nas equações de busca para recuperar as informações. Nesse contexto, as linguagens documentárias desempenham a função de mediação e de comunicação documentária, essa faceta de instância mediadora não se traduz pela simples presença de expressões retiradas dos documentos, mas pela organização de suas unidades de forma a configurar determinados significados (LARA, 2009, p. 57).

Ao contribuir com a organização, disseminação, acesso e apropriação da informação, a Ciência da Informação cumpre seu papel social de contribuir para que a informação chegue a quem a solicita. A faceta mediadora da área se apoia nas operações documentárias. Tálamo (2001, p. 146) salienta que cabe à atividade documentária articular necessidades informacionais, formas de apresentação da informação como elemento de organização,

formas de mediação próprias (considerando o caráter indireto de suas mensagens) e criação de meios para garantir sua permanência e disseminação. Com isso, a função primeira da Ciência da Informação não seria, portanto, a simplificação da linguagem, mas a promoção de sua organização para facilitar o acesso, conforme será abordado nos capítulos sete e oito.

No que se refere ao Direito há várias instituições governamentais preocupadas em promover o acesso à informação jurídica para a população. De sorte, há iniciativas no Brasil e no mundo que trabalham em prol da amenização da vulnerabilidade informacional jurídica. As ações brasileiras de simplificação da linguagem jurídica seguem a tendência mundial. Em vários países há iniciativas que visam clarear textos legislativos, atos administrativos, decisões processuais, contratos. Há uma força-tarefa que envolve órgãos governamentais, instituições privadas e universidades com o objetivo de simplificar a linguagem jurídica e divulgar os serviços que o Estado oferece para o cidadão.

Cutts (1996) aponta que na maioria dos países de língua inglesa há grupos de advogados que participam da campanha para uma linguagem simples. O mito de que a obscuridade é necessária está lentamente se desintegrando. Em seu guia de inglês simples apresenta técnicas que podem ser utilizadas para tornar a linguagem jurídica mais clara e acessível, defendendo que a linguagem jurídica tradicional cria imprecisão e incerteza. E que nenhuma organização que quer ganhar a confiança dos clientes deve dar-lhes acordos legais incompreensíveis para assinar.

Autoridades nacionais e internacionais buscam combater o ‘palavreado’ sofisticado do ‘juridiquês’ e colocá-lo no banco dos réus. Cártula chéquica, ergástulo público, desafetação, cônjuge virago, exordial, excelso sodalício, entre outros termos que são engendrados na terminologia jurídica não podem constar em textos que serão veiculados para o público em geral. É necessário que a população entenda minimamente o teor de uma sentença, as cláusulas de um contrato, o texto da lei que lhe prescreve deveres, mas que também lhe concede direitos. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário precisam estabelecer uma comunicação com o homem comum que não seja apenas informativa ou persuasiva, conforme salienta Matos (1999), que analisando a comunicação do legislativo com o cidadão observou que a comunicação no Congresso é voltada para a transparência e publicização de todas as informações do Legislativo e é subaproveitada ou absorvida de maneira limitada ou insatisfatória pelo cidadão. Para a comunicação do Legislativo realizar-se plenamente é necessária uma relação íntima com a prática da cidadania, ligando-se não somente à busca da informação bruta e simples, mas também à formação de atitudes cidadãs, participativas e conscientes.

Como o escopo desta pesquisa versa sobre a simplificação da legislação previdenciária, procurou-se iniciativas da sociedade civil que servem para validar a proposta e a importância da presente investigação.

6.1 Propostas governamentais: iniciativas do Legislativo

O processo legislativo compreende várias operações necessárias à elaboração de atos normativos, tais como emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Da iniciativa à sanção e do veto até a promulgação e publicação, os legisladores seguem regras necessárias ao trâmite legislativo. Carvalho (2007, p. 8) ressalta que, para atender ao princípio democrático, as normas jurídicas devem ser dotadas de determinados atributos, dentre eles precisão e clareza. No que tange à clareza, é necessário “dosar a linguagem normativa de modo a propiciar o equilíbrio entre linguagem comum e técnica, o que se mostra fundamental para que a lei seja conhecida do povo a fim de que possa ser cumprida”.

A seguir são apresentadas as ações do legislativo que visam a buscar equilíbrio entre a linguagem comum e técnica.

6.1.1 Lei Complementar 95/98 e Manual de Redação da Presidência da República

A Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 (LCP 95/98) rege a técnica de elaboração, redação e estruturação das leis federais e contribui com as iniciativas de simplificação da linguagem legislativa ao estabelecer que as leis sejam escritas com clareza, precisão e ordem lógica. O artigo 11 estabelece que para obter clareza o legislador deve usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, exceto quando a norma versar sobre assunto técnico, quando se pode utilizar a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando. Recomenda-se também usar frases curtas e concisas; construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis; buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente, bem como usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico. No que se refere à obtenção de precisão a lei convida o legislador a articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie, com clareza, o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma; expressar a ideia, quando repetida no texto,

por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico e evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto; escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais; usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado (LCP 95/98).

O primeiro capítulo do Manual de Redação da Presidência da República (2002) estabelece que a redação oficial pela qual o poder público redige atos normativos e comunicações deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem³⁷, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Observa-se que, mais uma vez, a clareza da linguagem é ressaltada como qualidade básica do texto oficial, algo imprescindível na comunicação entre o Estado e o cidadão:

Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002, p. 4).

O Manual dispõe ainda que as comunicações originárias dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para tanto, há de ser evitar gírias, regionalismos vocabulares ou jargão técnico. A linguagem técnica deve ser utilizada apenas em casos que a exijam, deve-se evitar seu uso indiscriminado. O rebuscamento acadêmico e o vocabulário específico de determinada área são de difícil entendimento para quem não está familiarizado, assim deve-se evitar empregá-los nas comunicações direcionadas aos cidadãos.

O princípio da segurança jurídica, elemento fundamental do Estado de Direito, exige que as normas sejam pautadas pela precisão e clareza, permitindo que o destinatário das disposições possa identificar a nova situação jurídica e as consequências que dela decorrem. Devem ser evitadas, assim, as formulações obscuras, imprecisas, confusas ou contraditórias (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002, p. 84).

Tanto a LCP 95/98, como o Manual de Redação da Presidência possuem disposições favoráveis à simplificação da linguagem legislativa. Ambos pontuam a necessidade da clareza da linguagem e repudiam o uso da linguagem técnica. O que ocorre é que nem sempre estas disposições são respeitadas pelos legisladores que continuam escrevendo textos de difícil compreensão, ou utilizando expressões imprecisas como “e dá outras providências”. É preciso

³⁷ De fato é imprescindível preservar o padrão culto da linguagem, mas sem o uso de frases, palavras e vocabulário que dificultem a compreensão.

considerar que o cenário atual exige que esta realidade seja alterada. O cidadão precisa compreender a informação que lhe é transmitida.

6.1.2 Lei de Acesso à Informação (LAI)

No biênio 2002-2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciou a redação de diretrizes políticas para assessorar os Estados no desenvolvimento e promoção da informação de domínio público. Os dirigentes e idealizadores da ação entendiam que uma das principais metas de qualquer sociedade é o fortalecimento dos cidadãos, por meio do uso da informação e do conhecimento, e que as informações de domínio público poderiam ser disseminadas pela internet, por meio de bibliotecas, empresas ou escolas. A disseminação da informação de domínio público na internet contribuiria para o desenvolvimento econômico e social dos países que adotassem políticas de acesso à informação pública, por ser a Internet uma rede que transcende as fronteiras das políticas nacionais. A ideia era criar governo e administração pública transparentes, pois quanto mais informações disponíveis, menor seria a possibilidade de ocultação de atos ilegais, corrupção e má administração. O documento criado pela comissão responsável estabelecia que a concretização dos ideais de transparência e promoção do acesso e utilização da informação de domínio público, ocorreria por meio da adoção de uma lei nacional de liberdade de informação, que assegurasse ao cidadão o acesso à informação produzida pelo governo e que não estivesse rotineiramente disponível. O objetivo era prover acesso universal e diminuir a lacuna entre os ricos e os pobres em informação, expandindo a quantidade e qualidade de informação de domínio público (UHLIR, 2008, p. 13-34). Com estas diretrizes a UNESCO e seus dirigentes acreditavam que a publicação de informações públicas poderia trazer consideráveis benefícios para o cidadão:

A disseminação aberta e irrestrita da informação do setor público também promove a melhoria da saúde e segurança públicas e do bem-estar social geral, à medida que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro. Sem dúvida, há uma vasta gama de objetivos sociais que servem de base para o provimento de conteúdos públicos (UHLIR, 2006, p. 30).

A informação pública pode ser configurada como toda informação produzida pelos órgãos da Administração Pública. A Presidência da República, os Ministérios, as Secretarias, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais, os Tribunais, as Empresas e Autarquias Públicas, entre outros órgãos governamentais, produzem informação que é de domínio e de

interesse público e pertence ao patrimônio público. De certa forma, a informação deve ser preservada, mas ao mesmo tempo precisa ser abertamente divulgada para a população. Nesse sentido, Batista (2010) atesta que a

[...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o *status* de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social (BATISTA, 2010, p. 40).

Um ano após as considerações da autora e quase uma década após as diretrizes da UNESCO é promulgada no Brasil a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei 12.527/2011³⁸, que garante ao cidadão a possibilidade de solicitar e obter informações produzidas pelos órgãos públicos integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelas autarquias e empresas públicas. A promulgação da LAI é uma contribuição significativa para a democratização do acesso à informação para o povo brasileiro de uma forma unificada e simplificada.

Com a publicação da LAI, o Brasil se iguala a outros noventa países que possuem leis específicas que tratam de acesso à informação e transparência pública. A Suécia e a Suíça são as nações que possuem as leis mais antigas. Editaram leis em 1766 e 1776, respectivamente. Na França um antecedente importante na perspectiva de acesso à informação pública foi a *Lei de 17 de julho de 1978*, que disciplinava a comunicação de documentos administrativos. Após esta data, outros atos normativos foram publicados, e hoje o povo francês tem ferramentas jurídicas para saber e acompanhar o desenvolvimento das funções administrativas e podem ser informados acerca de dados que lhe interessem. Na Itália o marco em matéria de acesso à informação pública é a *Lei 241/1990*, cuja lógica é de que o acesso é a regra e o sigilo é a exceção. Em Portugal, há vários atos normativos que disciplinam o acesso à informação, o acesso a dados e registros administrativos e as informações depositadas em arquivos públicos, porém o normativo mais importante é o Código de Procedimento Administrativo, instituído pela *Lei 442/1991*. Há um capítulo inteiro destinado ao acesso à informação. Na Espanha, o artigo 37, nº 1, da *Lei nº 30/1992*, instituiu o “Regime Jurídico das Administrações Públicas e do Procedimento Administrativo Comum”, garantindo aos cidadãos o direito de acesso às informações dos arquivos públicos e aos registros em geral. Até mesmos países não muito

³⁸ Regulamentada na esfera federal pelo Decreto 7.724 de 16 de maio de 2012.

democráticos como China e Paquistão editaram leis de acesso à informação (HEINEN, 2014, p. 59-70).

Na América temos o exemplo dos Estados Unidos, que em 1966 publicaram o *Freedom of Information Act* (FOIA), lei federal que regulava a revelação de informações detidas pelos órgãos estatais, permitindo o direito de acesso. O FOIA já foi alterado por vários atos normativos para se adaptar ao momento político e econômico vivenciado pela nação norte-americana. Já no México, a *Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública* foi publicada em 2002. No cenário transnacional, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, estabelece o direito de acesso às informações, no art. XIX. Pode-se citar ainda a *Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente*, aprovada em 1998 pela Comissão Econômica para a Europa, a *Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão*, editada em 2000 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e resoluções publicadas em 2003, 2005 e 2006 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) (HEINEN, 2014, p. 59-70).

Observa-se que no plano internacional há um conjunto expressivo de países que assumiu o compromisso de editar leis de transparência pública. Iniciativas de tornar público o acesso às informações governamentais não é mérito apenas dos Estados. Sobre o tema, Nunes (2013, p. 31) atesta que o acesso à informação é uma questão tão relevante que influenciou o surgimento de movimentos populares em vários países no sentido da abertura, cada vez maior, da divulgação de dados. Nascidos na internet, muitos ficaram famosos, como o *wikileaks*, movimento inaugurado na Suécia que disponibilizou na web diversos documentos sigilosos de Estados e organizações empresariais.

Embora a LAI brasileira seja recente, o acesso à informação estava no rol dos direitos e garantias fundamentais, especificamente no Art. 5º, XIV, XXXIII³⁹, inciso II do § 3º do Art. 37⁴⁰ e § 2º do Art. 216⁴¹ da Constituição Federal de 1988. O acesso às informações públicas

³⁹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

⁴⁰ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte

era um direito fundamental do povo brasileiro que precisava ser regulamentado. No período entre a promulgação do texto constitucional e a publicação da LAI, foram sancionadas leis que abriram caminho para a realidade da transparência pública no Brasil. Em 1991 foi publicada a Lei Federal 8.159 que regulamentava a política nacional de arquivos públicos e privados. No artigo 4º o legislador dá poderes ao cidadão para obter dos órgãos públicos informações contidas nos arquivos, sejam de seu interesse particular ou de interesse coletivo, ressalvado o sigilo. Já o artigo 22 garantia o acesso pleno aos documentos públicos. Este artigo foi revogado pela LAI que estabelece outras disposições e prazos para o acesso dos documentos. A Lei 11.111/2005 tratava do acesso aos documentos públicos de interesse particular e coletivo no que se refere aos sigilos e prazos. Após a publicação da LAI ela foi revogada.

Antes da edição da LAI havia várias questões que não estavam explícitas no texto constitucional e agora foram regulamentadas. No âmbito da simplificação da linguagem jurídica, o ponto mais relevante dessa lei é o disposto no artigo 5º, que afirma ser “dever do Estado garantir o direito de acesso à informação [...] mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. O legislador brasileiro não se preocupou em garantir apenas o acesso à informação, mas como a informação será disponibilizada. É necessário que o cidadão encontre facilidade na interpretação da informação. Veta-se assim a linguagem complexa e incompreensível. Neste sentido, embora a LAI não mencione claramente, como na Lei Complementar 95/98 e no Manual de Redação da Presidência da República, que a informação legislativa deve ser escrita de forma clara e em linguagem de fácil compreensão, defende-se que esta regra da LAI possa ser aplicada aos textos legislativos, uma vez que eles são elaborados pelas casas legislativas, órgãos do governo, e depois são publicados para a população. Na hipótese da impossibilidade de se redigir um ato normativo em linguagem de fácil compreensão, devido aos conceitos técnicos e vocabulários específicos, é imprescindível criar uma “versão popular” da lei para o cidadão, principalmente em leis que tratam dos direitos sociais, como os previdenciários.

Além de regulamentar questões relacionadas à linguagem e assimilação da informação, a LAI determina, no artigo 8º, que é dever dos órgãos e entidades públicas

[...] § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: [...] II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

41 Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

divulgar, em local de fácil acesso, informações de interesse coletivo em seus sites, independentemente de requerimento. Por sua vez, o inciso I, do § 3º do mencionado artigo estabelece que os sites devam conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita acesso à informação de forma objetiva, transparente e em linguagem de fácil compreensão. Mais uma vez, a questão da facilidade de acesso no que se refere ao conteúdo da informação é conduzida pela lei.

Há inovação em estabelecer que o cidadão possa requerer informações dos órgãos federados sem precisar comprovar interesse ou legitimidade. Ao contrário da cultura de segredo que pregava que o cidadão só poderia solicitar informações relacionadas aos seus interesses diretos ou que o cidadão não estava preparado para exercer o direito de acesso à informação, a cultura de acesso à informação promovida pela LAI defende que a demanda do cidadão é sempre legítima e este pode solicitar informação pública sem necessidade de justificativa (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 12-13). Como afirma Jardim (2012, p. 7), “o cidadão está no epicentro da LAI. A sua lógica político-jurídica é a garantia de acesso à informação ao cidadão pelo Estado”.

Para que o acesso do cidadão seja garantido, o artigo 9º da Lei prevê a criação, em todos os órgãos e entidades do poder público, de um Serviço de Informações ao Cidadão - SIC. Este serviço deverá atender e orientar o público quanto ao acesso às informações, informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolar documentos e requerimentos de acesso às informações. O SIC deverá fornecer informações gratuitas, salvo cópias de documentos, e não deverá exigir nenhuma justificação, exceto a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Caso o pedido não seja atendido prontamente, a entidade pública terá que, num prazo não superior a vinte dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação.

O artigo 68 do Decreto 7.724/2012 dispõe que o monitoramento da LAI, no âmbito do Executivo Federal, será de responsabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU). No tocante à implantação e monitoramento entre os órgãos estaduais e municipais, o artigo 47 da LAI estabelece que cabe aos Estados e Municípios, em legislação própria, definir regras específicas quanto à criação de serviços de informação ao cidadão. Neste sentido, impõe-se frisar a responsabilidade solidária entre as esferas federal, estadual e municipal no que concerne ao cumprimento do disposto na lei e no decreto regulamentador.

São conferidas também à CGU, a consolidação e publicação de informações estatísticas como a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos. O relatório estatístico disponibilizado no site do Sistema Eletrônico do Serviço do Cidadão⁴² indica que, desde a vigência da LAI, em maio de 2012, até outubro de 2014, foram realizados 219.123 pedidos de informação. Dado que vai ao encontro da presente investigação é que deste total, 16. 878 estão relacionados a questões de Previdência Social. Em 2013, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, foi o órgão mais demandado em pedidos de informações⁴³.

6.1.3 A Lei a Serviço do Cidadão

Alguns órgãos governamentais se preocupavam com o acesso às informações jurídicas pelo público em geral antes mesmo da sanção da LAI, como por exemplo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que criou várias iniciativas para a prestação de informações legislativas com o pressuposto de que todos devem conhecer a lei. Para a ALMG a grande dificuldade é prover o cidadão com informações necessárias para ele nortear suas ações, já que o conhecimento da legislação é fundamental para sua atuação consciente. Em 2010 foi implantado o projeto “A Lei a Serviço do Cidadão” que tem como um de seus objetivos tornar a lei e seu conteúdo acessíveis ao cidadão disponibilizando a legislação organizada e sistematizada e elaborando orientações e informações claras para o cidadão acerca das leis produzidas. Neste sentido, o projeto se concretiza em 2012 quando o banco de dados de Normas Jurídicas de Minas Gerais (NJMG) passa a disponibilizar, junto com o texto original das principais leis aprovadas, texto explicativo escrito em linguagem clara e acessível que ressalta os pontos principais das normas editadas a partir de 2007 (MELANE, 2012, p. 2, 24-25). O público em geral acessa o texto explicativo por meio do *link Entenda a Norma*, conforme apresenta a figura a seguir:

⁴² Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site>

⁴³ Conforme o 1º Balanço da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal (16 de maio a 31 de dezembro de 2012). Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>>; <<http://www.acessoainformacao.gov.br/doiis-anos-de-implementacao-da-lai-1/doiis-anos-de-implementacao-da-lai>>. Acesso em 16 nov. 2014.

Figura 15 – Pesquisa na base de dados da ALMG

LEGISLAÇÃO MINEIRA

NORMA: LEI 21445, DE 31/07/2014

INFORMAÇÕES REFERENCIAIS

Ementa:
ALTERA A LEI N° 15.435, DE 11 DE JANEIRO DE 2005, QUE DISCIPLINA A UTILIZAÇÃO DE CÂMERAS DE VÍDEO PARA FINS DE SEGURANÇA.

Origem:
LEGISLATIVO
► PL. 378 2011 - PROJETO DE LEI

Fonte:
PUBLICAÇÃO - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 01/08/2014 PÁG. 1 COL. 1

Indexação:
ALTERAÇÃO, LEI ESTADUAL, CRITÉRIOS, INSTALAÇÃO, UTILIZAÇÃO, CÂMERA DE VÍDEO, EFEITO, SEGURANÇA PÚBLICA, OBRIGATORIEDADE, AFIXAÇÃO, AVISO.
ACRÉSCIMO, DISPOSITIVOS, INAPLICABILIDADE, OBRIGATORIEDADE, AFIXAÇÃO, AVISO, EXISTÊNCIA, CÂMERA DE VÍDEO, HIPÓTESE, BENS PÚBLICOS, ÁREA DE USO COMUM.
ACRÉSCIMO, DISPOSITIVOS, POSSIBILIDADE, DISPENSA, AFIXAÇÃO, AVISO, ... [Leia Mais](#)

Assunto Geral:
SEGURANÇA PÚBLICA.

[TEXTO ORIGINAL](#)

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Disponível em:
<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21445&comp=&ano=2014>>. Acesso em 16 nov. 2014.

No texto original é apresentada a lei conforme foi publicada no Diário Oficial, já no item ‘entenda a norma’ o conteúdo da lei é explicado de modo simplificado. O quadro a seguir ilustra as diferenças entre o inteiro teor da lei e o texto simplificado.

Quadro 27 – Texto legislativo original versus texto legislativo simplificado

Texto Original	Entenda a Norma (Texto simplificado)
<p>Ementa: Altera a Lei n° 15.435, de 11 de janeiro de 2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1° Ficam acrescentados ao art. 2° da Lei</p>	<p>SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>Exceções à obrigatoriedade da divulgação do uso de câmeras de vídeo para fins de segurança – Lei n° 21.445, de 31/7/2014</p> <p>Ementa: Altera a Lei n° 15.435, de 11 de janeiro de 2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança.</p>

<p>nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005, os seguintes §§ 1º a 3º:</p> <p>“Art. 2º ”</p> <p>§ 1º O disposto no caput não se aplica ao uso de câmeras em bens públicos de uso comum.</p> <p>§ 2º A afixação do aviso a que se refere o caput poderá ser dispensada, mediante ordem judicial, quando o uso sigiloso de câmera de vídeo for imprescindível à eficácia do sistema de segurança.</p> <p>§ 3º A ordem judicial mencionada no § 2º especificará prazo e condições para o uso sigiloso de câmera de vídeo.”.</p> <p>Art. 2º Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº 15.435, de 2005, o seguinte parágrafo único:</p> <p>“Art. 4º ”</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 2º do art. 2º, as imagens serão destruídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data da gravação, salvo decisão judicial em contrário.”.</p> <p>Art. 3º O art. 8º da Lei nº 15.435, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 8º O uso de câmera de vídeo em desacordo com o disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal:</p> <p>I - advertência escrita;</p> <p>II - multa, por autuação, de 5.000 Ufemgs (cinco mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais);</p> <p>III - suspensão temporária do uso de câmera de vídeo, pelo prazo de até cento e oitenta dias;</p> <p>IV - proibição do uso de câmera de vídeo e apreensão do equipamento.</p>	<p>Origem: Projeto de Lei nº 378/2011, de autoria do deputado Célio Moreira.</p> <p>A Lei nº 21.445, de 2014, tem por objetivo fixar hipóteses em que se poderia filmar, de maneira oculta ou sigilosa, locais, situações e pessoas, dispensando-se, portanto, a obrigatoriedade de afixação de avisos nos locais onde estão instaladas as câmeras de vídeo utilizadas para fins de segurança. Para tanto, essa norma alterou a Lei nº 15.435, de 2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança em estabelecimentos públicos e privados no Estado.</p> <p>Aprovada na forma de substitutivo apresentado pela Comissão de Segurança Pública, a Lei nº 21.445 dispensa a necessidade de informação da existência de câmeras de segurança em bens públicos de uso comum; possibilita o uso sigiloso de câmera de vídeo mediante autorização judicial circunstanciada e dada a imprescindibilidade da medida; fixa o prazo para destruição das imagens captadas de modo sigiloso; e discrimina as sanções em caso de descumprimento da Lei nº 15.435.</p> <p>A norma em apreço busca compatibilizar o conflito entre o direito à segurança e o direito à intimidade das pessoas eventualmente filmadas, dotando o sistema de defesa social de instrumento que lhe permita alcançar o máximo de efetividade contra a violência e a</p>
--	--

<p>§ 1º A sanção será fixada, em cada caso, levando-se em consideração a gravidade da infração, o número de pessoas atingidas e a reincidência.</p> <p>§ 2º A sanção administrativa será determinada com observância do devido processo administrativo, assegurando-se ao infrator o direito à ampla defesa e ao contraditório.”.</p> <p>Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 31 de julho de 2014; 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.</p> <p>ALBERTO PINTO COELHO</p> <p>Márcio Eli Almeida Leandro</p> <p>Maria Coeli Simões Pires</p> <p>Renata Maria Paes de Vilhena</p> <p>Rômulo de Carvalho Ferraz</p>	<p>criminalidade com o mínimo de intervenção sobre o regime constitucional das liberdades.</p>
--	--

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21445&comp=&ano=2014>. Acesso em 16 nov. 2014.

O artigo 1º da lei estabelece que “Ficam acrescentados ao art. 2º da Lei nº 15.435 de 11 de janeiro de 2005, os seguintes §§ 1º a 3º [...]”. Por outro lado o texto simplificado diz:

A Lei nº 21.445, de 2014, tem por objetivo fixar hipóteses em que se poderia filmar, de maneira oculta ou sigilosa, locais, situações e pessoas, dispensando-se, portanto, a obrigatoriedade de afixação de avisos nos locais onde estão instaladas as câmeras de vídeo utilizadas para fins de segurança (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. ENTENDA A NORMA. LEI 21.445/2014).

No texto explicativo há a preocupação em apresentar o objetivo da lei, que é estabelecer as hipóteses em que se pode filmar de maneira oculta ou sigilosa sem a obrigatoriedade de afixação de avisos; e as condições para que este objetivo seja alcançado, que no caso é a alteração da Lei 15.435/2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança em estabelecimentos públicos e privados.

Do mesmo modo, os § 1º; 2º e 3º do artigo 1º, e os artigos 2º e 3º da Lei 21.445/2014, respeitando a técnica jurídico-legislativa, são redigidos da seguinte maneira:

§ 1º O disposto no caput não se aplica ao uso de câmeras em bens públicos de uso comum.

§ 2º A afixação do aviso a que se refere o caput poderá ser dispensada, mediante ordem judicial, quando o uso sigiloso de câmera de vídeo for imprescindível à eficácia do sistema de segurança.

§ 3º A ordem judicial mencionada no § 2º especificará prazo e condições para o uso sigiloso de câmera de vídeo

Art. 2º Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº 15.435, de 2005, o seguinte parágrafo único:

“Art. 4º

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 2º do art. 2º, as imagens serão destruídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data da gravação, salvo decisão judicial em contrário.”

Art. 3º O art. 8º da Lei nº 15.435, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O uso de câmera de vídeo em desacordo com o disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal: (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. LEI 21.445/2014).

No texto simplificado, a mesma informação é dita de modo compacto, sem o uso de termos técnicos que podem ser desconhecidos para o cidadão, como por exemplo, *caput* ou sanções administrativas. Ademais, o texto simplificado utiliza linguagem mais próxima do cotidiano e dispensa expressões que podem ser desconhecidas para o não especialista, como por exemplo, “salvo decisão judicial em contrário”, ou “direito à ampla defesa e ao contraditório”.

As assembleias legislativas dos outros estados brasileiros, assim como os órgãos governamentais federais e as câmaras municipais que planejam disponibilizar informação legislativa em linguagem compreensível, têm na iniciativa mineira um exemplo a ser seguido.

6.2 Propostas não governamentais: AMB, OAB e pesquisadores

Embora o foco da presente investigação seja a informação legislativa, acredita-se que as iniciativas do Poder Judiciário e de outras instituições não governamentais que investem na simplificação da linguagem jurídica podem contribuir para os projetos que visam tornar a linguagem legislativa acessível e de fácil compreensão. Além disso, como veremos adiante, o Judiciário está envolvido na publicação de cartilhas que explicam a legislação previdenciária. Antes das primeiras discussões do que viria a ser a LAI⁴⁴, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) se preocupava em suprir a falta de conhecimento que alunos, professores, pais e responsáveis tinham sobre questões básicas do Direito. Em 1992 foi publicada a

⁴⁴ O Projeto de Lei nº 219 que foi convertido na LAI é de 2003.

primeira edição da Cartilha da Justiça, que em linguagem simples e em forma de quadrinhos apresentava informações jurídicas legislativas para o cidadão.

Figura 16 – O funcionamento da justiça

Fonte: AMB (2007, p. 13)

Figura 17 – Os direitos do cidadão

Fonte: AMB (2007, p. 27-30)

Observa-se que na Figura 16 é apresentada a competência de cada tribunal com o intuito de mostrar para a população que cada juiz é responsável para resolver determinados tipos de litígios. Talvez seja do conhecimento do cidadão que a justiça do trabalho resolve questões trabalhistas, mas ele muito provavelmente desconheça a função da justiça federal, que julga as causas relacionadas à aposentadoria, INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De modo simples e descontraído, a cartilha apresenta esta informação. O mesmo ocorre com a Figura 17, que lista alguns dos direitos garantidos pela Constituição Federal. Na história, o Brasilzinho, personagem principal, apresenta os direitos do brasileiro e dos estrangeiros residentes no país. O direito à igualdade, salário, moradia, licença-

maternidade, entre outros, são apresentados numa linguagem informal e simples. As ilustrações auxiliam na compreensão, já que não há muitas explicações textuais. Para muitos elas são infantis, assim como os textos. Todavia, acreditamos que as histórias em quadrinhos possuem um potencial significativo para transmitir informações jurídicas ou não, tanto para as crianças e jovens como para adultos, principalmente aqueles com baixo letramento, seus recursos iconográficos com desenhos e cores chamativas são visualmente mais informativos. De acordo com Mozdzenski (2004, p. 104) não podemos encarar a escrita como a única forma de representação da leitura e da produção de sentidos, sobretudo no caso das cartilhas de orientação legal que promovem a desconstrução da engessada linguagem jurídica. Semelhante entendimento têm Silva e Silva (2012, p. 167-168) ao afirmarem que embora o senso comum considere as histórias em quadrinhos como veículos de entretenimento, diversão e humor, atualmente elas são utilizadas para transmitir conhecimentos específicos, há quadrinhos com foco educacional, religioso ou informativo, alguns buscam adaptar clássicos literários, outros, como os aqui apresentados, servem para aproximar o cidadão dos conceitos jurídicos. Não podemos esquecer também dos folders e informativos ilustrativos que disponibilizam informações da área da saúde em linguagem simples.

No sentido do acima exposto, acredita-se na utilidade das histórias em quadrinhos, cartilhas de orientação e demais textos informativos. Tal fato se comprova com a Cartilha da Justiça da AMB que já foi editada várias vezes é o material de apoio do Projeto “Cidadania e justiça também se aprendem na escola”, que tem o objetivo de conscientizar professores, alunos, pais e responsáveis, sobre seus direitos e deveres, demonstrando a forma de exercê-los, informando a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública (AMB, 2007).

A AMB também é responsável pela campanha da simplificação da linguagem jurídica, que foi lançada em 2005, com o mote de que “ninguém valoriza o que não conhece”. A ideia da campanha surgiu quando, em 2003, a entidade encomendou pesquisa do Ibope para avaliar a opinião da população em relação ao Judiciário, obtendo como resposta que além da morosidade da justiça, a linguagem utilizada por advogados, magistrados e promotores também incomodava a população.

O principal objetivo da campanha era conscientizar juízes, magistrados, advogados e outros operadores do Direito a utilizarem uma linguagem mais simples, direta e objetiva. Foi promovido concurso para estudantes elaborarem projetos de simplificação da linguagem e para magistrados redigirem decisões com uma linguagem diferente da utilizada no excerto apresentado a seguir:

Tendo em vista que a matéria ventilada nos embargos indigitados diz respeito ao “*meritum causae*”, não se imiscuindo em obscuridade, contradição ou omissão, e como é cediço na jurisprudência, os embargos declaratórios não têm efeitos infringentes, só excepcionalmente em casos de teratologia ou erro material evidente, o que inocorreu “*in casu*”. Rejeito os embargos (TJSP, Despacho Processo 0052552-87.2010.8.26.0002).

É por este e outros tantos despachos que ao final de uma audiência os envolvidos cercam o advogado com um olhar de interrogação para saberem se ganharam ou perderam. Para os idealizadores do projeto, a justiça deve ser compreendida por todos - e especialmente por seus destinatários. Partindo deste pressuposto, lançaram a cartilha “O judiciário ao alcance de todos: noções básicas de juridiquês”, que apresenta informações básicas para o cidadão entender o papel, funcionamento e atribuições dos atores da justiça, bem como daqueles que não pertencem ao Judiciário, mas costumam ser tratados como tal, como por exemplo, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública. A cartilha apresenta ainda esclarecimentos sobre os procedimentos recursais nas esferas penais, trabalhistas e civis e vocabulário com a tradução das expressões latinas e expressões jurídicas para o português.

A seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também contribuiu com as iniciativas que visam aproximar o Direito da população ao propor em 1998 o Projeto OAB Vai à Escola, com o intuito de levar noções de cidadania para as salas de aula e atingir objetivos básicos traçados no texto constitucional, que são o pleno desenvolvimento da pessoa; o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (OAB/RJ, 2003). O projeto teve início em Osasco e em 2001 foi adotado em âmbito nacional com a criação no Conselho Federal da Comissão OAB Vai à Escola, instituído pela Portaria 09/2001. As seccionais do Rio de Janeiro e Santa Catarina aderiram ao projeto e elaboraram cartilhas pedagógicas que apresentam noções de direito, ética, cidadania, democracia, direitos e deveres, direitos humanos, constituição federal, entre outros assuntos transmitidos por advogados e estagiários de Direitos que são voluntários e fazem palestras aos alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares.

No tocante à iniciativa originada por pesquisadores merece destaque a pesquisa de Pereira (2001), que investigou a questão social da terminologia jurídica. Ao se debruçar sobre o tema estudou correntes da Terminologia, Sociolinguística e Socioterminologia para identificar a compreensão semântica de alguns termos jurídicos pelos cidadãos. No decorrer da pesquisa selecionou três leis federais que são de uso corrente: Lei de Locação de Imóveis Urbanos, Código de Defesa do Consumidor e Lei das Ações Populares. Após a seleção das leis, identificou trinta termos que ofereciam alguma dificuldade de compreensão para o

cidadão. Em seguida, iniciou entrevista com informantes da zona urbana de Ribeirão Preto a fim de obter dados sobre o grau de compreensão dos termos escolhidos. Usando ficha terminológica solicitava que o informante apontasse se o grau de compreensão do termo da lei era satisfatório, parcialmente satisfatório ou insatisfatório. Confirmou a hipótese de sua pesquisa ao constatar que “há uma verdadeira dificuldade de compreensão dos termos jurídicos pela população geral e esta limitação concerne, também, às normas fundamentais de exercício da cidadania” (PEREIRA, 2001, p. 97).

6.3 Cartilhas de orientação no contexto da legislação previdenciária

As cartilhas que abordam temas do Direito Previdenciário, como as demais, buscam simplificar conceitos básicos da legislação previdenciária para a população. Geralmente elas apresentam o histórico e a definição de previdência e seguridade social, ressaltando que na primeira (previdência) é preciso contribuir para receber, já na segunda (seguridade social), não. Enfatizam quais são os benefícios previdenciários oferecidos; quem tem direito; quais são os requisitos para concessão; o que é preciso comprovar; qual é a carência e a documentação exigida; quem são os segurados e dependentes. Explicam ainda termos técnicos de Direito Previdenciário, tais como perda da qualidade de segurado; pedágio; período de graça; fator previdenciário. Apresentam o endereço eletrônico do site da Previdência Social e o telefone para informações e agendamento. A maioria utiliza imagens visuais, cores vibrantes e textos curtos; elementos que favorecem a compreensão. É o caso das publicações disponíveis no site do Ministério da Previdência Social⁴⁵. Há folders e cartilhas ilustrativas que explicam cada um dos benefícios previdenciários.

Outras, como a cartilha de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul (OAB/RS⁴⁶); da Ordem dos Advogados de Santa Catarina (OAB/SC⁴⁷); da Defensoria Pública da União (DPU⁴⁸); do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC⁴⁹), entre outras, publicadas nos últimos dez anos⁵⁰, utilizam mais os recursos da

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/>>.

⁴⁶ OAB/RS. CAA/RS (2009).

⁴⁷ OAB/SC.

⁴⁸ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (2011).

⁴⁹ SENAC (2004).

⁵⁰ Foram analisadas cartilhas publicadas no período de 2004 a 2014. Pesquisou-se cartilhas de órgãos governamentais e não governamentais que abordassem a temática direito previdenciário com o objetivo de investigar como o tema é tratado em publicações que focam o público não especialista. Buscou-se exemplos concretos de textos simplificados para aplicar no

escrita, com textos curtos, numa linguagem do cotidiano, de fácil entendimento. Um modelo disso é a explicação acerca da pensão por morte, publicada na Cartilha da Defensoria.

Figura 18 – Recursos textuais nas cartilhas previdenciárias

<p style="text-align: center;">PENSAO POR MORTE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem tem direito: Os dependentes de quem faleceu. Entre eles, estão a viúva ou o viúvo, os filhos menores de 21 anos, os maiores inválidos para o trabalho, o menor tutelado e o enteado. Caso não existam os dependentes relacionados, os pais e os irmãos do falecido também podem ter direito à pensão por morte. • O que é preciso comprovar: Que o falecido trabalhava ou recebia aposentadoria ou auxílio-doença. No caso de companheiro (a), é preciso a comprovação de união estável. No caso de ex-esposa, comprovar que dependia do falecido. No caso de menor tutelado, enteado, pais e irmãos, é preciso a comprovação de dependência econômica. No caso de maior inválido, é preciso a comprovação da invalidez. • Documentação básica: Identidade, CPF, certidão de óbito, carteira de trabalho, comprovante de recebimento de benefício previdenciário pela pessoa falecida e certidão de nascimento ou casamento. • Assistência jurídica Procure a Defensoria Pública da União (DPU). 	<p>Apesar da explicação ao lado empregar apenas recurso textual, percebe-se que os redatores utilizaram vocabulário simples e informações pontuais. Quem tem direito, o que é preciso comprovar e qual é a documentação necessária para requerer o benefício da pensão por morte.</p> <p>A informação apresentada em tópicos e de forma concisa pode facilitar o entendimento, embora haja termos como por exemplo, menor tutelado, união estável e maior inválido, que podem gerar dúvidas. De qualquer modo, a mensagem principal está claramente apresentada.</p> <p>A atualização dessa e outras cartilhas, assim como qualquer documento impresso, pode ser mais morosa. Recentemente, houve alteração das regras da pensão por morte, até que essa atualização seja incorporada ao texto, o cidadão terá acesso à informação desatualizada.</p>
---	---

Fonte: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (2011, p. 9). Disponível em: www.amigojuridico.org/carttrab/previdencia.pdf. Acesso em: 02 dez. 2014.

As próximas figuras mostram publicações do Ministério da Previdência Social que apresentam o benefício da pensão por morte utilizando recursos ilustrativos. A Figura 19 explica o que é o benefício, quem tem direito e expõe a história de personagens reais. No exemplo, a mãe perdeu o marido, não tinha emprego e nem condições de sustentar seu filho. Só depois de um ano e meio conseguiu o benefício, porque foi orientada pela sua cunhada a pleitear esse direito. Ela mesma não sabia que tinha direito ao benefício. Nesse exemplo, os redatores preferiram destacar a história real e não adicionaram outras informações, tais como documentação necessária, meios comprobatórios e carência. De todo modo, a história real

aproxima os personagens daqueles cidadãos que estão ou passaram pela mesma situação. Todo conteúdo dessa cartilha é exemplificado com histórias de personagens reais.

Figura 19 – Recursos ilustrativos nas cartilhas previdenciárias - 1

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Previdência social. Com ela, você tem muito mais tranquilidade para sua vida e seu futuro. p. 22-23.

Na Figura 20 o redator valeu-se de recursos ilustrativos que simbolizam a perda de um ente querido. A senhora está olhando para a foto do marido falecido. Além disso, há informações precisas e mais completas que as da figura anterior. Como nas demais cartilhas, apresenta-se o conceito do benefício e quem tem direito a ele, mencionando-se, em seguida, a carência, a documentação básica para qualquer segurado, e a complementar para quem é trabalhador avulso, contribuinte individual ou trabalhador rural e a documentação dos dependentes, em linguagem acessível e compreensível para a população em geral. O *layout*, o vocabulário, a completude e, ao mesmo tempo, a concisão das informações fazem com que essa publicação do Ministério da Previdência Social seja a mais adequada para explicar questões básicas do Direito Previdenciário. Para deixá-la mais completa, ainda, seria viável acrescentar a base legislativa. Por mais que se deseje simplificar as explicações, é fundamental esclarecer ao cidadão sobre o fato de que aquele direito (que ele conheceu por meio do folder) é garantido por uma lei. Ações simples, como citar o nome da lei, podem

ajudar a criar uma consciência legislativa, ao menos nos cidadãos que têm acesso a esse tipo de publicação.

Figura 20 – Recursos ilustrativos nas cartilhas previdenciárias - 2

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Pensão por morte. Disponível em:
<<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

Outras publicações em formato de folder seguem a mesma estrutura, conforme será demonstrado na Figura 22. Evidencia-se pelas capas o propósito de transmitir visualmente a informação. Cada ilustração simboliza o benefício que será apresentado. O folder da próxima figura apresenta quem são os segurados e os benefícios da Previdência Social, há poucas imagens, todavia é surpreendente a concisão da redação que, em poucas palavras, demonstra quem pode ser segurado, como eles são classificados, como se filiar à Previdência Social.

Figura 21 – Folders da Previdência Social: segurados e benefícios

SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Cidadãos ou cidadãs, a partir de 16 anos de idade, que contribuem mensalmente para a Previdência Social são chamados de segurados ou seguradas. Eles têm direito aos benefícios e serviços oferecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como aposentadoria, salário-maternidade e auxílio-doença, entre vários outros.

COMO SÃO CLASSIFICADOS

Empregado – Trabalhador com carteira assinada que presta serviços de natureza não eventual a empregador, mediante recebimento de salário.

Empregado doméstico – Trabalhador com carteira assinada, que presta serviço em residência de outra pessoa ou família, como cozinheira, governanta, jardineiro, caseiro etc., desde que a atividade não tenha fins lucrativos para o empregador.

Trabalhador avulso – Trabalhador que presta serviço a diversas empresas, sem vínculo de emprego, contratado por sindicatos ou órgãos gestores de

mão-de-obra, como estivador, amarrador de embarcações e ensacador de cacau, entre outros.

Contribuinte individual – Pessoa que trabalha por conta própria, sem vínculo de emprego.

Entre os contribuintes individuais, está o **Empreendedor Individual** – empresário ou empresária que tenha auferido receita de até R\$ 60 mil (anual), optante do Simples Nacional, que tenha até um empregado e não possua mais de um estabelecimento, nem participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador. São exemplos: ambulante, cabeleireiro, manicure, esteticista, costureira, artesão, borracheiro, sapateiro, mecânico e diversos outros.

Segurado especial – Agricultor familiar e o pescador artesanal, que exercem atividade individualmente ou em regime de economia familiar.

Segurado facultativo – Pessoa maior de 16 anos de idade que não tem renda própria, mas contribui para a Previdência Social, como o estudante, a dona de casa, o síndico não remunerado etc.

COMO SE TORNAR SEGURADO

Empregado – Deve estar trabalhando e ter a Carteira de Trabalho assinada.

Empregado doméstico – Além da Carteira de Trabalho assinada, precisa comprovar o pagamento das contribuições por meio de guias de recolhimento.

Trabalhador avulso – Deve possuir cadastro e registro no sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra.

Contribuinte individual – Deve, obrigatoriamente,

se inscrever e pagar mensalmente as contribuições por meio de guia de recolhimento. O Empreendedor Individual deve optar pelo Simples Nacional e recolher a contribuição por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional.

Segurado especial – É necessário comprovar o exercício de atividade rural.

Segurado facultativo – Deve se inscrever e pagar mensalmente as contribuições.

Benefícios	Quem tem direito
Auxílio-Doença	Todos os segurados.
Aposentadoria por invalidez	Todos os segurados.
Aposentadoria por idade	Todos os segurados.
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Todos os segurados, exceto o contribuinte individual, o segurado facultativo e o empreendedor individual que optarem pelo Plano Simplificado.
Aposentadoria Especial	O segurado especial somente pode pedir aposentadoria por tempo de contribuição se tiver contribuído para o INSS facultativamente.
	Empregado (exceto o doméstico), trabalhador avulso e o contribuinte individual, quando cooperado, filiado à cooperativa de trabalho ou de produção, desde que comprovada a efetiva exposição aos agentes nocivos físicos, químicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde.
Auxílio-Redução	Dependentes dos segurados, cujo último salário seja igual ou inferior ao valor definido anualmente pelo Ministério da Previdência Social.
Auxílio-Acidente	Trabalhador avulso, o segurado especial e o empregado, exceto o doméstico.
Pensão por Morte	Dependentes dos segurados.
Salário-Maternidade	Todos os segurados.
Salário-Família	Trabalhador avulso e o empregado (exceto o doméstico) cujo renda mensal seja inferior ao valor definido anualmente pelo Ministério da Previdência Social. Caso a mãe e o pai sejam segurados, ambos podem receber.

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em:
<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/>. Acesso em: 01 dez. 2014.

O mesmo folder (Figura 21) explica o que é contribuinte individual, ou seja, aquela pessoa que trabalha por conta própria, sem vínculo de emprego, como o ambulante, cabeleireiro, manicure, esteticista, costureira, artesão, borracheiro etc. Na Lei 8.213/91, a figura do contribuinte individual é explicitada em 10 alíneas (letras a até j) do inciso V do artigo 11. Embora não haja todas as nuances do contribuinte individual, o redator conseguiu representar de forma precisa alguns exemplos.

Figura 22 – Folders da Previdência Social: vários modelos

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em:
<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/>. Acesso em: 01 dez. 2014.

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) também utiliza o tripé concisão, ilustração e vocabulário acessível em suas publicações. A Figura 23 apresenta o que é seguridade social contando a história de um personagem que ficou doente e não tinha dinheiro para pagar o médico particular, caso em que a seguridade social garante seu direito à saúde. Se ele voltar do hospital incapacitado para o trabalho será aposentado por invalidez, mas apenas se pagou o INSS. Faltou explicar, no entanto, que não basta pagar, mas que é necessário atingir a quantidade mínima de pagamentos (contribuições). O recurso de usar histórias ilustrativas favorece a compreensão. No entanto, além de ser concisa, ilustrativa, exemplificativa, a publicação tem de ser, também, informativa. Como o objetivo das cartilhas é orientar o cidadão que quer entender o funcionamento da Previdência Social, ou que deseja solicitar algum benefício social para si ou para outrem, não se pode deixar de mencionar informações que favoreçam o entendimento, ou a concretização do pedido do benefício.

Figura 23 – Cartilha da AJUFE

SEGURIDADE SOCIAL: PROTEÇÃO PARA TODOS

Seguridade Social (segurança para toda a sociedade) - é uma das garantias criadas na Constituição para que o Princípio da Dignidade Humana seja respeitado. Você quer um exemplo?

O Seu Zé Nonato está doente. Ele não pode ficar sem tratamento, mesmo sem dinheiro para pagar um médico particular. A Constituição garante o direito à saúde aos cidadãos, não importa a religião, raça, sexo, idade e deficiência, por exemplo.

Fonte: AJUFE. Cartilha de Direito Previdenciário. Disponível em: http://www.ajufe.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1502&Itemid=172>. Acesso em: 20 nov. 2014

De modo geral, as cartilhas e folders aqui mencionados e outros que foram analisados favorecem a compreensão das regras previdenciárias. As imagens, os textos curtos, o uso da linguagem do dia a dia e as histórias ilustrativas simplificam o conteúdo e facilitam o acesso às leis previdenciárias. É claro que em algumas cartilhas há mais uso de textos, outras de imagens. A nosso ver, somente o uso de textos, principalmente de textos longos, mesmo que a linguagem seja de fácil entendimento não é o ideal. O mesmo ocorre com a ilustração: é preciso ter um conteúdo textual conciso e ao mesmo tempo completo na mensagem. No que tange ao conteúdo, é importante que as cartilhas expliquem o que é o benefício, quem tem direito a ele, em quais condições o segurado pode pleiteá-lo, quantas contribuições são necessárias, qual a documentação exigida, qual é a base legislativa e quais são os contatos da Previdência Social.

7 TERMINOLOGIA UTILIZADA NAS LEIS QUE REGEM OS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS: ANÁLISE, VALIDAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A organização da informação é um recurso fundamental para facilitar a consulta em quaisquer áreas do conhecimento ou de atividade e exerce um importante papel na viabilização do acesso à legislação. Os procedimentos utilizados requerem saber, primeiramente, seus objetivos, de modo a desenhar meios para proporcionar uma boa interface de busca, quer aos especialistas ou ao público em geral.

Como já afirmado, referências teórico-metodológicas da Ciência da Informação e da Terminologia são utilizadas para organizar o vocabulário de uma área ou domínio. De um modo geral, elas preveem extração de terminologia via consulta a fontes bibliográficas ou assemelhadas, seu cotejamento e escolha e definição dos termos a serem utilizados. Esse é um meio não só de selecionar quais termos serão utilizados, mas também de prover referências para definir a rede lógico-semântica que os organiza. Nesse processo, recorre-se à consulta a dicionários especializados e às metodologias terminológicas que dizem respeito a conceitos utilizados pela área. Além do apoio fornecido pelos vocabulários controlados e tesouros documentários para identificar os termos e verificar sua forma de organização, a Terminologia (teórico-metodológica e concreta) é fundamental para a seleção de termos e para sua melhor organização. A referência principal da Terminologia são os textos de especialidade.

O apoio das metodologias de Organização e Representação do Conhecimento e da Terminologia permite criar, também, linguagens de interface, que se mostram úteis para compatibilizar a linguagem legislativa e a linguagem de vulgarização. Esta permite contemplar a interação de usuários não especializados nos serviços de informação. Para tanto, é preciso, de um lado, consultar as referências legislativas específicas e, de outro, identificar formas alternativas para dar acesso e facilitar a consulta de não especialistas, desenvolvendo um trabalho no universo da linguagem.

A garantia de maior acesso exige a organização de sites específicos, razão pela qual se propõe, neste capítulo, a levantar, analisar e organizar a terminologia da Previdência Social brasileira como meio para prover as bases da organização de um sistema de informação legislativa com objetivos de alcançar a população não especializada no tema, mas que não prescinde desse tipo de informação. Não se pretende, no universo desta pesquisa, organizar um site, mas reunir elementos para contribuir em sua construção.

7.1 Compilação dos termos

Verificou-se como a terminologia da legislação previdenciária está representada nas linguagens documentárias, com o intuito de comparar a linguagem dos atos legislativos com a utilizada nos serviços de informação. Foram analisados o Vocabulário Jurídico Controlado do Superior Tribunal de Justiça (STJ)⁵¹, o Tesouro da Justiça Federal⁵² e o Thesaurus do Senado Federal⁵³.

O resultado da compilação dos termos está representado nos quadros demonstrados a seguir. As colunas da esquerda apresentam as categorias estabelecidas e a terminologia da legislação previdenciária (Leis 8.212/91; 8.213/91 e Decreto 3.048/99). As colunas da direita representam os descritores localizados nos tesouros e vocabulários já mencionados. Ao final de cada quadro são apresentados os termos preferenciais que foram selecionados após comparação entre os termos da lei e os descritores das linguagens documentárias. As categorias estipuladas e os termos selecionados serão utilizados para representar conceitos do sistema de legislação previdenciária simplificada.

Na Arquitetura da Informação essa fase é chamada de rotulação ou etiquetagem, quando se atribui um rótulo, ou seja, um símbolo linguístico ou não (nome, termo, símbolo), utilizado para representar um conceito. Rosenfeld e Morville (2002, p. 76) afirmam que a rotulagem é uma forma de representação. Assim como as palavras são usadas para representar conceitos, os rótulos são utilizados para representar informações dos sites. *Fale conosco* é um rótulo que representa informações que, muitas vezes, inclui um nome de contato, endereço, telefone, fax e e-mail. Podemos comparar a rotulagem com a indexação, que também representa o conteúdo informacional dos documentos por meio de palavras-chave ou descritores. No processo de indexação, o profissional da informação identifica os conceitos que representam o conteúdo do documento por meio da análise documentária, e depois traduz esses conceitos em descritores das linguagens de indexação.

O rótulo deve ser claro, preciso, consistente e, na medida do possível, universal. Seu “objetivo é comunicar o conceito eficientemente, ou seja, comunicar o conceito sem ocupar muito espaço na página e sem demandar muito esforço cognitivo do usuário para compreendê-lo” (REIS, p. 99, 2007).

⁵¹ Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/thesaurus>>.

⁵² Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/biblioteca>>.

⁵³ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/thes/asp/apresentacao.asp>>.

Rosenfeld e Morville (2002, p. 77), ensinam que o rótulo deve representar exatamente o conteúdo que está a ele vinculado, isso auxilia a comunicação com o usuário. Quando falamos com uma pessoa é possível contar com seu *feedback* constante, em tempo real, de modo contrário, na “conversa” com os usuários dos sites da web, o *feedback* não é tão imediato, a comunicação é mais difícil, a rotulagem, portanto, é mais importante.

Na seleção dos rótulos, que nomeamos de termos preferenciais (emprestando a terminologia da norma ISO 25964-1:2011), optou-se por utilizar uma linguagem acessível a vários tipos de públicos. Por exemplo, *Cônjuges* é um termo da legislação e dos vocabulários; como termo preferencial optou-se pelo conceito *Esposo (a)*; assim o cidadão que não sabe o significado de cônjuges entenderá que se trata do esposo e da esposa. Optou-se também pelo deslocamento genérico, isto é, a utilização de termos mais gerais preferencialmente aos específicos. Por exemplo, em vez de usar *Previdência social rural* e *Previdência social urbana* decidiu-se pelo termo genérico *Previdência Social*; *Deficiência mental* e *Deficiência Intelectual* decidiu-se por *Deficiência etc.* Para os conceitos equivalentes, resolveu-se seguir a estruturação dos anéis de sinônimos, que fornecem as diversas variações das designações dos conceitos, a fim de expandir as opções de pesquisa. Por exemplo, *Pensão temporária* e *Pensão provisória*; *Incapacidade definitiva* e *Incapacidade permanente* podem ser considerados quase sinônimos. Para fins de recuperação nesses e em outros casos similares, foram mantidas as duas expressões, pois as informações registradas com qualquer um dos termos serão recuperadas. No que se refere às siglas, embora a norma de elaboração de tesouros recomende o uso do nome por extenso, preferiu-se o uso da sigla, por exemplo, para representar o *Instituto Nacional do Seguro Social – INSS*, uma vez que a sigla é mais conhecida do que o nome da instituição. Priorizou-se, salvo algumas exceções, os termos da legislação previdenciária. Por exemplo, na legislação há o termo *Teto do Salário de Benefício*, no entanto, escolheu-se o descritor *Teto Previdenciário*, como termo preferencial, considerando aspectos pragmáticos, tendo em vista que é um termo mais utilizado no senso comum. A seguir os detalhes da categorização e seleção dos termos:

Quadro 28 – Direito Previdenciário: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 1	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Previdência social	Previdência social	Previdência social	Previdência social
	Previdência social rural	Previdência social rural	Previdência social rural	Previdência social rural
	Previdência social urbana	Previdência social urbana	Previdência social urbana	Previdência social urbana
	— ⁵⁴	Direito à previdência social	Direito à previdência social	Direito à previdência social
	—	Direito previdenciário	Direito previdenciário	—
	Seguridade social	Seguridade social	Seguridade social	Seguridade social
TERMOS PREFERENCIAIS: Previdência social; Seguridade social.				

Fonte: Elaborado pela autora

⁵⁴ Os traços (—) indicam a inexistência de termos ou descritores correspondentes.

Quadro 29 – Órgãos diretivos: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 2	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
ÓRGÃOS DIRETIVOS	Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)	CNPS	Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)	Conselho Nacional de Previdência Social
	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	INSS	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	INSS
	Ministério da Previdência e Assistência Social	Ministério da Previdência e Assistência Social	Ministério da Previdência e Assistência Social	MPAS
	Ministério da Previdência Social	Ministério da Previdência	–	MPS
TERMOS PREFERENCIAIS: INSS; Ministério da Previdência Social.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 30 – Leis Federais Previdenciárias: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 3	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
LEIS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIAS	Decreto 3.048/99	RBPS	Regulamento de Benefícios da Previdência Social (RBPS)	RCPS UP Regulamento de Custeio da Previdência Social
	Lei 8.212/91	–	–	–
	Lei 8.213/91	Lei de Benefícios da Previdência Social	–	–
	–	Legislação previdenciária		Legislação previdenciária
TERMOS PREFERENCIAIS: Legislação previdenciária; Lei de Benefícios da Previdência Social; Regulamento de Benefícios da Previdência Social; Regulamento de Custeio da Previdência Social.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 31 – Regimes de Previdência Social: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 4	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	RGPS	Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	Regime Geral de Previdência Social
	Regime Facultativo Complementar de Previdência Social	RFCPS	Regime Facultativo Complementar de Previdência Social (RFCPS)	—
TERMO PREFERENCIAL: Regime Geral de Previdência Social.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 32 – Prestações Previdenciárias: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 5	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	Benefícios	Benefício previdenciário	Benefício previdenciário	Benefício previdenciário
	–	Prestação previdenciária	Prestação previdenciária	–
	Serviço social	Serviço social	Serviço social	Serviço social
TERMOS PREFERENCIAIS: Benefícios; Serviço Social.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 33 – Filiação: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 6	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
FILIAÇÃO	Filiação	Filiação (termo órfão está relacionado ao direito civil)	Filiação (não está no escopo previdenciário)	Filiação (não está no escopo previdenciário)
	Inscrições	Inscrição (não está no escopo previdenciário)	Inscrição (não está no escopo previdenciário)	Inscrição (não está no escopo previdenciário)
TERMOS PREFERENCIAIS: Filiação; Inscrição.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 34 – Tipos de benefícios: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 7	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
TIPOS DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS	Aposentadoria especial	Aposentadoria especial	Aposentadoria especial	Aposentadoria especial
	Aposentadoria por idade	Aposentadoria por idade (UP aposentadoria por velhice)	Aposentadoria por idade	Aposentadoria por idade
	–	Aposentadoria integral	Aposentadoria integral	Aposentadoria integral
	Aposentadoria proporcional	Aposentadoria proporcional	Aposentadoria proporcional	Aposentadoria proporcional
	Aposentadoria por invalidez	Aposentadoria por invalidez	Aposentadoria por invalidez	Aposentadoria por invalidez
	Aposentadoria por tempo de contribuição	Aposentadoria por tempo de contribuição	Aposentadoria por tempo de contribuição	Aposentadoria por tempo de contribuição
	Aposentadoria por tempo de serviço	Aposentadoria por tempo de serviço	Aposentadoria por tempo de serviço	Aposentadoria por tempo de serviço
	–	–	Aposentadoria por velhice	Aposentadoria por velhice usar Aposentadoria por idade
	–	Aposentadoria rural	Aposentadoria rural	–
	Auxílio-acidente	Auxílio-acidente	Auxílio-acidente	Auxílio-acidente
	Auxílio-doença	Auxílio-doença	Auxílio-doença	Auxílio-doença

	–	Auxílio-invalidéz	Auxílio-invalidéz	Auxílio-invalidéz
	–	–	–	Auxílio-maternidade
	Auxílio-reclusão	Auxílio-reclusão	Auxílio-reclusão	Auxílio-reclusão
	Habilitação e reabilitação profissional	Habilitação profissional Reabilitação profissional	Habilitação profissional Reabilitação profissional	Habilitação profissional Reabilitação profissional
	Pensão por morte	Pensão por morte	Pensão por morte	–
	–	Pensão previdenciária	Pensão previdenciária	Pensão previdenciária UP Pensão por morte
	Pensão provisória	Pensão provisória	Pensão provisória	Pensão provisória
	–	Pensão temporária	Pensão temporária	Pensão temporária
	–	Pensão vitalícia	Pensão vitalícia	Pensão vitalícia
	Salário-família	Salário-família	Salário-família	Salário-família
	Salário-maternidade	Salário-maternidade	Salário-maternidade	Salário-maternidade

TERMOS PREFERENCIAIS: Aposentadoria especial; Aposentadoria por idade; Aposentadoria integral; Aposentadoria proporcional; Aposentadoria por invalidez; Aposentadoria por tempo de contribuição; Aposentadoria por tempo de serviço; Auxílio-acidente; Auxílio-doença; Auxílio-invalidéz; Auxílio-maternidade; Auxílio-reclusão; Habilitação e reabilitação profissional; Pensão por morte; Pensão previdenciária; Pensão temporária; Pensão provisória; Pensão vitalícia; Salário-família; Salário-maternidade.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 35 – Beneficiários: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 8	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
BENEFICIÁRIOS	Aposentados	Aposentado	Aposentado	Aposentado (UP inativo)
	Beneficiários	Beneficiário	Beneficiário	Beneficiário
	Contribuinte individual	Contribuinte individual	—	—
	Contribuintes	Contribuinte	Contribuinte	Contribuinte
	—	—	—	Contribuinte autônomo
	—	—	—	Contribuinte facultativo
	—	—	—	Contribuinte obrigatório
	—	Deficiente físico	Deficiente físico	Deficiente físico
	—	Deficiente mental	Deficiente mental	Deficiente mental
	Pessoas portadoras de deficiência	Portador de deficiência	Portador de deficiência	Pessoa deficiente
	Dependentes (cônjuge; companheira; companheiro; filho não emancipado; filho inválido; enteado, pais; irmão; irmão não emancipado; irmão inválido)	Dependente (cônjuge, companheira, companheiro, filho, filho adotivo, filha adotiva, filho inválido enteado, irmã, irmão, irmão inválido, mãe, pai).	Dependente (cônjuge, companheira, companheiro, filho, filho adotivo, filha, filha adotiva; filho inválido enteado, irmã, irmão, irmão inválido, mãe, pai).	Dependente (termo órfão sem relação com termos da previdência) (cônjuge, companheira, companheiro, filho, filho adotivo, filha; enteado, irmã, irmão) (não

				tem filho inválido)
	–	Idoso	Idoso	Idoso
	Pensionista	Pensionista	Pensionista	Pensionista
	–	Profissional liberal	Profissional liberal	Profissional liberal
	Segurados	Segurado	Segurado	Segurado
	Segurado especial (pescador artesanal, trabalhador rural)	Segurado especial (pescador artesanal, trabalhador rural)	Segurado especial (pescador artesanal, trabalhador rural)	Segurado especial (pescador artesanal, trabalhador rural)
	Segurado obrigatório (empregado, empregado doméstico, empresário)	Segurado obrigatório (empregado, empregado doméstico, empresário)	Segurado obrigatório (empregado, empregado doméstico, empresário)	Segurado obrigatório (empregado, empregado doméstico, empresário)
	Segurado facultativo (maior de dezesseis anos; dona de casa; síndico de condomínio; estudante; estagiário; bolsista)	Segurado facultativo (estudante; estagiário - não estão no escopo previdenciário)	Segurado facultativo (maior de dezesseis anos; estagiário)	Segurado facultativo (dona de casa; estudante; estagiário; bolsista - não estão no escopo previdenciário)
	Trabalhador avulso	Trabalhador avulso	Trabalhador avulso	Trabalhador avulso
	–	Trabalhador temporário	Trabalhador temporário	Trabalhador temporário
	Trabalhador urbano	Trabalhador urbano	Trabalhador urbano	Trabalhador urbano
TERMOS PREFERENCIAIS: Beneficiários; Segurados; Segurado obrigatório; Contribuinte Autônomo; Empregado; Empregado doméstico; Empresário; Profissional Liberal; Trabalhador avulso; Trabalhador temporário; Trabalhador urbano; Segurado especial; Trabalhador rural; Pescador artesanal. Segurado Facultativo; Maior de dezesseis anos; Dona de casa; Síndico de Condomínio; Estudante; Estagiário; Bolsista; Dependentes; Cônjuge; Companheiro (a); Filhos; Pais, Irmãos; Idoso; Pessoa deficiente.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 36 – Escopo do benefício: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 9	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRIPTORES - STJ	DESCRIPTORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRIPTORES - SENADO FEDERAL
ESCOPO DO BENEFÍCIO	Acidente de qualquer natureza	–	–	–
	Acidente do trabalho	Acidente do trabalho	Acidente do trabalho	Acidente do trabalho
	Adoção	Adoção	Adoção (Direito Civil)	Adoção
	Agentes biológicos	–	–	–
	Agentes físicos	–	–	–
	Agentes nocivos	–	–	–
	Agentes químicos	–	–	–
	Deficiência intelectual	–	–	–
	Deficiência mental	Deficiência mental	Deficiência mental	–
	Doença	Doença	Doença	Doença
	Doença do trabalho	Doença do trabalho	Doença do trabalho	–
	Doença profissional	Doença profissional	Doença profissional	Doença profissional
	Idade avançada	Idade	–	Idade

	Incapacidade / Incapacidade física	Incapacidade física	Incapacidade física	Incapacidade física
	Incapacidade laborativa	Incapacidade laborativa	—	—
	Incapacidade total e definitiva para o trabalho	—	—	Incapacidade definitiva
	—	Incapacidade laborativa parcial	Incapacidade laborativa parcial	—
	—	Incapacidade laborativa permanente	Incapacidade laborativa permanente	—
	—	Incapacidade laborativa temporária	Incapacidade laborativa temporária	—
	—	Incapacidade laborativa total	Incapacidade laborativa total	—
	Incapacidade permanente	Incapacidade permanente	Incapacidade permanente	—
	Incapacidade temporária	Incapacidade temporária	—	—
	Invalidez	Invalidez	Invalidez	Invalidez
	—	Invalidez permanente	Invalidez permanente	—
	Morte	Morte	Morte	Morte
	Parto	Parto	Parto	Parto
	Recolhimento à prisão	Prisão	Prisão	Prisão

	Regime de economia familiar	Regime de economia familiar	Regime de economia familiar	–
	Trabalho temporário	Trabalho temporário	Trabalho temporário	Empresa de trabalho temporário
	Vínculo empregatício	Vínculo empregatício	–	Vínculo empregatício

TERMOS PREFERENCIAIS: Acidente de qualquer natureza; Acidente do trabalho; Adoção; Agentes biológicos; Agentes físicos; Agentes químicos; Agentes Nocivos; Deficiência; Doença; Idade Avançada; Incapacidade física; Incapacidade laborativa; Incapacidade para o trabalho; Incapacidade permanente; Incapacidade definitiva; Incapacidade temporária; Invalidez; Morte; Parto; Prisão; Regime de economia familiar; Trabalho temporário; Vínculo empregatício.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 37 – Concessão do benefício: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 10	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
CONCESSÃO DO BENEFÍCIO	Exame-médico pericial	—	—	—
	Exame médico	Exame médico	Exame médico	Exame médico
	Perícia	Perícia	Perícia	Perícia
	Perícia médica	Perícia médica	Perícia médica	Perícia médica
	Laudo médico-pericial Laudo técnico	Laudo pericial	Laudo pericial	Laudo pericial
	Atestado médico	Atestado médico	Atestado médico	Atestado médico
	Documentação comprobatória	—	—	—
TERMOS PREFERENCIAIS: Exame médico; Perícia; Laudo pericial; Atestado médico; Documentação comprobatória.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 38 – Carência: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 11	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRIPTORES - STJ	DESCRIPTORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRIPTORES - SENADO FEDERAL
CARÊNCIA	Período de carência	Período de carência (UP carência)	Período de carência (UP carência)	Carência (não está no escopo previdenciário)
	Perda da qualidade de segurado	—	—	—
	Período de graça	—	—	—
	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo
	Prescrição	Prescrição	Prescrição	Prescrição
TERMOS PREFERENCIAIS: Carência; Perda da qualidade de segurado; Período de graça; Prazo; Prescrição.				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 39 – Arrecadação, recolhimento e recebimento: termos e descritores

Legislação previdenciária		Tesauros e vocabulários controlados		
CATEGORIA 12	TERMOS DA LEGISLAÇÃO	DESCRITORES - STJ	DESCRITORES - JUSTIÇA FEDERAL	DESCRITORES - SENADO FEDERAL
ARRECADANÇA, RECOLHIMENTO E RECEBIMENTO	Alíquota de contribuição	–	–	–
	Arrecadação	Arrecadação previdenciária	Arrecadação previdenciária	Arrecadação (não está no contexto previdenciário)
	Contribuição previdenciária	Contribuição previdenciária	Contribuição previdenciária	Contribuição previdenciária
	Fator previdenciário	Fator previdenciário	–	Fator previdenciário
	Renda mensal	Renda mensal	Renda mensal	Renda mensal
	Renda mensal do benefício	–	–	–
	–	Renda mensal final	Renda mensal final	–
	Renda mensal inicial	Renda mensal inicial	Renda mensal inicial	–
	–	Renda mensal vitalícia (esse conceito na lei foi revogado)	Renda mensal vitalícia	–
	Salário de benefício	Salário de benefício	Salário de benefício	Salário de benefício
	Salário de contribuição	Salário de contribuição	Salário de contribuição	Salário de contribuição
	Salário mínimo	Salário mínimo	Salário mínimo	Salário mínimo

	Tempo de contribuição	Tempo de contribuição	Tempo de contribuição	–
	Tempo de serviço	Tempo de serviço	Tempo de serviço	Tempo de serviço
	Valor do benefício	–	–	–
	Teto do salário de benefício	Teto previdenciário	–	–
<p>TERMOS PREFERENCIAIS: Alíquota de contribuição; Arrecadação; Contribuição previdenciária; Fator previdenciário; Renda mensal; Salário de benefício; Valor do benefício; Salário de contribuição; Salário mínimo; Tempo de contribuição; Tempo de serviço; Teto previdenciário.</p>				

Fonte: Elaborado pela autora

7.2 Discussão dos resultados

Ao comparar a terminologia da legislação previdenciária com a dos vocabulários controlados (Vocabulário Jurídico Controlado do STJ, Tesouro Jurídico da Justiça Federal, Thesaurus do Senado Federal) notou-se que: (i) em muitos casos os termos preferidos das linguagens documentárias não coincidem com os adotados pelas leis previdenciárias; (ii) alguns termos das normas previdenciárias não têm correspondência nas linguagens documentárias analisadas; (iii) há termos preferidos nos vocabulários controlados que não constam na lei; (iv) muitos descritores não estavam no contexto previdenciário, porque os vocabulários analisados são utilizados para representar várias áreas do direito; (v) o tesouro do Senado Federal é o mais distante da realidade previdenciária.

A seguir apresentamos o resultado da análise e, em cada item, a opção adotada para um sistema de informação legislativa hipotético.

- Categoria 1 – Direito previdenciário: Não há muitas diferenças entre os termos da legislação e os descritores dos vocabulários, exceto os termos *Direito Previdenciário* e *Direito à Previdência Social* que não constam na legislação. Para as entradas preferenciais foram selecionados os termos *Previdência Social e Seguridade Social*.
- Categoria 2 – Órgãos diretivos: Os vocabulários controlados do STJ e do Senado também utilizam siglas como termos preferidos. Todavia, o tesouro do Senado Federal utiliza as siglas entre parênteses, por exemplo (*INSS*) dificultando a recuperação, uma vez que o descritor só é recuperado se for pesquisado entre parênteses. Os termos da legislação são descritos por extenso e acompanhados das siglas e de uma forma geral não há diferenças entre os termos da legislação e os descritores dos vocabulários. Decidiu-se pelos termos preferenciais *INSS* e *Ministério da Previdência Social*.
- Categoria 3 – Leis federais previdenciárias: As leis previdenciárias (Leis 8.212/91, 8.213/91 e o Decreto 3.048/99) são representadas pelos descritores *Legislação previdenciária*, *Lei de Benefícios da Previdência Social*; *Regulamento de Benefícios da Previdência Social* e ainda pela sigla *RBPS*. Optou-se por representar as leis pelos seus nomes (*Regulamento de Custeio da Previdência Social*; *Lei de Benefícios da Previdência Social* e *Regulamento de Benefícios da Previdência Social*) e manter os números das leis e do decreto no índice remissivo.

- Categoria 4 – Regimes de Previdência Social: Novamente há uso de siglas como termos preferidos no vocabulário do STJ. A Lei usa o nome por extenso e a sigla. Como termo preferencial escolheu-se *Regime Geral de Previdência Social*. Desprezaram-se as siglas e o termo *Regime Facultativo Complementar de Previdência Social*, já que a Previdência Complementar (pública e privada) foge ao escopo da nossa pesquisa.
- Categoria 5 – Prestações previdenciárias: O termo *Benefícios* na terminologia da lei é representado pelos descritores *Benefício Previdenciário* e *Prestação Previdenciária*. O tesouro do Senado traz o descritor *Assistência Previdenciária*. Para a entrada preferencial decidiu-se por *Benefício e Serviço Social*, esse último um termo comum na legislação e nos vocabulários controlados.
- Categoria 6 – Filiação: Os artigos 5º e 20 do Decreto 3.048/99 tratam da *Filiação* à Previdência Social e o artigo 17 da Lei 8.213/91 trata da *Inscrição*. Adotou-se esses termos como entradas preferenciais. Notou-se que nos vocabulários controlados ambos os termos não estão no escopo previdenciário.
- Categoria 7 – Tipos de Benefícios e Serviços: Essa categoria apresenta algumas divergências entre termos e descritores. Descritores como *Aposentadoria Integral*; *Aposentadoria Rural*; *Aposentadoria por Velhice*; *Auxílio-Invalidez*; *Auxílio-Maternidade*, entre outros, não fazem parte da terminologia das leis previdenciárias estudadas, mas podem ser vistos como sinônimos que representam benefícios previdenciários, tais como *Aposentadoria por Idade*; *Aposentadoria por Invalidez*; *Salário-Maternidade*. Nesse sentido, decidiu-se manter as variações como entradas preferenciais para aumentar as oportunidades de pesquisa.
- Categoria 8 – Beneficiários: Essa categoria também traz divergências significativas entre termos e descritores. Alguns conceitos não estão claros na legislação, porém são contemplados pelos vocabulários controlados, como por exemplo, *Profissional Liberal*. O Decreto 3.048/99 menciona “atividade profissional liberal ou não”. Os descritores *Trabalhador temporário* e *Trabalhador urbano* são comuns nos vocabulários controlados, porém não constam nas leis. Na legislação há o termo Trabalho Temporário, como a categoria é *Beneficiários* julgou-se necessário usar termos que não constam na legislação, mas são significativos para o propósito do sistema de recuperação de informação legislativa. O critério deslocamento genérico foi

adotado na seleção dos termos preferenciais. Assim, ao invés de *Filho adotivo*, *Filha adotiva*, *Irmã*, *Irmão*, *Irmão inválido*, *Mãe*, *Pai* adotou-se o primeiro nível, *Filhos*, *Irmãos* e *Pais*. Para o propósito de um site mais complexo e completo, os demais termos seriam necessários, mas como o objetivo da nossa investigação é desenvolver uma proposta para elaboração de uma plataforma de legislação previdenciária acessível, focou-se apenas nos termos genéricos. O mesmo procedimento foi adotado para os termos *Deficiente físico*, *Deficiente mental*, *Pessoas portadoras de deficiência*, *Portador de deficiência* e *Pessoa deficiente*. No caso desse último elegeu-se o termo *Pessoa com deficiência*, que embora não conste nas leis e nos vocabulários controlados é o termo utilizado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁵⁵.

- Categoria 9 – Escopo do benefício: Alguns termos dessa categoria não possuem correspondência nos vocabulários controlados, dentre os quais, *Acidente de qualquer natureza*, *Agentes biológicos*, *Agentes físicos*, *Agentes Nocivos*, *Agentes químicos* e *Idade Avançada*. Priorizou-se o uso tal como foram nomeados pela legislação. Todavia, será necessário fazer algumas adaptações para deixar a linguagem mais acessível e precisa, acrescentando, por exemplo, a expressão “*contato com*” aos termos *Agentes biológicos*, *físicos*, *nocivos* e *químicos*. Foi utilizado o deslocamento genérico para os termos *Incapacidade laborativa parcial*, *Incapacidade laborativa permanente*, *Incapacidade laborativa temporária* e *Incapacidade laborativa total*, todos foram representados pelo termo *Incapacidade laborativa*. O mesmo procedimento foi adotado para compatibilizar os termos, *Invalidez* e *Invalidez Permanente*. O termo *Parto*, que está presente nas leis e vocabulários controlados, deve ser substituído por *Gravidez*, que é um termo mais abrangente. Neste caso, trata-se de uma relação de associação, e não de hierarquia.
- Categoria 10 – Concessão do Benefício: A legislação utiliza os termos *Exame-médico pericial* e *Laudo médico-pericial*. Optou-se pelos termos *Exame médico*; *Perícia*, e *Laudo pericial*. O termo *Documentação comprobatória* não tem descritor correspondente em nenhum vocabulário controlado. Já o termo *Atestado*

⁵⁵ Para mais informações ver Decreto 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

médico é comum nos vocabulários e na terminologia previdenciária. Decidiu-se por incluir os dois termos nas entradas preferenciais.

- Categoria 11 – Carência: Nessa categoria os termos legislativos que possuem correspondências nos vocabulários controlados são *Prazo* e *Prescrição*. Os demais termos *Período de Carência*, *Perda da Qualidade de Segurado* e *Período de Graça* são exclusivos da terminologia legislativa. Para as entradas preferenciais escolheu-se os termos da lei, com exceção do *Período de Carência*, que foi substituído por *Carência*.
- Categoria 12 – Arrecadação, Recolhimento e Recebimento: Nessa categoria também há termos exclusivos da legislação, tais como *Alíquota de Contribuição*, *Renda mensal do benefício* e *Teto do salário de contribuição*. O descritor *Renda mensal vitalícia* teve seu conceito revogado⁵⁶ na lei, por isso não foi utilizado como termo preferencial. Na compatibilização dos termos *Renda mensal do benefício*; *Renda mensal final* e *Renda mensal inicial* foi aplicado o deslocamento genérico, com isso eles foram representados pelo termo *Renda mensal*. Os demais termos são compatíveis na lei e nos vocabulários controlados. Os termos da lei foram eleitos como preferenciais com exceção do termo *Teto previdenciário* e *Contribuição previdenciária*.

O sistema de busca é um dos cinco elementos necessários à elaboração de um site. Não é foco da nossa pesquisa explorar esse elemento, no entanto, recomenda-se que todos os termos que não foram eleitos preferenciais sejam disponibilizados num índice para expandir as oportunidades de busca. O índice acomoda as variações e as entradas preferenciais. Por meio dele, o cidadão pode entrar por qualquer das alternativas designacionais sendo dirigido diretamente à informação desejada.

No que tange à análise do Portal do Ministério da Previdência Social observou-se os rótulos (termos), o conteúdo informacional e a usabilidade na perspectiva de um cidadão que deseja obter informações sobre aposentadoria.

O conteúdo do portal apresenta informações pontuais e de muita relevância para o cidadão, todavia a rotulagem e a usabilidade estão comprometidas em alguns tópicos.

⁵⁶ Artigo 139 da Lei 8.213/91 foi revogado pela Lei 9.528/97.

Na barra de navegação horizontal há menus (categorias) que apresentam informações sobre Previdência Social, Serviços ao cidadão, Serviços à empresa, Legislação, Publicações, Ouvidoria, Previc⁵⁷ e Acesso à informação, conforme Figura 24.

Figura 24 – Portal da Previdência Social

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Disponível em:
<http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

O menu *Serviços ao cidadão* é dividido em vários submenus (rótulos subordinados) que disponibilizam informações sobre cada benefício da Previdência Social, além de alguns serviços como *Agendamento eletrônico*, *Consulta situação de benefícios*, *Extrato de pagamento*, entre outros, conforme demonstra a próxima figura. Ocorre que na coluna vertical de navegação há também o menu *Serviços ao cidadão*, porém com conteúdo diferente. São apresentados somente os serviços já mencionados na barra de navegação horizontal, excluindo-se os benefícios.

⁵⁷ Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Figura 25 – Portal da Previdência Social: Menu Serviços ao cidadão

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Disponível em:
<http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

Seria mais adequado rotular o menu *Serviços ao cidadão* (barra horizontal) como *Benefícios da Previdência Social*, pois essa é a informação predominante; já no menu *Serviços ao cidadão* (barra vertical) o ideal seria apresentar tão somente as espécies de serviços disponíveis ao cidadão. É importante que o rótulo seja claro e represente exatamente o conteúdo a que está vinculado, como meio de orientar a comunicação com o usuário. Rosenfeld e Morville (2002, p. 77) afirmam que quando falamos com uma pessoa é possível contar com seu *feedback* constante, em tempo real, o que ajuda a aprimorar a maneira de transmitir a mensagem; de modo contrário, na “conversa” com os usuários dos sites da web, o *feedback* não é tão imediato e a comunicação é mais difícil: a rotulagem, portanto, é mais importante.

No que se refere à usabilidade há falhas em alguns recursos interativos localizados no centro da página inicial. Ao clicar em algumas imagens surge mensagem informando que o vídeo é privado (Figura 26).

Figura 26 – Portal da Previdência Social: Falha na usabilidade

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

Há conteúdos interessantes para o cidadão que não são explorados pelo Portal, por exemplo, os vídeos explicativos dos benefícios e serviços da Previdência Social (Figura 27) nos quais um interlocutor apresenta de modo bastante simples os tipos de benefícios. Há apontamentos sobre o que é o benefício, quem tem direito, quais são os documentos necessários e quantas contribuições previdenciárias são exigidas ao longo do tempo. As informações dos vídeos são breves, didáticas e de fácil entendimento.

Ainda no que se refere à usabilidade notou-se que os vídeos estão hospedados no youtube, conforme mostra um *link* do *Blog da Previdência*, porém para chegar a essa informação é necessário clicar nas últimas notícias do Blog e procurar os vídeos na *TV Previdência*. Algo peculiar é que se o cidadão acessar o *link Mais vídeos* na página inicial ele será remetido à *TV Previdência*, todavia o conteúdo dos vídeos não é o mesmo do acesso via Blog.

Figura 27 – Portal da Previdência Social: Vídeos

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Disponível em:
<<http://previdencia.gov.br/educacaoprevidenciaria/>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

Outro conteúdo que poderia ser mais explorado pelo Portal são os folders e cartilhas que estão armazenadas no menu *Publicações* e no submenu *Programa de Educação Previdenciária*. As cartilhas possuem conteúdo educativo próprio para orientar o cidadão, mas não são visivelmente destacadas no Portal. Seria interessante que elas ficassem reunidas sob um rótulo (menu) que deixasse claro que se trata de cartilhas de orientação ao cidadão. A figura 28 demonstra que os folders e cartilhas estão subordinados ao rótulo *Outras publicações*.

Figura 28 – Portal da Previdência Social: Menu Publicações

Fonte MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

O menu mais acessível na perspectiva do cidadão é o da *Agência Eletrônica*. A interface é agradável e os rótulos textuais e iconográficos são claros.

Figura 29 – Portal da Previdência Social: Agência eletrônica

Fonte: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/inicio>. Acesso em: 03 jan. 2015.

Há outros *links* com questões que prejudicam a usabilidade do Portal, como por exemplo, o da *Escola da Previdência Social* (<http://escola.previdencia.gov.br/index.html>) que está desatualizado; as últimas atualizações são de 2009. Essa desatualização compromete os objetivos da escola em divulgar o conhecimento sobre Previdência Social. O menu *Ouvidoria* e o submenu *Fale conosco* possuem o mesmo conteúdo, existindo redundância de informações em rótulos diferentes. Ademais, quando o usuário acessa o *link Ouvidoria* no *Mapa do Site* a página não é encontrada. O menu *Foto* localizado na página inicial remete o cidadão ao submenu *Galeria*, porém não há nenhum conteúdo⁵⁸.

Para o propósito da nossa pesquisa alguns rótulos do Portal da Previdência podem ser considerados válidos, já que trazem conteúdos relevantes. Dentre eles, selecionou-se os rótulos *A Previdência Social*, *Publicações*, *Agência Eletrônica*, *Vídeos*, *Legislação e Acesso à Informação* como itens que podem ser reaproveitados numa nova proposta de arranjo.

O Portal da Previdência é excelente e riquíssimo no que se refere ao conteúdo informacional para o cidadão. Há pontos favoráveis relativos à interatividade, que incluem vídeos, áudios, textos e recursos interativos. É necessário, porém, aperfeiçoar pontos relacionados à rotulagem, usabilidade e organização dos conteúdos. O *layout* do Portal é carregado, há repetição de conteúdo em vários rótulos e, de um modo geral, há inconsistências na rotulagem e na usabilidade.

Após a análise dos rótulos do Portal da Previdência Social e seleção dos termos preferenciais na legislação previdenciária e nos vocabulários, prosseguiu-se com o desenvolvimento da proposta do sistema de legislação previdenciária acessível. A ideia é propor elementos para alcançar uma plataforma intuitiva, amigável e adequada sob o ponto de vista da Organização e Representação do Conhecimento. Não se pretende discutir detalhes da organização visual, já que está fora do escopo do presente trabalho. Reconhece-se, no entanto, que “um design atrativo aumenta a usabilidade da interface e estimula os usuários a pensarem de forma criativa” (NORMAN, 2003 apud REIS, 2007, p. 83).

⁵⁸ Erros presentes até o último acesso ao Portal da Previdência Social em 03/01/2015.

8 ORGANIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO CONTEXTO DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: SÍNTESE DE UMA PROPOSTA

Nesse capítulo apresentam-se recomendações para elaboração de um sistema de recuperação da legislação previdenciária. Com isso, objetiva-se demonstrar que sistemas de informação legislativa, principalmente de leis que “falam ao cidadão”, podem ser organizados e estruturados com conceitos e categorias de fácil entendimento, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação. Como nosso objetivo não é organizar um site, mas destacar formas de organização a serem adotadas para alcançar públicos não especialistas – os cidadãos de um modo geral – apresentam-se, tão somente, exemplos de categorias, termos preferidos e formas de organização e apresentação das informações.

A complexidade da tarefa de elaborar um site exigiria a participação de profissionais de outras especialidades, além de submeter à proposta à validação para testar se as escolhas são apropriadas aos objetivos. Rosenfeld e Morville (2002, p. 53, 74) afirmam que devemos estar cientes dos desafios de organizar informações na web: a linguagem é ambígua, pessoas têm diferentes perspectivas e o conteúdo dos sites é heterogêneo em muitos aspectos. Informações textuais dividem espaço com aplicações interativas, áudio e vídeo. O acesso aos documentos e seus componentes são dispostos em diferentes níveis de granularidade. Há textos em vários formatos, bases de dados, *links* que levam a outras páginas, imagens. O site é um grande caldeirão multimídia, onde somos desafiados a conciliar a catalogação do que é transmitido e seus respectivos detalhes através de muitos meios.

De qualquer modo, ao apoiar as recomendações nas referências teórico-metodológicas da Organização e Representação do Conhecimento, Arquitetura da Informação, Análise de Conteúdo e Terminologia reúnem-se elementos para a criação de uma interface que auxilie o cidadão na busca e entendimento das leis previdenciárias, de modo a contribuir para a discussão sobre as formas pelas quais leis de interesse individual ou coletivo possam ser organizadas, generalizando-se, assim, a experiência.

O presente exercício partiu do levantamento da terminologia do domínio previdenciário seguido de sua organização de modo estruturado, contemplando os relacionamentos entre conceitos e variação de designações. O exercício compreendeu as seguintes etapas:

- Análise do Portal do Ministério da Previdência Social;

- Compreensão da doutrina e da legislação previdenciária;
- Análise das cartilhas que tratam do tema legislação previdenciária, principalmente as disponibilizadas no Portal da Previdência Social;
- Elaboração de quadros-síntese de cada benefício (quadros 13 a 26) utilizando as categorias: *Benefícios; Legislação Básica; Definição; Documentos Solicitados; Beneficiários e Carência;*
- Seleção, nas leis previdenciárias, de outros termos significativos mais proximamente relacionados aos escolhidos inicialmente;
- Delimitação de categorias para reuni-los;
- Comparação dos termos das leis com os descritores dos vocabulários e tesouros, a fim de validar e selecionar rótulos para o site (Quadros 28-39);
- Definição dos termos preferenciais (rótulos);
- Reanálise das definições, categorias, termos preferenciais e rótulos do Portal do Ministério da Previdência Social, como meio para validação das escolhas;
- Elaboração da proposta de estruturação do sistema de informação legislativa.

Na fase que antecedeu a elaboração da proposta do sistema de legislação previdenciária verificou-se que alguns termos exigiam maior clareza. O termo *Contribuinte Individual*, por exemplo, não expressa o significado de “*pessoa que trabalha sem vínculo empregatício*”. O próprio Portal do Ministério da Previdência Social exemplifica as pessoas que se encaixam nessa categoria, num texto longo, utilizando definição convencional, do tipo aristotélica⁵⁹.

Nesse sentido, do ponto de vista pragmático, resolveu-se substituir Contribuinte Individual por *Contribuinte Autônomo* e usar uma definição por extensão, ou seja, enumerando os casos em que o conceito se aplica. Com isso utilizou-se os termos *Empresário, Proprietário de Firma Individual, Cabeleireiro, Diarista, Manicure, Costureira, Comerciante Ambulante, Profissional Liberal, Prestador de Serviços Gerais*⁶⁰. Os termos foram organizados em hierarquia de forma subordinada ao termo genérico *Contribuinte Autônomo*, conforme demonstra a Figura 31. Sob a forma de rótulos,

⁵⁹ “Nesta categoria estão as pessoas que trabalham por conta própria (autônomos) e os trabalhadores que prestam serviços de natureza eventual a empresas, sem vínculo empregatício. São considerados contribuintes individuais, entre outros, os sacerdotes, os diretores que recebem remuneração decorrente de atividade em empresa urbana ou rural, os síndicos remunerados, os motoristas de táxi, os vendedores ambulantes, as diaristas, os pintores, os eletricitas, os associados de cooperativas de trabalho e outros” (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/contribuinte-individual/>>. Acesso em: 21 jan. 2015).

⁶⁰ Ressalta-se que as espécies de contribuintes individuais mencionadas não esgotam todas as possibilidades de ocupações autônomas, conforme disposto no artigo 9º, inciso V, do Decreto 3.048/99 e do artigo 11, inciso V, da Lei 8.213/91.

esses termos permitem ao trabalhador verificar, mais rapidamente, a categoria na qual se encaixa. Procedimento semelhante foi utilizado para os termos *Trabalhador avulso*, sob o qual foram subordinados os termos *Amarrador de embarcação*; *Carregador*; *Estivador e Vigilante* e *Segurado Especial*, sob o qual foram subordinados os termos *Agricultor e Indígena*. Parte-se do princípio de que a subordinação e a entrada direta aos tipos de contribuintes facilita a consulta.

A definição de um sistema de informações passa, necessariamente, pela análise dos sistemas existentes. A reanálise do Portal do Ministério da Previdência Social mostrou que rótulos importantes não foram contemplados na primeira fase da pesquisa, e que outros continham informações relevantes e utilitárias para o cidadão, mas estavam “escondidos”. Na proposta ora organizada, eles são contemplados com destaque, adequando-se menus e *links* para acomodar informações cujas entradas são consideradas termos preferenciais. Para uma visão mais completa, portanto, sugere-se a inclusão das seguintes categorias, subcategorias e termos preferencias, conforme demonstram as próximas figuras:

- Categoria *Previdência Social Fácil*. Rótulos subordinados: *O que é Previdência Social*, *O que é Seguridade Social*, *Conheça a história da Previdência Social*, *Regime Geral da Previdência Social*, *Assistência para não contribuintes do INSS*.
- Subcategoria *Contribuição*. Rótulos subordinados: *Número de contribuições mensais*, *Cálculo da Guia da Previdência Social (GPS)*; *Simulação do Cálculo da Renda Mensal e Extrato de Pagamento de Benefício Previdenciário*.
- Categoria *Atendimento na Previdência Social*. Rótulos subordinados: *Agendamento*, *Unidades de Atendimento (Endereços)* e *Agência Eletrônica*.
- Categoria *Educação Previdenciária*: Rótulos subordinados: *Publicações*, *Cartilha Direitos do Cidadão*, *Cartilhas de Direito Previdenciário*, *Vídeos*.
- Categoria *Serviços de Informação ao Cidadão*.
- Categoria *Dicionário Previdenciário*: Essa categoria não existe no Portal do Ministério da Previdência Social, entretanto, sua criação é recomendável para que o cidadão possa conhecer, via glossário, as definições dos principais termos previdenciários.
- Categoria *Links úteis*: Rótulos subordinados: *Portal do Ministério da Previdência Social* e *Blog da Previdência Social*;

- Categoria *Perguntas Frequentes*.

O quadro a seguir mostra as adaptações e mudanças que foram realizadas ao longo do processo de elaboração da proposta:

Quadro 40 – Reanálise das categorias e rótulos selecionados

Definição inicial ⁶¹	Definição após reanálise	Categorias iniciais ⁶²	Categorias após reanálise	Termos iniciais ⁶³	Termos após reanálise
Aposentadoria por idade, também conhecida como aposentadoria por velhice, tem o objetivo de amparar o segurado na velhice. É devida ao trabalhador urbano que completar 65 anos (homem) e 60 (mulher) e ao trabalhador rural que completar 60 anos (homem) e 55 (mulher). Além de completar a idade exigida é necessário que o trabalhador urbano, inscrito no INSS a partir de 25/07/1991, comprove 15 anos de contribuição, e o rural o efetivo exercício de atividade rural num tempo proporcional a quantidade de contribuições exigidas para a concessão do benefício. Os trabalhadores rurais não precisam ter	Aposentadoria por idade, também conhecida como aposentadoria por velhice, é devida ao trabalhador urbano que completar 65 anos (homem) e 60 (mulher) e ao trabalhador rural que completar 60 anos (homem) e 55 (mulher). Além de completar a idade exigida é necessário que o trabalhador urbano comprove 15 anos de contribuição. O trabalhador rural deve comprovar que exerceu atividades rurais, já que ele não precisa ter contribuído com o INSS para solicitar esse benefício.	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação básica • Carência • Escopo dos benefícios • Documentos solicitados • Definição 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação legislativa • Número de contribuições mensais • Solicitação do benefício • Documentação necessária • O que é 	<ul style="list-style-type: none"> • Cônjuge • Contribuição previdenciária • Contribuinte individual • Incapacidade laborativa • Parto 	<ul style="list-style-type: none"> • Esposo (a) • Contribuição • Contribuinte autônomo • Incapacidade para o trabalho • Gravidez

⁶¹ Conforme Quadro 13 - Síntese dos benefícios previdenciários: aposentadoria por idade.

⁶² Categorias utilizadas nos Quadros 13 a 26.

⁶³ Termos expostos nos Quadros 35, 36 e 39.

contribuído com o INSS para solicitar a aposentadoria por idade.					
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

De um modo geral, a proposta de organização conjuga, simultaneamente, subordinação por tipo (gênero/espécie) e associação. Ressalta-se que, embora seja usual, nos sites, a apresentação sob forma de árvore, nem sempre os rótulos se caracterizam exclusivamente por subordinação: ao contrário, muitas vezes as ‘subordinações’ misturam relações hierárquicas e associativas, utilizando critérios pragmáticos, mais do que lógicos. A Figura 30 apresenta as categorias, e as Figuras 31 e 32 apresentam detalhadamente as categorias, subcategorias e termos preferenciais sugeridos⁶⁴.

Figura 30 – Categorias sugeridas

Fonte: Elaborado pela autora

⁶⁴ Para a elaboração da proposta foram utilizados os conceitos, as categorias e os termos apresentados nos Quadros 13 a 26 e 28 a 40.

Figura 31 – Mapa de um Sistema de Informações sobre Previdência Social

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 32 – Mapa de um Sistema de Informações sobre Previdência Social (continuação)

Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere ao tratamento visual dos objetos de conteúdo⁶⁵ do sistema de informação legislativa recomenda-se que as informações sejam representadas de forma a facilitar a pesquisa pelos usuários. Fornecer navegação por diagramas pode ser uma estratégia significativa. Ao disponibilizar informações de forma pré-coordenada, como nas listas de cabeçalho de assunto, é possível oferecer sugestões de pesquisa para o usuário que não sabe exatamente o que procura, conforme demonstra a próxima figura.

Figura 33 – Sugestão de layout

Fonte: Elaborado pela autora

⁶⁵ São os conteúdos que devem ser disponibilizados no ambiente. São exemplos de objetos de conteúdo notícias, imagens, animação, vídeo, mapa, calendário, menus, *links* (CAMARGO, VIDOTTI, 2001, p. 103).

Além da disponibilização da informação em diagramas, os ícones, juntamente com rótulos textuais podem facilitar a localização da informação desejada. Para Rosenfeld e Morville (2002, p. 91) ícones podem representar informações, da mesma forma que textos. Eles recomendam que os rótulos icônicos sejam apresentados junto com os rótulos textuais para não comprometer a usabilidade do site. As próximas figuras apresentam exemplos de rótulos icônicos tomando-se por base os *Benefícios e Serviços* (Figura 34) e a *Aposentadoria por idade* (Figura 35).

Figura 34 – Rótulos iconográficos - 1

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 35 – Rótulos iconográficos - 2

Aposentadoria por Idade

O que é?

A aposentadoria por idade é um benefício previdenciário que garante ao trabalhador a possibilidade de obter uma renda mensal por meio de uma contribuição mensal para o INSS.

É um direito adquirido pelo trabalhador após cumprir os requisitos legais, sendo necessário ter atingido a idade mínima estabelecida em lei.

Quem tem direito?

- Trabalhador urbano
- Trabalhador rural
- Empregado doméstico
- Contribuinte individual
- Contribuinte de renda

Documentação Necessária

Trabalhador urbano, urbano e rural:

- Carteira de Trabalho assinada ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Contribuinte individual:

- Registro de firma individual
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Trabalhador rural:

- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Cartão de Trabalho assinado ou Cartão de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Número de contribuições mensais

- 15 anos ou 180 contribuições mensais para o urbano
- 20 anos ou 240 contribuições mensais para o rural
- 25 anos ou 300 contribuições mensais para o urbano
- 30 anos ou 360 contribuições mensais para o rural

Fonte: Elaborado pela autora

A Figura 34 apresenta os benefícios e serviços previdenciários utilizando rótulos iconográficos que representam os benefícios. A Figura 35 mostra informações utilitárias sobre a *Aposentadoria por Idade*. Ao acessá-las, o cidadão tem à disposição informações sobre *O que é esse benefício*, *Quem tem direito*, *Qual a documentação necessária* e qual o *Número de contribuições mensais* necessárias para pleitear o benefício. O esquema sugere também a inclusão de outras mídias, como vídeo e folders que explicam de forma simplificada detalhes sobre o benefício. Com esse recorte procurou-se apresentar uma experiência passível de ser generalizada para os outros benefícios e categorias da legislação

previdenciária, bem como para outras leis utilitárias ao cidadão. As informações foram organizadas sob forma de estrutura e relacionamentos, princípios que estão na base das metodologias de organização defendidas pelo subcampo Organização e Representação do Conhecimento. Acredita-se que tal forma de apresentação de informações permite estabelecer vínculos de adesão com seus públicos, à medida que observa os critérios de ordenação lógicos, linguístico-comunicacionais, terminológicos e pragmáticos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto Ciência Social Aplicada, a Ciência da Informação toma para si a responsabilidade de zelar para que a informação seja coletada, organizada e disseminada de modo a atender diferentes necessidades informacionais, que podem ser utilitárias (básicas), seletivas ou reflexivas. O acesso à informação legislativa é condição básica para o fortalecimento da democracia e dos direitos dos cidadãos. Ao conhecer seus direitos e deveres, o cidadão tem possibilidade de desenvolver senso crítico e exerce a cidadania plena, aquela que não se restringe ao direito de voto, mas à participação do cidadão na vida e nos problemas do Estado. Por outro lado, a desinformação legislativa deixa o cidadão compassivo com seus problemas. Ele fica sem saber que é dever do Estado lhe proporcionar determinados direitos, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada, benefício assistencial do INSS, que não exige contribuição previdenciária para a sua concessão.

O cidadão possui direitos e deveres diante da sociedade civil e exerce a cidadania ao participar e usufruir dos direitos civis, políticos e sociais, ao mesmo tempo em que cumpre com seus deveres para com o Estado. O conceito contemporâneo de cidadão e cidadania, como se viu, ultrapassam o sentido jurídico e político, incluindo instrumentos da cidadania cultural e, portanto, a igualdade de acesso à informação. Se o conhecimento é a informação trabalhada, o indivíduo só alcançará o status de conhecedor dos seus direitos se deles tiver conhecimento e se lhe forem informados.

A evolução de ambos os conceitos no Brasil mostra um avanço considerável no que tange às leis que regem os direitos do cidadão, principalmente nas questões sociais. Mas o hiato entre os direitos sociais estabelecidos nas leis e a concretização desses direitos na vida do cidadão ainda existe, seja por questões econômicas, políticas, sociais e também culturais.

A proposta de analisar o tema e desenvolver proposta para elaboração de um sistema de legislação acessível teve como objetivo contribuir para o debate da questão optando-se, frente à quantidade expressiva de leis que materializam os direitos sociais, por focalizar os direitos previdenciários, no intuito de poder generalizar o exemplo.

Procedeu-se ao levantamento e análise das leis que visam à proteção previdenciária, elegendo-se, dentro da categoria de benefícios, a *Aposentadoria por idade*, como foco de nosso trabalho. Verificou-se que, do mesmo modo que outras leis, as relativas à Previdência Social são complexas, não só pelo número significativo de normas superiores e inferiores, regras diferenciadas e inúmeras exceções, como por sua constante atualização e, principalmente, pelo uso da linguagem técnica, geralmente incompreensível para o cidadão.

A coleta, organização e estruturação dos termos das Leis 8.212/91, 8.213/91 e do Decreto 3.048/99 constituíram o ponto de partida da proposta de um sistema de legislação previdenciária acessível, e as referências teórico-metodológicas da Organização e Representação do Conhecimento, aliadas à Terminologia e à Arquitetura da Informação, a base dos procedimentos para realizar conjunções, disjunções, associação e equivalência entre os termos.

As bases teóricas e práticas da Organização e Representação do Conhecimento, subcampo da Ciência da Informação, aliadas à Terminologia, permitiram representar tematicamente o domínio por meio da delimitação do sistema de conceitos da previdência, identificar os termos que correspondem aos conceitos e estabelecer relações entre eles. A principal contribuição do subcampo foi a de orientar a estruturação do sistema por meio da definição de seus vértices, fundamento primeiro para a identificação das relações lógico-semânticas entre os termos. Tais orientações foram fundamentais para eliminar a ambiguidade ao circunscrever o domínio e seus termos, além de amparar a identificação da sinonímia e quase sinonímia via relações de equivalência entre conceitos. Especificamente, foi a utilização das metodologias para a construção de tesouros e vocabulários (em especial a norma ISO 25964-1:2011) que permitiu estruturar o sistema de informação legislativa. O tesouro, no conjunto dos Sistemas de Organização do Conhecimento se mostra um meio para realizar a intermediação entre linguagens (linguagem do público-alvo) e (linguagem adotada na legislação).

No que tange à Terminologia teórico-metodológica, o uso das normas terminológicas ISO 704-2000 e ISO 1087-2000 auxiliaram na compreensão dos conceitos e na identificação das razões que balizam as relações entre eles. A terminologia concreta – dicionários técnicos e vocabulários especializados – proporcionaram as bases para identificação e entendimento dos conceitos da legislação previdenciária. Em linha gerais, com a Terminologia foi possível conhecer e assimilar os conceitos expressos nas leis, alcançar definições claras para representá-los e, como já foi dito, apoiar a construção da rede de relações entre eles.

Podemos concluir, portanto, que a Ciência da Informação, via Organização e Representação do Conhecimento, exerce a seu modo a faceta social à medida que orienta todo o processo de organização da informação para o seu acesso. Se as ciências da linguagem podem ser mobilizadas para promover a simplificação da linguagem do Direito, a Ciência da Informação pode contribuir para viabilizar o acesso mais amplo à informação via uso de princípios de organização.

A análise das cartilhas e do Portal do Ministério da Previdência Social foram também muito importantes, uma vez que contribuíram para a expansão e validação dos termos

selecionados após estudo da legislação previdenciária. Do mesmo modo, a consulta aos vocabulários já constituídos, como o Vocabulário Jurídico Controlado do STJ, o Tesouro Jurídico da Justiça Federal e o Thesaurus do Senado Federal (THES).

A Análise de Conteúdo demonstrou sua importância na comparação entre a categorização utilizada por esses instrumentos e o estabelecimento das categorias preferenciais, ou rótulos para um sistema de informação legislativa acessível. Do mesmo modo, o recurso aos princípios de elaboração dos anéis de sinônimos foram importantes para identificar as variações das designações dos conceitos, variações essas incorporadas, em sua maioria, no índice que dá acesso às informações.

Da Arquitetura da Informação foram importantes as recomendações para a definição dos rótulos utilizados para representar informações em sites. Seguindo tais recomendações, procurou-se conferir clareza, precisão e consistência às entradas preferenciais.

A pesquisa permitiu demonstrar, portanto, que a associação do Direito, Ciência da Informação, Terminologia, Análise de Conteúdo e Arquitetura da Informação é determinante para apoiar as ações de divulgação ampliada de informações para o exercício da cidadania.

A esta altura, é possível propor procedimentos que possam ser estendidos à legislação como um todo visando oferecer informações sobre as leis sociais de importância para o cidadão. Para tanto, recomenda-se observar as seguintes etapas:

- Seleção da lei que será organizada e estruturada de forma simplificada;
- Estudo da terminologia das leis selecionadas para a compreensão e interpretação dos conceitos (consulta aos instrumentos do Direito e uso das bases teóricas da Terminologia teórico-metodológica e concreta);
- Seleção dos termos que representam informações relevantes e que podem ser rótulos para o cidadão acessar o conteúdo da lei (uso das bases teóricas da Terminologia e Organização e Representação do Conhecimento);
- Estabelecimento de categorias para a inclusão dos termos selecionados (uso das bases teóricas da Análise de Conteúdo e da Organização e Representação do Conhecimento);
- Comparação dos termos selecionados com descritores de vocabulários controlados (uso das bases teóricas da Organização e Representação do Conhecimento);
- Seleção dos termos preferenciais (uso das referências teóricas da Terminologia e da Organização e Representação do Conhecimento);

- Estabelecimento das relações entre termos e categorias (uso das bases teóricas da Terminologia Teórica e da Organização e Representação do Conhecimento, sobretudo das recomendações da norma para elaboração de tesauro – ISO 256964-1:2011);
- Análise de sites, portais ou outras fontes de informação referendadas no contexto da lei selecionada para validar os termos preferenciais (uso da Arquitetura da Informação);
- Organização do *layout* do sistema de informação legislativa, sobretudo da disposição dos rótulos textuais e iconográficos e do sistema de busca (uso das bases teóricas da Arquitetura da Informação).

A Lei de Acesso à Informação estabelece que é dever do Estado disponibilizar informação em linguagem simples e de fácil compreensão. A Ciência da Informação, em especial o subcampo Organização e Representação do Conhecimento e as ciências com as quais dialoga, pode cumprir com essa missão. Cabe a outras instâncias assumirem seus papéis para que a informação jurídico-legislativa esteja mais próxima, mais acessível e mais compreensível à população que não comunga dos conhecimentos especializados dos profissionais das Ciências Jurídicas. Ambos os esforços permitem diminuir a desinformação legislativa e criar uma geração de cidadãos mais participativos e críticos, que conheçam seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9241-11**. Requisitos ergonômicos para trabalho de escritórios com computadores. Parte 11: Orientações sobre usabilidade. Rio de Janeiro, 2002.

AJUFE. Associação dos Juízes Federais do Brasil. Cartilha de direito previdenciário. <http://www.ajufe.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1502&Itemid=172>. Acesso em: 20 nov. 2014

AMARAL, Gilberto Luiz do et al. (Coord.). **Quantidade de normas editadas no Brasil**: 25 anos da Constituição Federal de 1988. Paraná: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2013. Disponível em: <<https://www.ibpt.org.br/noticia/1272/Quantidade-de-Normas-Editadas-no-Brasil>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

AMB – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **O judiciário ao alcance de todos**: noções básicas de juridiquês. 2. ed. Brasília: AMB, 2007. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf>>. Acesso em 12 maio 2013.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Informação: recurso para a ação política do cidadão? **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 9, p. 1-15. jun. 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/07/pdf_bd09f8d22f_0011487.pdf>. Acesso em 15 jan. 2015.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução DE Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ARRUDÃO, Bias. Juridiquês no banco dos réus. **Revista Língua Portuguesa**, v. 1, n. 2, p. 18-23, 2005.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Lei nº 21.445, de 31 de julho de 2014**. entenda a norma. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21445&comp=&ano=2014>>. Acesso em 16 nov. 2014.

ASSIS, Armando de Oliveira. **Compêndio de seguro social**: teoria geral, legislação brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 1963.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Cartilha da justiça**: em quadrinhos. 4. ed. Brasília: AMB, 2007.

ATIENZA, C. A. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BAITELLO JR., N. A sociedade da informação. **São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE**, v.8. n. 4, p.19-21, 1994.

BARBIERI, Carolina Veríssimo; ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine. A expansão da cobertura previdenciária. In: SCHWARZER, Helmet (Org.). **Previdência Social**:

reflexões e desafios. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2009. p. 69-108. (Coleção Previdência Social, Série Estudos; v. 30). Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/coleo-previdncia-social>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BARBOZA, Elza Maria Ferraz; NUNES, Eny Marcelino de Almeida. A inteligibilidade dos websites governamentais brasileiros e o acesso para usuários com baixo nível de escolaridade. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 19-33, abr./set. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004983&dd1=912e0>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, p. 3-8, out./dez. 1994. <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2014.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-34.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. O papel do bibliotecário na efetividade do direito constitucional à informação. **Senatus**, Brasília, v.7, n.1, p.64-67, jul. 2009.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/publico/2349823.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BITTAR, Eduardo C. B. **Linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **InCID: R. Ci. Inf. E Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42340>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

BOCCHI JUNIOR, Hilário. **Quero me aposentar: o caminho certo para sua aposentadoria**. 4. ed. Leme, SP: J.H. Mizuno, 2014.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p.3-5, jan. 1968.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp108.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 01 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212compilado.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 01 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 03 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Medida Provisória 664, de 30 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**: Edição Extra, Brasília, 30 dez. 2014. Seção 1, p. 1-2. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=30/12/2014>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002 Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/view>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. Projeto de Lei 7.448/2006. Altera o artigo 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=333090>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. Projeto de Lei 8.046/2010. Código de Processo Civil. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490267>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Processo 0052552-87.2010.8.26.0002 (Despacho). Disponível em: <<http://tjsp.jus.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p.351-360, 1991.

CABRÉ, M. T. **La terminologia**: teoria, metodologia, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. Terminología y documentación. In: **La terminologia**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada: Universitat Pompeu Fabra, 1999. p. 231-247.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. **Arquitetura da informação**: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CANOTILHO, J. J. Gomes. O direito dos pobres no ativismo judiciário. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha (Coord.). **Direitos fundamentais sociais**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 33-35.

CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Idea, 2010. p. 11-51.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e

Biblioteconomia, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 16 jan. 2015.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de organização do conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/6209/5102>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 105-130.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Técnica legislativa**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A questão democrática. In: WOLFE, Alan et al. **A questão da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 139-172.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. Linguagens documentárias e Terminologia. In: ALVES, Ieda Maria (Org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 1996. (Cadernos de terminologia, 1).

CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Polis, 2002.

CITELLI, Adilson. Linguagem verbal e meios de comunicação. Sobre palavras e (inter)ditos. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 32-45, dezembro/fevereiro 2000-2001.

CLARKE, Stella G. Dextre; ZENG, Marcia Lei. Standard Spotlight: From ISO 2788 to ISO 25964: the evolution of thesaurus standards towards interoperability and data modeling. **Information Standards Quarterly**, v. 24, n. 1, p. 20-26, 2012 Winter. Disponível em: <<http://www.niso.org/publications/isq/2012/v24no1/clarke/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGC. **Acesso à informação pública: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: CGC, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/destaques/cartilha.asp>>. Acesso em: 19 maio 2013.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Interpretação dos direitos fundamentais sociais, solidariedade e consciência de classe. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha (Coord.). **Direitos fundamentais sociais**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 111-172.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

COUTINHO, Diogo R. **O direito nas políticas públicas**. In: Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 7., Recife, 2010. Disponível em: <<http://sociologiajuridica.wordpress.com/direito-e-politicas-publicas>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

CURRÁS, Emilia. **Ontologias, taxonomia e tesouro em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília: Thesaurus, 2010.

CUTTS, Martin. **Plain english guide**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DAHLBERG, Ingetraut. **Knowledge Organization: A New Science? Knowl. Org.**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos: sessenta anos de conquistas. **Revista de Direitos Humanos**, Brasília, n. 1, p. 8-11, dez. 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são direitos da pessoa**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Cartilha de direito previdenciário: seja cidadão, lute por seus direitos**. 3. ed. Defensoria Pública-Geral da União: Brasília, 2011. Disponível em: <www.amigojuridico.org/cartrab/previdencia.pdf>. Acesso em 23 nov. 2014.

DANUELLO, Jane Coelho; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Aspectos éticos na atuação do profissional da informação. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; FERNÁNDEZ MOLINA, Juan Carlos. **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. Marília: Fundepe, 2008. p. 21-38.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2015.

DONADON, João; MONTENEGRO, David Pinheiro. O Regime Geral de Previdência Social. In: SCHWARZER, Helmet (Org.). **Previdência Social: reflexões e desafios**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2009. p. 17-19. (Coleção Previdência Social, Série Estudos; v. 30). Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/coleo-previdncia-social>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ESPANHA. Ministério de Justicia. **Estudio de campo: políticas públicas comparadas: Comisión para la modernización del lenguaje jurídico**. Disponível em: <<http://www.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/es/1288775399001/MuestraInformacion.html>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2010.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; PINHO, Fábio Assis. **Conceitos na organização do conhecimento**. Recife: UFPE, 2011.

FREIRE, Isa M. et al. Prefácio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014. p. 332-333. Disponível em: <www.enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt2>. Acesso em: 13 jan. 2015.

FRIGOTTO, G. Cidadania, tecnologia e trabalho: desafios de uma escola renovada. **Tecnologia Educacional**, v. 21, p. 4-10, jul./ago. 1992.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 49-79.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV DIREITO SP. Relatório ICJBrasil: 2º trimestre de 2013 e 1º trimestre de 2014. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12024>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2761/2331>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 41-54, jan./jun. 1993.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, Marta Pomim (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

HABERMAS, Jürgen. **Direito de democracia: entre facticidade e validade**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011. v. 2.

HEINEN, Juliano. **Comentários à lei de acesso à informação: lei 12.257/2011**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

HJORLAND, Birger. **What is Knowledge Organization (KO)?** Knowledge Organization, jul. 2008 Disponível em: <<http://arizona.openrepository.com/arizona/handle/10150/106183>> Acesso em: 01 jan. 2015.

HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authorities files**. Washington, DC, the Council on Library and Information Resources. 2000.

Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/1knowledge.html>> Acesso em: 01 jan. 2015.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Dicionário analítico de Previdência Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito previdenciário**. 10. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Code of ethics for librarians and other information workers (full version)**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/ES/news/ifla-code-of-ethics-for-librarians-and-other-information-workers-full-version>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. **ISO 25964-1**: thesauri and interoperability with other vocabularies. Part 1: Thesauri for information retrieval. Geneve: International Standard Organization, 2011.

JARDIM, José Maria. Lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacional. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 13, 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <obgi.files.wordpress.com/2012/10/jardim-xiii-enancib.pdf>. Acesso em: 26 maio 2013.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso_informao_arquivstica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 26 maio 2013.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução João Baptista Machado. 4. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1976.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 3 esp, p. 7-21, set./dez. 2003. Disponível em: <www.brapci.inf.br/repositorio/2009/09/pdf_0d05d32597_0006306.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia**: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo TEMA. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16, n. esp., p. 92-121, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10391/9285>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jan. 2015.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Elementos de terminologia** (apostila para uso didático). CBD-ECA-USP, 2005. Trabalho não publicado.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/710/690>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 7, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago06/Art_02.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014.

LARA, M. L. G. **A Ciência da Informação e a teoria dos termos**. In: IX Simposi Iberoamerica de Terminologia: La terminologia al segle XXI: contribución a la cultura de la pau, la diversitat i la sostenibilitat, 2006, Barcelona. La terminología en el siglo XXI: contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la sostenibilidad. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada - Universitat Pompeu Fabra, 2006. v. 1. p. 341-347.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas**. 1999. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, dez. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a04v1734.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 5, out. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out07/Art_01.htm>. Acesso em: 04 jan. 2014.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Linguística Documentária: seleção de conceitos**. 2009. 184 f. Tese (Livre docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LARA FILHO, Durval; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Mediação e subjetivação em unidades informacionais e museus. In: Colloque Scientifique International du Réseau MUSSI/Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI, 2011, Toulouse. **Médiations et hybridations: construction sociale des savoirs et de l'information**, 2011. v. 2. p. 243-254.

LARA FILHO, Durval de. O fio de Ariadne e a arquitetura da informação na WWW. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n. 6, dez. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez03/Art_02.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LE COADIC, Yves- François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. Tradução Isabel Marva Loureiro. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEITE, Celso Barroso. **Dicionário enciclopédico de Previdência Social**. São Paulo: LTr, 1996.

LEIVA, Isidoro Gil. **Manual de indización: teoría y práctica**. Gijón: Ediciones Trea, 2008.

LÓPEZ-HUERTAS, María J. Some Current Research Questions in the Field of Knowledge Organization. **Knowl. Org.**, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Dicionário Novaes de Direito Previdenciário**. São Paulo: LTr, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, democracia e cidadania. O caso do legislativo. **Revista Acadêmica de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero**, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. MELANE, Ana Lúcia Neves Pimenta. **A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e o banco de dados de normas jurídicas – NJMG: 30 anos de avanços rumo à democratização do acesso à legislação estadual da ALMG**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivos/pdf/NJMG-artigo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF, Nº 13, DE 09 DE JANEIRO DE 2015. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/index.asp>>. Acesso em: 21 jan. de 2015.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In.: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 115-133.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A desinformação jurídica. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 325, p. 317-320, jan./mar. 1994.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web**: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA, 2011.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio et al. De los tesauros a los *topic maps*: nuevo estándar para la representación y la organización de la información. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 9, n. 18, p. 1-19, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9n18p1>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. Desconstruindo a linguagem jurídica: multimodalidade e argumentatividade visual nas cartilhas de orientação legal. **Veredas – Rev. Est. Ling.**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1-2, p. 91-106, jan./dez. 2004.

NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. **Lei de acesso à informação**: reconstrução da verdade histórica, ambientes regulatórios e o direito à intimidade. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

OAB/RS. CAA/RS. **Cartilha de direito previdenciário no regime do INSS**. Porto Alegre: CEPS:IBDP, 2009.

OAB/SC. **Cartilha de direito previdenciário**. Disponível em: <<http://www.oab-bc.org/portal/servicos/cartilha-de-direito-previdenciario.html>>. Acesso em 23 nov. 2014.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO RIO DE JANEIRO. **Projeto a OAB/RJ vai à escola**: uma lição de cidadania. OAB/RJ, 2003.

PASSOS, Edilenice. Requisitos recomendáveis para as bases de dados de legislação estadual e distrital. **Senatus**, Brasília, v.7, n.2, p.16-23, dez. 2009.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

PEREIRA, Eduardo da Silva. A transição demográfica e o regime geral de previdência social GPS. In: SCHWARZER, Helmet (Org.). **Previdência Social**: reflexões e desafios. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2009. p. 109-137. (Coleção Previdência Social, Série Estudos; v. 30). Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/coleo-previdncia-social/>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

PEREIRA, Marcio Henrique. **A terminologia jurídica**: óbice ao exercício da cidadania? 2001. 187f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2001.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e direito**. [sl]: Instituto Piaget, [1990].

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Justiciabilidade dos direitos sociais e econômicos: desafios e perspectivas. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha (Coord.). **Direitos fundamentais sociais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **A democracia na América Latina**: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. Santana do Parnaíba: LM&M, 2004.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REIS, Guilherme Almeida dos. **Centrando a arquitetura de informação no usuário**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.guilhermo.com/mestrado/Guilherme_Reis-Centrando_a_Arquitetura_de_Informacao_no_usuario.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. São Paulo: Publifolha, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine. **A república**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus república: a questão do desejo nas lutas sociais. In.: BIGNOTTO, Newton (Org). **Pensar a república**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 13-25.

ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter. **Information architecture for the world wide web**. 2nd. Ed. Beijing: O'Reilly, 2002.

SAGER, J.-C. Prólogo: la terminologia, ponte entre varios mundos. In: CABRÉ, M. T. **La terminologia**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Ed. Antártida; Empúries, 1993. p.11-17.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; MAZINI, Elizabeth Sardelli. Organização do conhecimento: das classificações e vocabulários controlados às taxonomias e ontologias na web. In: VALLS, Valéria Martín; VERGUEIRO, Waldomiro. **Tendências contemporâneas na gestão da informação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 1995. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. Capítulo II: dos direitos sociais. In: CANOTILHO, J.J Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio L. (Coord.) **Comentários à Constituição do Brasil**: São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

SCHIESSL, Marcelo; SHINTAKU, Milton. Sistemas de organização do conhecimento. In: ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 49-118.

SENAC. O que você precisa saber sobre a Previdência Social. Rio de Janeiro: Ed. Senac, 2004. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/previdencia_social.pdf>. Acesso em 23 nov. 2014.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Andréia Gonçalves; SILVA, Leonardo Gonçalves. O acesso à informação jurídica através de histórias em quadrinhos e cartilhas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 166-183, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9019/11379>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006a.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2006b.

SILVA, Maria Amélia Teixeira da et al. O que é arquitetura da informação?. **Biblionline**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 47-57, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010799&dd1=799d9>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SIQUEIRA, JR. Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SOUZA, Renato Rocha; TUDHOPE, Douglas; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Towards a taxonomy of KOS: Dimensions for classifying Knowledge Organization Systems. **Knowl. Org.**, v. 39, n. 3, p. 179-192, 2012.

SOWA, John F. **Semantic networks**. 2014. Disponível em: <<http://www.jfsowa.com/pubs/semnet.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesauros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez. 1992. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1282/1558>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira; LENZI, Livia Aparecida Ferreira. Terminologia e documentação: a relação solidária das organizações do conhecimento e da informação no domínio da inovação tecnológica. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 7, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago06/Art_03.htm>. Acesso em: 13 jan. 2015.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira. Terminologia e documentação. **TradTerm**: revista do CITRAT-FFLCH/USP, São Paulo, 2001, n. 7, p.141-151. Disponível em: <<http://myrtus.uspnet.usp.br/tradterm/site/images/revistas/v07n1/v07n1a09.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006.

VAAGAN, Robert W. **Ethical Guidelines for Librarians and Staff in Norwegian Academic and Research Libraries**. Disponível em: <<http://www.jbi.hio.no/bibin/Robert/BoS31/etikk/Engelsk1.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomin. Análise de conteúdo. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomin (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 119-134.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, London, v. 9, n. 4, p. 127-140, dec. 1975.

ZENG, Marcia Lei. Knowledge Organization Systems (KOS). **Knowl. Org.**, v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008.